



Esta publicação é regida pela Creative Commons Attribution 4.0 International License. Fonte: <http://periodicos.unb.br/index.php/RDET/issue/view/1660>. Acesso em: 02 abr. 2019.

REFERÊNCIA

ARANHA, Márcio Lório; LIMA, João Alberto de Oliveira; QUELHO, Renata Tonicelli de Mello. Normas primárias e secundárias do Setor de Telecomunicações - 2013. *Revista de Direito, Estado e Telecomunicações*, v. 6, n. 1, p. 231-400, 2013. DOI: <https://doi.org/10.26512/l.s.t.r.v6i1>. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RDET/article/view/21558/19873>. Acesso em: 02 abr. 2019.

Normas Primárias e Secundárias do Setor de Telecomunicações - 2013

2013 Statutes and Regulations of the Telecommunication Sector

Márcio Iorio Aranha

João Lima

Renata Tonicelli de Mello Quelho

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	239
Normas e Atos de 2013	267
Fundamentos	267
Aspectos Históricos	267
Direito à Privacidade	267
Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações	267
Infraestrutura de Telecomunicações	267
Redes de Telecomunicações	267
Numeração dos Serviços	268
Equipamentos de Telecomunicações	268
Antenas	269
Estações de Telecomunicações	269
Terminais	269
Certificação / Homologação	271
Espectro de Radiofrequência	271
Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência	271
Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais)	272
Órbita e Satélite	272
Administração do Setor de Telecomunicações	272
Fiscalização das Telecomunicações	272
Tributação no Setor de Telecomunicações	274
Prestação de Serviços	274
Licitação	274
Espécies de Outorga	274
Concessão (regras aplicáveis)	274
Permissão (regras aplicáveis)	275
Autorização (regras aplicáveis)	275
Preço Público e Preço Privado	276
Planos de Serviços	277
Políticas de Telecomunicações	278
Política Tarifária	278
Política Industrial	279
Concorrência no Setor de Telecomunicações	279
Universalização e Massificação	280
Acesso às Telecomunicações	280
Portador de Deficiência	280
Educação e Pesquisa	280
Financiamento da Universalização	281
Metas de Universalização	281
Pesquisa & Desenvolvimento	281
Qualidade do Serviço	282
Controle Social, Hierárquico e Interorgânico	283

Sigilo em Telecomunicações	283
Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações	283
Quanto ao Interesse	283
Serviço de Interesse Restrito	283
Quanto ao Gênero	284
Serviço Limitado	284
Serviço Limitado Privado	284
Serviço Limitado Especializado	284
Serviço Especial	285
Serviço de Valor Adicionado	285
Serviço de Radiodifusão	285
Serviços no Setor de Telecomunicações	286
Internet	286
Radioamador	287
Radiodifusão	288
Radiodifusão Comunitária	289
Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC)	289
Televisão Aberta	290
TV Digital	290
Serviço Avançado de Mensagens (SAM)	290
Serviço Especial de Radiodeterminação por Satélite (SERDS)	291
Serviço Especial de Boletim Meteorológico	291
Serviço Especial de Frequência Padrão	291
Serviço Especial de Radioautocine	291
Serviço Especial de Radiochamada (SER) - ou Serviço Móvel Especial de Radiochamada	292
Serviço Especial de Radiorecado	292
Serviço Especial de Rádio Acesso	292
Serviço Especial de Sinais Horários	292
Serviço Especial de Supervisão e Controle	293
Serviço Limitado Especializado (SLE)	293
Serviço de Circuito Especializado	293
Serviço Limitado Móvel Privado	293
Serviço Limitado Privado de Radiochamada (SLPR)	293
Serviço Limitado de Estações com Operação Itinerante	294
Serviço Limitado de Radioestrada	294
Serviço Móvel Especializado ou Trunking ou Trunk ou Sistema Troncalizado	294
Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS)	294
Serviço Móvel Marítimo	295
Serviço Móvel Pessoal (SMP)	295
Serviço Rádio do Cidadão	297
Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)	297
Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)	300
Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)	301
Serviço de Radiotáxi	302
Serviço de Radiotáxi Especializado	302

Serviço de Rede	302
Serviço de Rede Especializado	302
Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações (SRTT)	302
Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas	303
Serviço Móvel Aeronáutico	303
Serviço de Radiocomunicação Aeronáutico Público Restrito (SRA)	303
Serviço de Telestrada ou Serviço Telefônico Público Móvel	
Rodoviário	303
Serviços Científicos	304
Ramos Jurídicos Afins	304
Direito do Consumidor	304
Direito Aeroespacial	305
Aplicações de Telecomunicações	306
Aplicações Educacionais	306
Aplicações de Segurança	306
Internet	306
Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais	
Serviços	307
Defesa Civil	307
Tráfego Aéreo	307
Radiolocalização	307
Banda Larga	308
Atores no Setor de Telecomunicações	309
ANATEL	309
Poder Legislativo	310
Congresso Nacional	310
Poder Executivo	311
Ministério das Comunicações	311
Prestadora / Operadora	312
Usuário / Consumidor	314
Normas Referenciadas	315
Lei Ordinária	315
Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013	315
Lei nº 12.841, de 9 de julho de 2013	316
Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013	316
Decreto	317
Decreto nº 7.903, de 4 de fevereiro de 2013	317
Decreto nº 7.913, de 7 de fevereiro de 2013	317
Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013	318
Decreto nº 7.932, de 19 de fevereiro de 2013	319
Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013	319
Decreto nº 7.981, de 8 de abril de 2013	319
Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013	320
Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013	321
Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013	322

Decreto nº 8.174, de 26 de dezembro de 2013	322
Portaria Ministerial	322
Portaria MC nº 13, de 1º de fevereiro de 2013	322
Portaria MC nº 14, de 6 de fevereiro de 2013	323
Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013	323
Portaria MC nº 57, de 13 de março de 2013	325
Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013	325
Portaria MC nº 112, de 22 de abril de 2013	326
Portaria MC nº 159, de 11 de junho de 2013	327
Portaria MC nº 197, de 1º julho de 2013	329
Portaria MC nº 231, de 7 de agosto de 2013	329
Portaria MC nº 252, de 8 de agosto de 2013	330
Portaria MC nº 275, de 17 de setembro de 2013	331
Portaria MC nº 282, de 25 de setembro de 2013	333
Portaria MC nº 299, de 7 de outubro de 2013	333
Portaria MC nº 303, de 16 de outubro de 2013	334
Portaria MC nº 305, de 24 de outubro de 2013	335
Resolução	335
Resolução da ANATEL nº 606, de 4 de fevereiro de 2013	335
Resolução da ANATEL nº 607, de 13 de março de 2013	336
Resolução da ANATEL nº 608, de 5 de abril de 2013	337
Resolução da ANATEL nº 609, de 18 de abril de 2013	338
Resolução da ANATEL nº 610, de 18 de abril de 2013	339
Resolução da ANATEL nº 611, de 25 de abril de 2013	340
Resolução da ANATEL nº 612, de 29 de abril de 2013	340
Resolução da ANATEL nº 613, de 9 de maio de 2013	341
Resolução da ANATEL nº 614, de 28 de maio de 2013	342
Resolução da ANATEL nº 615, de 7 de junho de 2013	343
Resolução da ANATEL nº 616, de 18 de junho de 2013	344
Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013	345
Resolução da ANATEL nº 618, de 24 de julho de 2013	347
Resolução da ANATEL nº 619, de 8 de agosto de 2013	348
Resolução da ANATEL nº 620, de 9 de agosto de 2013	349
Resolução da ANATEL nº 621, de 14 de agosto de 2013	350
Resolução da ANATEL nº 622, de 23 de agosto de 2013	350
Resolução da ANATEL nº 623, de 18 de outubro de 2013	351
Resolução da ANATEL nº 624, de 30 de outubro de 2013	353
Resolução da ANATEL nº 625, de 11 de novembro de 2013	354
Resolução da ANATEL nº 626, de 20 de novembro de 2013	355
Resolução da ANATEL nº 627, de 28 de novembro de 2013	356
Resolução da ANATEL nº 628, de 6 de dezembro de 2013	356
Resolução da ANATEL nº 629, de 16 de dezembro de 2013	358
Resolução emitida por outros órgãos	359
Resolução nº 4 do Senado Federal, de 2013	359
Atos Referenciados	360
Ato Administrativo	360
Ato	360

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.724, de 11 de março de 2013	360
Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013	360
Enunciado	361
Enunciado CJF nº 531, de abril de 2013	361
Portaria	362
Portaria ANATEL nº 238, de 9 de abril de 2013	362
Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013	362
Portaria ANATEL nº 559, de 3 de julho de 2013	363
Portaria ANATEL/SOR nº 639, de 25 de julho de 2013	364
Relatório da Ouvidoria da ANATEL	364
Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2013	364
Súmula	365
Súmula da ANATEL nº 14, de 28 de junho de 2013	365
Índice Alfabético e Remissivo	367

Lista de Abreviaturas e Siglas

1G	Primeira Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (analogico).
2.5G	Geração 2.5 de Tecnologia de Telefonia Móvel (GPRS).
2G	Segunda Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (digital para dados, 9.6-14.4Kbps).
3G	Terceira Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (digital para voz e dados, mínimo de 144Kbps).
3G HS	3G High Speed (Rede celular de Terceira geração de Alto Desempenho).
3GPP	3rd Generation Partnership Project.
4G	Quarta Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (requisitos da UIT IMT-Advanced).
8K	Tecnologia de Ultra High Definition Television.
AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente.
ABA	Associação Brasileira de Anunciantes.
ABAP	Associação Brasileira de Agências de Propaganda.
ABAR	Associação Brasileira de Agências de Regulação.
ABCiber	Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura.
ABEMTIC	Associação Brasileira de Entidades Municipais de Tecnologia da Informação e Comunicação.
ABEPEC	Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais.
ABEPEC	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação (inativa).
ABEPREST	Associação Brasileira de Empresas de Soluções de Telecomunicações e Informática.
ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.
ABETS	Associação Brasileira das Empresas de Telecomunicações por Satélite.
ABIFUMO	Associação Brasileira da Indústria do Fumo.
ABINEE	Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.
ABJC	Associação Brasileira de Jornalismo Científico.
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ABPI-TV	Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão.
ABPITV	Associação Brasileira das Empresas Produtoras Independentes de Televisão.
ABPTA	Associação Brasileira dos Programadores de TV por Assinatura.
ABR Telecom	Associação Brasileira de Recursos de Telecomunicações (Portabilidade Numérica).
ABRA	Associação Brasileira de Radiodifusores.
ABRACOM	Associação Brasileira de Antenas Comunitárias.
ABRADECEL	Associação Brasileira de Defesa dos Moradores e Usuários Intraquilos com Equipamentos de Telecomunicações Celular.
ABRAFIC	Associação Brasileira de Film Commissions (Brazilian Association of Film Commissions).

ABRAFIX	Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado.
ABRAMULTI	Associação Brasileira dos Operadores de Telecomunicações e Provedores de Internet.
ABRAPPIT	Associação Brasileira de Pequenos Provedores de Internet e Telecomunicações.
ABRATEL	Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações.
ABRATER	Associação Brasileira de Telecomunicações Rurais.
ABRINT	Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações.
ABRISAN	Associação Brasileira de Registro de Obras Audiovisuais.
ABTA	Associação Brasileira de TV por Assinatura.
ABTU	Associação Brasileira de TVs Universitárias.
Acel	Associação Nacional das Operadoras Celulares.
ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto.
AD	Adicional por Chamada (Serviço Móvel Pessoal).
ADGI	Gerência Geral de Gestão da Informação (ANATEL).
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade (Jurisdição).
ADPF	Gerência Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças (ANATEL).
ADSL	Asymmetric Digital Subscriber Line.
AEB	Agência Espacial Brasileira.
AET	Associação dos Engenheiros de Telecomunicações.
AFTN	Aeronautical Fixed Telecommunications Network (Rede Internacional Fixa de Telecomunicações Aeronáuticas).
AGVSEL	Agravo em Suspensão de Execução de Liminar.
Ah	Ampère-hora.
AI	Acesso Instalado.
AI	Agravo de Instrumento (Jurisdição).
AI/E	Acesso Instalado da Estação de Comutação.
AICE	Acesso Individual Classe Especial.
AIE	Acesso Instalado Equivalente.
AIRR	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (Tribunal Superior do Trabalho).
ALAIC	Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación.
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas.
ALCAR	Associação Brasileira dos Pesquisadores de História da Mídia.
AM	Amplitude Modulation (Modulação em Amplitude).
AM-DSB-SC	Amplitude Modulation, Double-Sided Band, Suppressed Carrier (Modulação em Amplitude, em Faixa Lateral Dupla, com Portadora Suprimida).
AME	Valor de Ativo Moderno Equivalente (Separação e Alocação de Contas).
AMMB	Associação de Marketing Móvel do Brasil.

AMN	Artificial Mains Network (Rede Fictícia em V).
AMNT	Assembléia Mundial de Normalização das Telecomunicações.
AMPS	Advanced Mobile Phone System (Rede celular 1G).
AN	Área de Numeração.
AN	Área de Numeração (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações (de Portugal).
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações.
ANCINE	Agência Nacional do Cinema.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANER	Associação Nacional das Empresas de Revistas.
ANER	Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras.
ANJ	Associação Nacional de Jornais.
ANOp	Auditoria de Natureza Operacional (Tribunal de Contas da União).
ANP	Agência Nacional do Petróleo.
ANSI	American National Standards Institute.
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
APEX-Brasil	Agência de Promoção de Exportações do Brasil.
APS	Área de Prestação do Serviço (Serviço de Acesso Condicionado).
Aptel	Associação de Empresas Proprietárias de Infra-Estrutura e de Sistemas Privados de Telecomunicações.
AR	Área de Registro.
AR	Área de Registro (Serviço Móvel Especializado).
AR	Área de Registro (Serviço Móvel Pessoal).
AR	Área de Registro (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ARCTEL	Associação de Reguladores das Comunicações e Telecomunicações da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
ARIB	Association of Radio Industries and Businesses (Japão).
ARICEA	Association of Regulators of Information and Communications for Eastern and Southern Africa.
ARM	Acordo de Reconhecimento Mútuo (Certificação e Homologação).
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica.
ARTAC	Association des régulateurs de telecommunications de l' Afrique central – Telecommunication Regulators' Association of Central Africa.
ASTM	American Society for Testing and Materials.
AT	Área de Tarifação (Serviço Móvel Especializado).
AT	Área de Tarifação (Serviço Móvel Pessoal).
ATA	Analog Telephone Adaptor.
ATB	Área de Tarifa Básica.
ATB	Área de Tarifação Básica (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ATC	Ativos de Tecnologia Corrente (Separação e Alocação de Contas).
ATS	Ativos de Tecnologia Substituída (Separação e Alocação de Contas).

ATSC	Advanced Television Systems Committee (Padrão de TV Digital – Estados Unidos da América).
AVADAN	Avaliação de Danos - Formulário (Sistema Nacional de Defesa Civil).
BACEN	Banco Central do Brasil.
BAL	Balancamento Longitudinal.
BB	Banda-Base.
BBC	British Broadcasting Corporation (Reino Unido).
BCB	Banco Central do Brasil.
BDO	Base de Dados Operacional (Portabilidade).
BDR	Base de Dados de Referência (Portabilidade).
BDR	Base de Dados Nacional de Referência da Portabilidade.
BDT	Bureau de Développement des Télécommunications (Escritório de Desenvolvimento das Telecomunicações da UIT).
BDTA	Banco de Dados Técnicos e Administrativos (Radiofrequência).
BGAN	Broadband Global Area Network (INMARSAT).
BIA	Bens e Instalações em Andamento (Separação e Alocação de Contas).
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).
BIS	Bens e Instalações em Serviço (Separação e Alocação de Contas).
Bn	Largura da Faixa Necessária (Certificação).
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BPL	Broadband over Power Lines (Banda larga por meio de redes de energia elétrica).
BR	Bureau des Radiocommunications (Escritório de Radiocomunicações da UIT).
BRASSCOM	Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação.
BS	Base Station (Estação Rádio Base).
BSR	Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações.
BT	Linha de distribuição de Baixa Tensão.
BWA	Broadband Wireless Access (4G).
C-INI	Comitê sobre Infra-estrutura Nacional de Informações.
C0,25	Capacidade nominal para regime de alta intensidade de descarga (C0,25).
C10	Capacidade nominal para regime de média intensidade de descarga (C10).
C120	Capacidade nominal para regime de baixa intensidade de descarga (C120).
CA	Corrente Alternada.
CAACI	Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas Ibero-Americana.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.
CAMR	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações.
CAPDA	Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia.
CAPT	Controle Automático da Potência Transmitida.
CARR	Conferência Administrativa Regional de Radiocomunicações.
CATIS	Centro de Acesso a Tecnologias para a Inclusão Social.
CBC	Comissão Brasileira de Comunicações.
CBC 1	Comissão Brasileira de Comunicações nº 1 – Redes de Dados e Características de Sistemas Telemáticos (extinta).
CBC 2	Comissão Brasileira de Comunicações nº 2 – Transmissão de Áudio e Vídeo e Sistemas Multimídia (extinta).
CBC 3	Comissão Brasileira de Comunicações nº 3 - Tarifas e Princípios Contábeis (extinta).
CBC 4	Comissão Brasileira de Comunicações nº 4 - Definição de Serviços, Planos Estruturais e Gerência de Redes (extinta).
CBC 5	Comissão Brasileira de Comunicações nº 5 - Sinalização, Comutação, Protocolos, Linguagens e Aspectos Gerais de Redes (extinta).
CBC 6	Comissão Brasileira de Comunicações nº 6 - Planta Externa e Compatibilidade Eletromagnética (extinta).
CBC 7	Comissão Brasileira de Comunicações nº 7 - Desenvolvimento das Telecomunicações (extinta).
CBC 8	Comissão Brasileira de Comunicações nº 8 - Serviços Móveis, de Radiodeterminação e de Radioamador (extinta).
CBC 9	Comissão Brasileira de Comunicações nº 9 - Serviços Fixos e Científicos (extinta).
CBC 1	Comissão Brasileira de Comunicações nº 1 - Governança e Regimes Internacionais.
CBC 10	Comissão Brasileira de Comunicações nº 10 - Administração do Espectro Radioelétrico e Propagação (extinta).
CBC 11	Comissão Brasileira de Comunicações nº 11 - Radiodifusão (extinta).
CBC 12	Comissão Brasileira de Comunicações nº 12 - Negociações Internacionais em Telecomunicações (extinta).
CBC 13	Comissão Brasileira de Comunicações nº 13 – Governança da Internet (extinta).
CBC 2	Comissão Brasileira de Comunicações nº 2 - Radiocomunicações.
CBC 3	Comissão Brasileira de Comunicações nº 3 - Normalização de Telecomunicações.
CBC 4	Comissão Brasileira de Comunicações nº 4 - Desenvolvimento das Telecomunicações.
CBC Temp.	Comissão Brasileira de Telecomunicações Temporária.
CBDT	Coleção Brasileira de Direito Regulatório das Telecomunicações.
CBF	Confederação Brasileira de Futebol.
CBLC	Comissão Brasileira de Liquidação e Custódia.

CBR	Comissão Brasileira de Radiocomunicações.
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/62).
CBTTs	Comissões Brasileiras de Telecomunicações.
CC	Corrente Contínua.
CCC	Central de Comutação e Controle (Serviço Móvel Pessoal).
CCC	Central de Comutação e Controle (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC).
CCC	Central de Controle e Comutação do SMC (Internacional).
CCIR	Comitê Consultivo Internacional das Radiocomunicações.
CCITT	Comitê Consultivo Internacional de Telegrafia e Telefonia.
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
CCOM	Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações da UnB.
CCOMGEX	Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército.
CCP.I	Comitê Consultivo Permanente nº 1 da Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CCP.II	Comitê Consultivo Permanente nº 2 da Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CCP.III	Comitê Consultivo Permanente nº 3 da Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CCPs-CITEL	Comitês Consultivos Permanentes da CITEL.
CCT	Cargo Comissionado Técnico (Agências Reguladoras).
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Senado Federal).
CCT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Câmara dos Deputados).
ccTLD	country code Top Level Domain (Domínio de Primeiro Nível) (INTERNET).
CDA	Certidão de Dívida Ativa.
CDC	Código de Defesa do Consumidor.
CDEIC	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (Câmara dos Deputados).
CDI	Comutação Digital Integrada.
CDMA	Code Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Código).
CDMA 1xEV-DO	CDMA Evolution Data-Optimized (Rede celular 3G).
CDMA 1xEV-DV	CDMA Evolution, Data and Voice (Rede celular 3G).
CDUST	Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações.
CEDEC	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica.
CEITEC	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.

CENAD	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CENELEC	European Commitee for Electrotechnical Standardization.
CEPED	Centro Universitário de Ensino e Pesquisa sobre Desastres (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CERT.br	Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (Comitê Gestor da Internet no Brasil).
CETIC.br	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Comitê Gestor da Internet no Brasil).
CFM	Conselho Federal de Medicina.
CFTV	Serviço Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Radioenlace.
CG-CBC	Grupo de Coordenação das Comissões Brasileiras de Comunicações.
CG-ProTIC	Comitê Gestor do Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.
CGCOB	Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil.
CGPD	Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Presidência da República).
CGPID	CGPID.
CGRBT	Comitê Gestor de Articulação Institucional da Rede Brasil de Tecnologia.
CIC	Central de Intermediação de Comunicação Telefônica.
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.
CIP	Câmara Interbancária de Pagamentos.
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
CISCOMIS	Comissão de Desenvolvimento do Projeto e da Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.
CITEL	Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CJF	Conselho da Justiça Federal.
CMDT	Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações.
CMGLO	Gerência de Engenharia, Planejamento e Controle de Licitações e Outorgas.
CMI	Cúpula Mundial da Informação.
CMPC	Custo Médio Ponderado de Capital.
CMR	Conferência Mundial de Radiocomunicações.
CMSI	Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (World Summit on the Information Society – WSIS).
CN	Código Nacional.
CNAL	Cadastro Nacional de Áreas Locais.
CNC	Conselho Nacional de Comunicações.
CNDI	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial.
CNI	Confederação Nacional da Indústria.

CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CNPq-MCT	Centro Nacional de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.
COE	Coefficiente de Onda Estacionária.
COE	Coefficiente de Reflexão.
COER	Certificado de Operador de Estação de Radioamador.
COFDM	Coded Orthogonal Frequency Division Multiplexing.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
COG	Cabo Óptico Geral.
COGEF	Comissão de Gerência do Espectro de Radiofrequência de Interesse do Ministério da Defesa.
COL	Copa do Mundo FIFA 2014 - Comitê Organizador Brasileiro Ltda.
COMDEC	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
COMESA	Common Market for Eastern and Southern Africa.
COMPÓS	Associação Nacional das Pós-Graduações em Comunicação.
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Conapsi	Conselho Nacional dos Provedores de Serviço de Internet.
CONAR	Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária.
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos.
CONCAR	Comissão Nacional de Cartografia.
CONDEC	Conselho Nacional de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CONDECINE	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária.
CONFECOM	Conferência Nacional de Comunicação.
CONTCOP	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade (Representação profissional).
CONTEL	Conselho Nacional de Telecomunicações (Extinto em 25/02/1967).
COP	Cabo Óptico "Plenum".
CoPol	Copolar (Antena).
COR	Cabo Óptico "Riser".
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
CORDEC	Coordenadoria Regional de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CP	Código Penal.
CP	Consulta Pública.
CPADS	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos.
CPC	Código de Processo Civil.
CPCT	Central Privada de Comutação Telefônica.
CPCT	Central Privativa de Comutação Telefônica (Serviço Telefônico Fixo Comutado).

CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito.
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
CPP	Código de Processo Penal.
CPP	Contribuição Patronal Previdenciária (Seguridade Social).
CPqD	CPqD.
CPqD	Fundação CPqD Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações.
Cr0,25	Capacidade real em regime nominal para alta intensidade de descarga (Cr0,25).
Cr10	Capacidade real em regime nominal para média intensidade de descarga (Cr10).
Cr120	Capacidade real em regime nominal para baixa intensidade de descarga (Cr120).
CRASA	Communications Regulators' Association of Southern Africa.
CRE	Contrato de Receita Extraordinária (Concessionária de Rodovia).
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CSP	Código de Seleção de Prestadora.
CTBC	Companhia de Telecomunicações do Brasil Central.
CTS-SGT.1-MERCOSUL	Comissões Temáticas do Subgrupo de Trabalho de Comunicações do MERCOSUL.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
CVR	Relações Custo-Volume (Separação e Alocação de Contas).
D-AMPS	Digital Advanced Mobile Phone System.
DAC	Departamento de Aviação Civil.
DAS	Direção e Assessoramento Superiores.
dB	Decibel.
dB SPL	Decibel relativo a 20 μ Pa.
dB SPL(A)	Decibel relativo a 20 μ Pa medido com ponderação A (IEC 60651).
dB V	Decibel Relativo a 1 V.
dBa	dBa.
DBDG	Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG).
dBk	Potência, em dB, relativa a 1 kW.
dBmp	Decibel medido com ponderação psfométrica (Rec. O.41 da ITU-T).
dBPa	Decibel Relativo a 1 Pascal.
dBPa(A)	Decibel relativo a 1 Pa medido com ponderação A (IEC 60651).
dB μ	Decibel Relativo a 1 mW.
dB μ	Intensidade de campo, em dB, relativa a 1 μ V/m.
DCOR	Diretoria de Concessões e Operações Rodoviárias.
DCS	Digital Cellular Network.
DDG	Discagem Direta Gratuita.

DDI	Discagem Direta Internacional.
DDR	Discagem Direta a Ramal.
DEA	Data Envelopment Analysis.
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo.
DECT	DECT.
DEICT	Departamento de Indústria, Ciência e Tecnologia, da Secretaria de Telecomunicações (Ministério das Comunicações).
DEINT	Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.
DENTEL	Departamento Nacional de Telecomunicações (Extinto em 15/03/1990).
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional.
DEPV	Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo (Min. Aeronáutica), substituída pelo DECEA.
DETRAF	Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços.
DG	Distribuidor Geral (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
DIC	Discagem Interurbana a Cobrar.
DISTV	Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos.
DJ	Diário da Justiça (Imprensa Nacional).
DJe	Diário da Justiça eletrônico.
DLC	Discagem Local a Cobrar.
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.
DNS	Domain Name System.
DOP	Documento Operacional de Prazos da Portabilidade.
DPDC	Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.
DRM	Digital Radio Mondiale (padrão europeu de rádio digital).
DS-CDMA	Múltiplo Acesso por Divisão em Código com Sequência Direta.
DSAC	Documento de Separação e Alocação de Contas.
DSB	Double Side Band 'Modulation' (Modulação em Faixa Lateral Dupla).
DSC	Documento Sigiloso Controlado.
DSL	Digital Subscriber Line.
DTH	Direct-to-Home (Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite).
DTMF	Dual Tone Multi-Frequency.
DVB	Digital Video Broadcasting (Padrão de TV Digital – União Européia).
DVB-H	Digital Video Broadcasting Handheld.
e-DJF1	Diário da Justiça Federal da Primeira Região eletrônico (TRF 1ª Região).
e.i.r.p.	Potência Equivalente Isotropicamente Radiada.
e.r.p.	Potência Efetiva Radiada (Campo Eletromagnético).
e.r.p.	Potência Efetivamente Irradiada.

E1	E1.
EACO	East African Communications Organisation.
EARPTO	East Africa Regulatory, Postal and Telecommunications Organization.
EB	Estação Base.
EBC	Empresa Brasil de Comunicação.
EBITDA	Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization.
EC	Estação de Controle.
Ec / ec	Campo Característico, respectivamente em dB μ e mV/m.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
ECAD	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição.
ECD	Equipamento de Comunicação de Dados.
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
EDGE	Enhanced Data Rates for Global Evolution (Rede celular 2.5G).
EEII	Empresa Exploradora de Troncos Interestaduais e Internacionais.
EESPT	Entidade Exploradora de Serviços Públicos de Telecomunicações (em desuso).
EHF	Extremely High Frequency.
EILD	Exploração Industrial de Linha Dedicada.
ELI	Estágio de Linha Integrado.
ELR	Estágio de Linha Remoto.
EM	Estação Móvel.
Enom / enom	Intensidade de campo nominal utilizável, respectivamente em dB μ e mV/m.
ENUM	Telephony Numbering Mapping (Protocolo desenvolvido pela IETF).
EPMU	Equal Proportionate Mark Up (Alocação Proporcional e Equitativa – Separação e Alocação de Contas).
EPON	Ethernet Passive Optical Network.
ER	Estação Repetidora.
ER	Estágio Remoto (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ERB	Estação Rádio Base.
ERC	Estação Radioelétrica Central.
ERG	European Regulators Group.
ERP	Potência Efetivamente Radiada.
ERUE	Eficiência Relativa de Uso do Espectro (ERUE).
ESC	Equipamento a Ser Certificado.
ESV	Earth Station on Board Vessel.
ESV	Estação Terrena a Bordo de Embarcação.
ET	Estação Terminal.
ETA	Estação Terminal de Acesso.
ETD	Equipamento Terminal de Dados.
ETIR	Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança da Informação (ANATEL).

ETSI	European Telecommunications Standards Institute.
Eu / eu	Intensidade de campo utilizável, respectivamente em dBμ e mV/m.
EUE	Eficiência de Uso do Espectro (EUE).
FA	Fator de Amortecimento.
FAC	Fully Allocated Costs (Custos Totalmente Alocados).
FCC	Federal Communications Commission (United States of America).
FCPT	Fórum de Certificação de Produtos para Telecomunicações.
FCT	Função Comissionada Técnica.
FCT	Funções Comissionadas de Telecomunicações.
FDD	Frequency Division Duplexing (Duplexação por Divisão na Frequência).
FDMA	Frequency Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Frequência).
FEBRAPEL	Federação Brasileira de Telecomunicações (Representação empresarial).
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas.
FGP	Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FH-CDMA	Múltiplo Acesso por Divisão em Código com Saltos de Frequência.
FIFA	Fédération Internationale de Football Association.
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos.
FINSOCIAL	Fundo de Investimento Social.
FISTEL	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.
FITTEL	Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações.
FM	Frequência Modulada.
FMCA	Fixed-Mobile Convergence Alliance.
FNC	Fundo Nacional da Cultura.
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
FNPJ	Fórum Nacional de Professores de Jornalismo.
FNT	Fundo Nacional de Telecomunicações.
Fonacate	Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado.
FORCINE	Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual.
FS	Fornecedora de Sinal.
FTTB	Fiber to the Building.
FTTC	Fiber to the Curb.
FTTH	Fiber to the Home.
FTTN	Fiber to the Node.
FUNCAP	Fundo Especial para Calamidades Públicas (Sistema Nacional de Defesa Civil).
Fundomic	Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicação (Minas Gerais).
Funtec	Fundo Tecnológico (BNDES).

FUNTEL	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.
FUST	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
FWA	Fixed Wireless Access.
GCOM	Grupo Interdisciplinar de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações (UnB).
GESAC	Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão.
GETEL	Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações (UnB).
GGSN	Gateway GPRS Support Node.
GIP	Grupo de Implantação da Portabilidade.
GIP	Grupo de Implementação da Portabilidade.
GIPAQ	Grupo de Implantação de Processos de Aferição da Qualidade.
GMC	Grupo Mercado Comum.
GMDSS	Sistema Global Marítimo de Socorro e Segurança.
GNR	Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais.
GPON	Gigabit Passive Optical Network.
GPRS	General Packet Radio Service (Rede celular 2.5G).
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global).
GSM	Global System Mobile -Global System for Mobile Communications (Originariamente Groupe Spécial Mobile).
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial.
HCA	Base de Custos Históricos (Separação e Alocação de Contas).
HCA	Historical Cost Accounting (Base de Custos Históricos na Separação e Alocação de Contas).
HCI	Altura do Centro de Fase do Sistema Irradiante.
HF	High Frequency (Alta Frequência).
HFBC	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para o planejamento das faixas de ondas decamétricas atribuídas ao serviço de radiodifusão, realizada em 1987.
HMM	Hora de Maior Movimento.
HNMT	Altura da Antena sobre o Nível Médio do Terreno.
HNMT	Altura do Sistema Irradiante em Relação ao Nível Médio do Terreno (Radiodifusão).
HSDPA	High Speed Downlink Packet Access (Rede celular 3G).
HSPA	High-Speed Packet Access (tipo de padrão de telefonia móvel por dados) (Rede celular 3G).
HSUPA	High Speed Uplink Packet Access (Rede celular 3G).
IAF	International Accreditation Forum (Certificação e Homologação).
IAMCR	International Association for Media and Communication Research.
IAP	Índice de Atendimento Pessoal.
IAP	Interamerican Proposal.
IARP	International Amateur Radio Permission (Permissão Internacional de Radioamador).
IARU	União Internacional de Radioamadores.

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
IBOC	In-Band On-Channel (padrão norte-americano de rádio digital).
ICANN	Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (Corporação da Internet para a Atribuição de Nomes e Números).
ICAO	Organização Internacional de Aviação Civil.
ICC	Índice de Chamadas Completadas.
ICCo	Índice de Cessação de Cobrança.
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações.
ICNIRP	International Commission on Non Ionizing Radiation Protection (Comissão Internacional de Proteção Contra Radiações Não Ionizantes).
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
ICR	Índice de Correspondências Respondidas.
ICT	Instituição Científica e Tecnológica.
ICT4D	Information and Communication Technologies for Development.
IDA	Índice de Desempenho no Atendimento (aplicado ao STFC).
IDDF	Informações de Demanda e Dados Físicos (Separação e Alocação de Contas).
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IDQ	Índice de Desempenho de Qualidade (aplicado ao STFC).
IEC	International Electrotechnical Commission.
IEEE	Institute of Electrical and Electronics Engineers.
IETF	Internet Engineering Task Force (Força Tarefa de Engenharia da Internet).
IFCA	International Federation of Mass Communication Associations.
Ifd	Fator de Degradação.
IFRB	Junta Internacional de Registro de Frequências.
IFS	Serviço Franqueado Internacional.
IGF	Internet Governance Fórum (Fórum de Governança da Internet vinculado à ONU).
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado.
IGQO	Índice Geral de Qualidade Operacional (aplicado ao STFC).
IGQP	Índice Geral de Qualidade Percebida (aplicado ao STFC).
II	Imposto de Importação.
IIS	Índice de Instalação do Serviço.
IITS	Índice de Interrupções Solucionadas.
ILA	Índice de Ligações Atendidas.

ILAC	International Laboratories Accreditation Cooperation (Certificação e Homologação).
IME	Índice Mínimo de EUE (IME).
IMO	Organização Marítima Internacional.
IMSI	International Mobile Subscriber Identity (Identificação Internacional de Acesso Móvel).
IMT-2000	International Mobile Telecommunications-2000.
IMT-Advanced	International Mobile Telecommunication Advanced (requisitos UIT).
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária.
INI	Infraestrutura Nacional de Informações.
INMARSAT	Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite.
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.
INTELSAT	International Telecommunications Satellite Consortium (Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite).
Intercom	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
IP	Índice de Preços.
IP	Internet Protocol (Protocolo de Internet).
IPAOG/FGV	Índice de Preços por Atacado - Oferta Global.
IPCA/IBGE	Índice de Preços ao Consumidor Amplo.
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados.
IPTF	IPTF F.
IPTF DEA	Índice de Produtividade Total de Fatores DEA.
IPTF F	Índice de Produtividade Total de Fatores Fisher.
IPTF F	Índice de Produtividade Total de Fatores Fisher (Reajuste Tarifário do STFC).
IPTV	Internet Protocol TV.
IQF	Índice de Quantidade dos Fatores de Produção (Reajuste Tarifário do STFC).
IQP	Índice de Fator de Produção.
IQP	Índice de Quantidade dos Produtos (Reajuste Tarifário do STFC).
IR	Imposto de Renda.
IREDC	Índice de Reclamação por Erro em Documento de Cobrança.
IRPJ	Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica.
IRS	Índice de Reclamação do Serviço.
ISAN	International Standard Audiovisual Number.
ISDB	Integrated Services Digital Broadcasting.
ISDB-C	Integrated Services Digital Broadcasting Cable.
ISDB-S	Integrated Services Digital Broadcasting Satellite Television.
ISDB-T	Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial (Serviços Integrados de Radiodifusão Digital Terrestre).

ISDTV	International System for Digital TV (novo nome do SBTVD).
ISM	Aplicações Industriais, Científicas e Médicas.
ISO	International Standards Organisation.
ISP	Internet Service Provider (vide PSCI).
ISRA	Índice de Solicitações de Reparos Atendidas.
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
IST	Índice de Serviços de Telecomunicações.
ISYDS	Integrated System for Decision Support (vide SIAD).
ITE	Índice Temporal de EUE.
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República).
ITU	International Telecommunication Union (União Internacional de Telecomunicações).
l	Comprimento de Onda.
LAN	Local Area Network.
LaPCom	Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB.
LBS	Location Based Services.
LDI	Longa Distância Internacional.
LDN	Longa Distância Nacional.
LED	Light Emitting Diode (Diodo Emissor de Luz).
LEP	Lei de Execuções Penais.
LF	Low Frequency.
LGT	Lei Geral de Telecomunicações.
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais.
LLU	Local Loop Unbundling.
LMDS	Local Point-Multipoint Distribution Service.
LPFM	Low-Power FM stations (Rádios Comunitárias).
LRGP	Loudness Rating Guard-Ring Position.
LRIC	Long Run Incremental Costs (Custos Incrementais de Longo Prazo) (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
LSI	Laboratório de Sistemas Integráveis da USP.
LSZH	"Low Smoke and Zero Halogen".
LTE	Long Term Evolution (Rede Celular 3G).
LTOG	Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita.
LUSOCOM	Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.
M2M	Machine to Machine (comunicação entre máquinas).
MAN	Metropolitan Area Network.
MdE	Memorando de Entendimento - MdE.
MDGs	Millenium Development Goals (UN Millenium Summit 2000).
MEF	Mobile Entertainment Forum.
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul.
MF	Medium Frequency (Média Freqüência).

MICS	Sistemas de Comunicações de Implantes Médicos.
MIFR	Master International Frequency Register (Registro Mestre da UIT).
MIN	Valor do Minuto de Tarifação (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
MINFRA	Ministério da Infraestrutura (Extinto pela Lei 8.422, de 13/05/1992).
MMDS	Multichannel Multipoint Distribution Service (Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal).
MMS	Multimedia Message.
MNO	Mobile Network Operator (Operador de Rede Móvel).
MOB	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para os serviços móveis.
MOB-87	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para os Serviços Móveis, realizada em 1987.
MOS	Mean Opinion Score (Pontuação Média de Opinião).
MSCID	Mobile Switching Center Identification.
MT	Linha de distribuição de Média Tensão.
MVNO	Mobile Virtual Network Operator (Operador de Rede Virtual Móvel).
MVPD	MVPD.
NBM	Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.
NC	Noise Criteria.
NCL	Nested Context Language (Interatividade do ISDB-T: linguagem do ambiente Ginga-NCL).
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul.
NFC	Near Field Communications.
NFST	Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações.
NGN	Next Generation Network.
NGT	Norma Geral de Telecomunicações (Ministério das Comunicações).
NOPRED	Notificação Preliminar de Desastres - Formulário (Sistema Nacional de Defesa Civil).
NPOESS	National Polar-Orbiting Environmental Satellite System.
NRA	National Regulatory Authorities (União Européia).
NSR	Nível do Sinal Recebido.
NUDEC	Núcleo Comunitário de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
NWA	Nomadic Wireless Access (Aplicação Nomádica).
OCC	Organismo de Certificação Credenciado.
OCD	Organismo de Certificação Designado.
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).
OFDM	Orthogonal Frequency Division Multiplexing (Multiplexação Ortogonal por Divisão de Frequência).
OFDMA	Orthogonal Frequency-Division Multiple Access.
OIT	Oxidative Induction Time (Tempo de Indução Oxidativa).

OL	Oscilador Local.
OM	Onda Média.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
OPGW	Optical Ground Wire (Cabos Pára-raios com Fibras Ópticas).
ORB-85	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para uso da Órbita de Satélites Geoestacionários e o Planejamento dos Serviços Espaciais que a Utilizam, realizada em 1985.
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
OT	Onda Tropical.
OTI	Organización de Televisión Iberoamericana.
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento.
PAC	Plano Anual de Capacitação (Capacitação Profissional nas Agências Reguladoras).
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento (Programa de Governo de Janeiro de 2007).
PADIS	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS).
PADO	Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações).
PAF	Processo Administrativo Fiscal (ANATEL).
PAR	Plano de Aplicação de Recursos (FUNTTEL).
PAR-C	Plano de Atendimento Rural Complementar (STFC).
PAR-F	Plano de Atendimento Rural Facultativo (STFC).
PAR-S	Plano de Atendimento Rural Suplementar (STFC).
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
PASI	Provedor de Acesso a Serviços de Internet.
PASOO	Plano Alternativo de Serviço de Oferta Obrigatória.
PAT	Parcela Adicional de Transição.
PATVD	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital.
PATVD	Programa de Incentivos ao Setor da TV Digital (Integrante do PAC).
PBFM	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.
PBOC	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Curta.
PBOM	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Média.
PBOT	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Tropical.
PBRTV	Plano Básico de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF.
PBTV	Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF.
PBTVA	Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão por Assinatura.
PBTVD	Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital.

PBX	Private Branch Exchange.
PCNR	Parcela de Custo Não Recuperável pela Exploração Eficiente do Serviço (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações).
PCS	Personal Communication Service.
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação.
PDG	Programa de Dispendios Globais (Empresas Estatais Federais).
PDP	Plasma Display Pannel (Painel Mostrador de Plasma).
PDRTVD	Plano de Designação de Canais de Retransmissão de Televisão Digital.
PDTVD	Plano de Designação de Canais de Televisão Digital.
PEP	Peak Envelope Power (Potência de Pico da Envoltória).
PF	Procuradoria Federal no Estado.
PGA	Plano Geral de Autorizações.
PGA-SME	Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Especializado.
PGA-SMP	Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal.
PGCN	Plano Geral de Códigos Nacionais.
PGMC	Plano Geral de Metas de Competição.
PGMQ	Plano Geral de Metas de Qualidade.
PGMQ-2006	Plano Geral de Metas de Qualidade do STFC para a Renovação dos Contratos de Concessão.
PGMQ-SMP	Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal.
PGMU	Plano Geral de Metas de Universalização.
PGMU-2006	Plano Geral de Metas para Universalização do STFC no Regime Público para a Renovação dos Contratos de Concessão.
PGO	Plano Geral de Outorgas.
PGR	Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil.
PICT	Projeto de Proteção da Infraestrutura Crítica de Telecomunicações (Anatel e CPqD).
PIS	Programa de Integração Social.
PISP	Plano de Indenização por Serviços Prestados (Telebras).
PLC	Power Line Communications.
PMD	Polarization Mode Dispersion (Modo de Polarização por Dispersão) (Cabo de Fibra Óptica).
PMM	Período de Maior Movimento (Televisão por Assinatura (Gênero)).
PMM1	Período de Maior Movimento diurno, das 9h às 11h (STFC).
PMM2	Período de Maior Movimento noturno, das 20h às 22h (STFC).
PMS	Poder de Mercado Significativo.
PMT	Período de Maior Tráfego (PMT).
PNBL	Programa Nacional de Banda Larga.
POI	Ponto de Interconexão.
POP	Post Office Protocol (INTERNET).

POSIC/Anatel	Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANATEL.
PP	Conferência de Plenipotenciários da UIT.
PPA	Plano Plurianual.
PPB	Processo Produtivo Básico.
PPDESS	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.
PPDF	Previsão de Demanda e Dados Físicos (Separação e Alocação de Contas).
PPDUR	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências.
ppm	partes por milhão.
PPP	Parceria Público-Privada.
PR	Perda de Retorno.
PRB	Ponto de Referência da Boca.
PRF	Procuradoria Regional Federal.
PRO-REG	Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação.
PROCON	Promotoria de Defesa do Consumidor.
PRODIST	PRODIST – Procedimentos de Distribuição (Energia Elétrica).
PROINFO	Programa Nacional de Informática na Educação.
PROM	Plano Regional de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Média ou Plano do Rio de Janeiro (Radiodifusão Sonora).
PROTESTE	Associação Brasileira de Defesa do Consumidor.
ProTIC	Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.
PROUCA	Programa Um Computador por Aluno.
PRRadCom	Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
PSCI	Provedor de Serviço de Conexão à INTERNET.
PSM	Posto de Multifacilidades.
PSM	Posto de Serviço Multifacilidades.
PSO	Procedimento Simplificado de Outorga.
PSP	Potência de Saída da Portadora.
PST	Posto de Serviço de Telecomunicações.
PTR	Ponto de Terminação de Rede.
PTT	Ponto de Troca de Tráfego (Internet).
PUC	Prestação, Utilidade ou Comodidade (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
PVCP	Gerência Geral de Comunicações Pessoais Terrestres (ANATEL).
PVR	Personal Video Recorder.
RadCom	Serviço de Radiodifusão Comunitária.
RBR	Relação de Bens Reversíveis.
RBT	Rede Brasil de Tecnologia.

RBT	Rede de distribuição de Baixa Tensão.
RCBR	Regulamento de Controle de Bens Reversíveis.
RDSI	Rede Digital de Serviços Integrados.
RDSI-FE	Rede Digital de Serviços Integrados - Faixa Estreita.
RDSI-FL	Rede Digital de Serviços Integrados - Faixa Larga.
RE	Recurso Extraordinário.
RECAP	Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras.
RECOMPE	Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional.
REDEC	Regional Estadual de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
REGISTRO.br	Registro de Domínios para a Internet no Brasil (Comitê Gestor da Internet no Brasil).
REGULATEL	Foro Latino-Americano de Autoridades Reguladoras das Telecomunicações.
REICOMP	Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional.
RENEC	Rede Nacional de Estações Costeiras.
REPES	Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação.
REPUBL-Redes	Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações.
REsp	Recurso Especial.
RF	Radiofrequência.
RF	Radiofrequência (Campo Eletromagnético).
RFID	Radio Frequency Identification Device (Sistema de Identificação por Radiofrequência).
RGP	Regulamento Geral de Portabilidade.
RGQ-SCM	Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia.
RGQ-SMP	Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal.
RIQ	Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado.
RITU	Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária.
RLL	Radio in the Local Loop.
RMT	Rede de distribuição de Média Tensão.
RNI	Radiação Não Ionizante (Campo Eletromagnético).
RNP	Rede Nacional de Pesquisa.
RNR	Rede Nacional de Radiovideometria.
ROL	Receita Operacional Líquida.
RPF	Request for Proposal.
RpTV	Serviço de Repetição de Televisão.
RR	Regulamento de Radiocomunicações da UIT.

RRD	Restricted Radiation Device.
RRV-SMP	SMP por meio de Rede Virtual.
RSAC	Regulamento de Separação e Alocação de Contas.
RSQ	Raiz quadrada da soma dos quadrados.
RTFM	Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.
RTV	Serviço de Retransmissão de Televisão.
RUE	Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências.
RVU-M	Valor de Referência de VU-M.
SA	Specific Absorption (Absorção Específica).
SAC	Serviço de Atendimento ao Consumidor.
SAC	Stand Alone Cost (Custo Total Individual – Separação e Alocação de Contas).
SACP	Sistema de Acompanhamento de Consulta Pública.
SAM	Serviço Avançado de Mensagens.
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.
SAP	Secondary Audio Programming (Programa Secundário de Áudio).
SAPN	Sistema de Administração dos Recursos de Numeração.
SAR	Specific Absorption Rate (Taxa de Absorção Específica).
SARC	Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.
SART	Transponder de busca e salvamento.
SATVA	Sistema de Acompanhamento das Obrigações das Prestadoras de TV por Assinatura.
SBC	Sistema Brasileiro de Certificação.
SBPJOR	Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.
SBRD	Sistema Brasileiro de Rádio Digital.
SBTVD	Sistema Brasileiro de Televisão Digital.
SBTVD-T	Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
SCI	Serviço de Conexão à INTERNET.
SCM	Serviço de Comunicação Multimídia.
SCMa	Serviço de Comunicação de Massa por assinatura.
SCR	Serviço de Comunicações de Interesse Restrito.
SDE	Secretaria de Direito Econômico (Ministério da Justiça).
SDK	Software Development Kit.
SDN	Software Defined Networking.
SeAC	Serviço de Acesso Condicionado.
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ministério da Fazenda).
SECEX	Secretaria de Controle Externo (Tribunal de Contas da União).
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.
SEFID	Secretaria de Fiscalização de Desestatização (Tribunal de Contas da União).
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

SER	Serviço Especial de Radiochamada, Regime Regulatório.
SERDS	Serviço Especial de Radiodeterminação por Satélite.
SET	Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão.
SETA	Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Sistemas de Televisão por Assinatura (Representação empresarial).
SFS	Serviço Fixo por Satélite.
SGAL	Sistema de Gerenciamento de Áreas Locais.
SGB	Sistema Geodésico Brasileiro.
SGB	Sistema Geoestacionário Brasileiro.
SGDC	Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas.
SGIQ	Sistema de Gerenciamento de Indicadores de Qualidade.
SGME	Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro.
SGT.1	Subgrupo de Trabalho nº 1 – Comunicações do Mercosul.
SHF	Super High Frequency.
SI	Sociedade da Informação.
SIAD	Sistema Integrado de Apoio à Decisão (Programa para obtenção dos Valores de Eficiência DEA).
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SIC	Segurança da Informação e Comunicações (ANATEL).
SICAP	Sistema de Controle de Rastreamento de Documentos e Processos.
SICI	Sistema de Coleta de Informação.
SICOM	Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo (Publicidade da Administração Pública Federal).
SIGAnatel	Sistema de Informações Geográficas do Brasil.
SIGEC	Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANATEL.
SINAMOB	Sistema Nacional de Mobilização.
SINAPI/IBGE	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos.
SINCAB	Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Sistemas de TV por Assinatura e Serviços Especiais de Telecomunicações (Representação profissional).
SINDEC	Sistema Nacional de Defesa Civil.
SINDEC	Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
SINDER	Sindicato Nacional das Empresas de Radiocomunicações (Representação empresarial).
SINDESB	Sistema de Informações sobre Desastres no Brasil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
SINDISAT	Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite (Representação empresarial).
SINDITELEBRASIL	Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Serviços de Telecomunicações (Representação empresarial).

SINSTAL	Sindicato Nacional das Empresas Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura e Telecomunicações (Representação empresarial).
SINTEIS	Sindicatos Estaduais dos Trabalhadores em Telecomunicações (Representação profissional).
SIT	Sistema com Transponder Interrogador.
SITARWEB	Sistema de Informações Técnicas para Administração das Radiocomunicações WEB.
SLD	Serviço por Linha Dedicada.
SLDA	Serviço por Linha Dedicada para Sinais Analógicos.
SLDD	Serviço por Linha Dedicada para Sinais Digitais.
SLDT	Serviço por Linha Dedicada para Sinais Telegráficos.
SLE	Serviço Limitado Especializado.
SLMP	Serviço Limitado Móvel Privativo.
SLP	Serviço Limitado Privado.
SLPR	Serviço Limitado Privado de Radiochamada.
SMA	Serviço Móvel Aeronáutico.
SMC	Serviço Móvel Celular.
SMD	Surface Mounted Device.
SME	Serviço Móvel Especializado.
SMGS	Serviço Móvel Global por Satélite.
SMM	Serviço Móvel Marítimo.
SMP	Serviço Móvel Pessoal.
SMS	Serviço Móvel por Satélite.
SMS	Short Message Service.
SMT	Surface Mounted Technology.
SNC	Secretaria Nacional de Comunicações (MINFRA).
SNOA	Sistema de Negociação das Ofertas de Atacado (PGMC).
Socicom	Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação.
SOCCINE	Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema.
SOR	Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (ANATEL).
SPV	Superintendência de Serviços Privados.
SRA	Serviço de Radiocomunicação Aeronáutica Público-Restrito.
SRC	Superintendência de Relações com Consumidores.
SRD	Short Range Device.
SRE	Serviço de Radiotáxi Especializado, Regime Regulatório.
SRT	Serviço de Radiotáxi.
SRTT	Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações.
SSB	Single Side Band 'Modulation' (Modulação em Faixa Lateral Simples).
STE	Secretaria de Telecomunicações (Ministério das Comunicações).

STEL	Sistema de Serviços de Telecomunicações.
STF	Supremo Tribunal Federal.
STFC	Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
STM	Superior Tribunal Militar.
STP	Serviço Telefônico Público (em desuso).
STS	Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélite.
SUDAM	SUDAM.
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus.
SVA	Serviço de Valor Adicionado.
TAB	Tarifa Aduaneira do Brasil.
TAC	Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.
TAP	Television Association of Programmers (Estados Unidos da América).
TAP	Terminal de Acesso Público.
TAP	Terminal de Acesso Público (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TBSMC	Tarifa Básica do Serviço Móvel Celular.
TCD	Termo de Compromisso de Desempenho.
TCP	Transport Control Protocol (INTERNET).
TCU	Tribunal de Contas da União.
TDD	Time Division Duplexing (Duplexação por Divisão no Tempo).
TDMA	Time Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Tempo).
TEB	Taxa de Erro de Bits.
TEC	Tarifa Externa Comum.
TelComp	Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas.
TELEBRAS	Telecomunicações Brasileiras S.A..
TELEBRASIL	Associação Brasileira de Telecomunicações.
TELEX	Comutação Telegráfica.
TFEL	Thin-Film Electroluminescent (Displays Eletroluminescentes a Filme Fino).
TFF	Taxa de Fiscalização do Funcionamento.
TFI	Taxa de Fiscalização da Instalação.
THD	Distorção harmônica total.
TIC	Information and Communication Technology.
TIPI	Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.
TISA	Traveller Information Services Association.
TMC	– Traffic Message Channel (Canal de Mensagem de Trânsito).
TME	Tarifa de Mudança de Endereço (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TMN	Telecommunications Management Network.
TOE	Taxa de Onda.

TR	Taxa Referencial.
TRASA	Telecommunications Regulators' Association of Southern Africa.
TRD	Taxa Referencial Diária.
TRF	Tribunal Regional Federal.
TRF1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
TRI	Termo de Responsabilidade de Instalação.
TRX	Transceptor.
TSC	Terminal Móvel de Acesso a Ser Certificado.
TSC	Terminal Portátil a Ser Certificado.
TSE	Tribunal Superior Eleitoral.
TST	Tribunal Superior do Trabalho.
TT	Tronco/Canal Telefônico de Entrada.
TU	Tarifa de Uso (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TU-COM	Tarifa de Uso de Comutação (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TU-M	Tarifa de Uso Móvel.
TU-RIU	Tarifa de Uso de Rede Interurbana.
TU-RIU1	Tarifa de Uso de Rede Interurbana Nível 1 (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TU-RIU2	Tarifa de Uso de Rede Interurbana Nível 2.
TU-RL	Tarifa de Uso de Rede Local.
TUP	Telefone de Uso Público.
TUP	Telefone de Uso Público (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TVA	Serviço Especial de Televisão por Assinatura.
TVA	Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial).
TVC	TV a Cabo.
UAC	Unidade de Atendimento de Cooperativa.
UCS	Unidade de Controle do Sistema (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC).
UHDTV	Ultra High Definition Television (Radiodifusão 8K).
UHF	Ultra High Frequency (Frequência Ultra Alta).
UIT	União Internacional de Telecomunicações (Union Internationale des Télécommunications / Unión Internacional de Telecomunicaciones).
UIT-R	Setor de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações.
UIT-R-SA	Recomendações da UIT sobre Aplicações Espaciais e Meteorologia.
ULEPICC	Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura.
UMB	Ultra Mobile Broadband.
UMTS	Universal Mobile Telecommunications Service (Rede celular 3G).
UNE-P	Desagregação de Plataforma.
UNICEF	United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

UO	Unidade Operacional.
UPS	Uninterruptable Power Supply.
UR	Unidade Retificadora.
URA	Unidade de Resposta Audível (SMP – Gestão da Qualidade).
URA	Unidade de Resposta Automática.
URA	Unidade Remota de Assinante.
URD	Unidade Receptora Decodificadora (Serviço de Acesso Condicionado).
URV	Unidade Real de Valor.
USG	Unidade de Supervisão e Gerência (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC).
USSD	Unstructured Supplementary Service Data (Redes Móveis).
UTP	Unidade de Tarifação para TUP e TAP (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
UTRAN	Universal Terrestrial Radio Access Network.
UWB	Ultrawideband.
UWIA	Ubiquitous Wireless Internet Access.
VBI	Vertical Blanking Interval (Intervalo de Apagamento Vertical).
VC	Valor de Comunicação (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
VC-1	Valor de Comunicação 1.
VC-2	Valor de Comunicação 2.
VC-3	Valor de Comunicação 3.
VC-T	Valor de Comunicação (Serviço Móvel Especializado).
VC-VST-R	Valor de Comunicação do Visitante em Roaming.
VC1	Valor de Comunicação 1 (Serviço Móvel Pessoal).
VCA	Valor de Chamada Atendida (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
VELOX	Serviço de acesso à internet de banda larga comercializado pela empresa Oi.
VHF	Very High Frequency (Frequência Muito Alta).
VIGP	Variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.
VLF	Very Low Frequency.
VM	Valor da Multa (Radiodifusão – Regulamento de Sanções Administrativas).
VMA	Valor de Uso de Meio Adicional (STFC fora da Área de Tarifa Básica).
VMA	Valor de Utilização de Meios Adicionais.
VPA	Valor Patrimonial da Ação.
Vpe	Volt por elemento.
VR	Valor de Referência (Radiodifusão – Regulamento de Sanções Administrativas).
VSAT	Estação Terrena de Pequeno Porte.
VSAT	Very Small Aperture Terminal (Certificação).
VSWR	Relação de Onda Estacionária.

VTP	Valor da Unidade de Tarifação para TUP e TAP (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
VU-M	Valor de Remuneração de Uso de Rede do SMP.
VU-M	Valor de Uso de Rede Móvel.
VU-T	Valor de Remuneração de Uso de Rede do SME.
WACC	Weighted Average Cost of Capital (Custo Médio Ponderado de Capital na Separação e Alocação de Contas).
WAN	Wide Area Network.
WAP	Wireless Application Protocol.
WATRA	West Africa Telecommunications Regulators Assembly.
WCDMA	Wideband CDMA (CDMA de banda larga).
WDM	Wavelength Division Multiplexing (Multiplexação por Divisão de Comprimento de Onda).
WDMA	Wavelegth Division Multiple Access (Acesso Múltiplo por Divisão de Comprimento de Onda).
Wi-Fi	Wireless Fidelity (padrão IEEE 802.11).
WIMAX	Worldwide Interoperability for Microwave Access.
WiMesh	WiMesh – Wireless Mesh.
WISP	Wireless Internet Service Provider.
WLAN	Wireless Local Area Network.
WLL	Wireless Local Loop (Rede Local sem Fio).
WMAN	Wireless Metropolitan Area Network.
WSIS	World Summit on the Information Society (Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação – CMSI).
WTPF-09	Fórum Mundial sobre Políticas de Telecomunicações.
WTPF-09	World Telecommunication Policy Forum.
xDSL	x Digital Subscriber Line.
XPOL	Polarização Cruzada.
θ ini	Ângulo Teta Inicial.

Normas e Atos de 2013

Fundamentos

Aspectos Históricos



Atos

Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2013

Direito à Privacidade

Tema Conexa: Políticas de Telecomunicações : Sigilo em Telecomunicações.

Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações

Infraestrutura de Telecomunicações



Normatização

Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013 - Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.

- ✓ Requisitos dos programas e equipamentos destinados às comunicações de dados da administração pública federal.

Redes de Telecomunicações



Normatização

Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013 - Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.

- ✓ Requisitos dos programas e equipamentos destinados às comunicações de dados da administração pública federal.

Resolução da ANATEL nº 607, de 13 de março de 2013 - Alteração no Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, e no Regulamento de Administração dos Recursos de Numeração, aprovado pela Resolução nº 84, de 30 de dezembro de 1998.

- ➔ **Anexo** - Alterações no Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado e no Regulamento de Administração dos Recursos de Numeração.

Resolução da ANATEL nº 624, de 30 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.

➔ **Anexo** - Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.

Numeração dos Serviços



Normatização

Resolução da ANATEL nº 607, de 13 de março de 2013 - Alteração no Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, e no Regulamento de Administração dos Recursos de Numeração, aprovado pela Resolução nº 84, de 30 de dezembro de 1998.

➔ **Anexo** - Alterações no Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado e no Regulamento de Administração dos Recursos de Numeração.

Resolução da ANATEL nº 614, de 28 de maio de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia.

✓ Fixação de parâmetros de qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia e exigência de gratuidade pela conexão à internet por prestadora de SCM que ofereça planos para conexão à internet.

Equipamentos de Telecomunicações



Normatização

Decreto nº 7.903, de 4 de fevereiro de 2013 - Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação que menciona.

➔ **Anexo** - Percentuais e Descrições de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação sujeitos a margens de preferência.

✓ O Decreto 7.903/2013 regulamenta a aplicação de margens de preferência em licitações para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, dentre eles, trunking, switches, transceivers, hubs, modems, gateways, terminais fixos, receptores pessoais de radiomensagens, aparelhos transmissores e terminais portáteis.

Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013 - Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e

sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.

- ✓ Requisitos dos programas e equipamentos destinados às comunicações de dados da administração pública federal.

Resolução da ANATEL nº 624, de 30 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.

- ➔ **Anexo** - Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.

Antenas



Normatização

Resolução da ANATEL nº 609, de 18 de abril de 2013 - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto.

- ➔ **Anexo** - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto.

Resolução da ANATEL nº 610, de 18 de abril de 2013 - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-Área Bidirecionais.

- ➔ **Anexo** - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-Área Bidirecionais.

Estações de Telecomunicações



Normatização

Resolução da ANATEL nº 610, de 18 de abril de 2013 - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-Área Bidirecionais.

- ➔ **Anexo** - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-Área Bidirecionais.

Terminais



Normatização

Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 - Altera as Leis nos 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico, 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o cômputo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público, 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para

adesão ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.

Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 - Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis no 11.941, de 27 de maio de 2009, e no 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nos 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1o de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1o de dezembro de 1965; e dá outras providências.

Decreto nº 7.903, de 4 de fevereiro de 2013 - Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação que menciona.

➔ **Anexo** - Percentuais e Descrições de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação sujeitos a margens de preferência.

- ✓ O Decreto 7.903/2013 regulamenta a aplicação de margens de preferência em licitações para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, dentre eles, trunking, switches, tranceivers, hubs, modems, gateways, terminais fixos, receptores pessoais de radiomensagens, aparelhos transmissores e terminais portáteis.

Resolução da ANATEL nº 613, de 9 de maio de 2013 - Altera o art. 48 do Regulamento da Interface Usuário - Rede e de Terminais do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 473, de 27 de julho de 2007.

- ✓ A Res. 613/2013 dispensa terminais de voz que utilizem tecnologia de tela sensível ao toque da exigência de disposição física das teclas para identificação por deficientes visuais.

Certificação / Homologação



Normatização

Resolução da ANATEL nº 609, de 18 de abril de 2013 - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto.

➔ **Anexo** - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto.

Resolução da ANATEL nº 610, de 18 de abril de 2013 - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-Área Bidirecionais.

➔ **Anexo** - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-Área Bidirecionais.

Resolução da ANATEL nº 613, de 9 de maio de 2013 - Altera o art. 48 do Regulamento da Interface Usuário - Rede e de Terminais do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 473, de 27 de julho de 2007.

- ✓ A Res. 613/2013 dispensa terminais de voz que utilizem tecnologia de tela sensível ao toque da exigência de disposição física das teclas para identificação por deficientes visuais.

Resolução da ANATEL nº 626, de 20 de novembro de 2013 - Acrescenta o item 8.1.7 na Norma para Certificação de Produtos para Telecomunicações, aprovada pela Resolução nº 323, de 7 de novembro de 2002.

Espectro de Radiofrequência

Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência



Normatização

Portaria MC nº 14, de 6 de fevereiro de 2013 - Estabelece diretrizes para a aceleração do acesso ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T e para a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga - PNBL.

Resolução da ANATEL nº 625, de 11 de novembro de 2013 - Aprova a Atribuição, a Destinação e o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.

➔ **Anexo** - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.724, de 11 de março de 2013 - Aprova a Edição 2013 do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil.

➔ **Anexo** - Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil.

Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 628, de 6 de dezembro de 2013 - Aprova a alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências, na Faixa de 450 MHz a 470 MHz, pelo Serviço Limitado Privado no Âmbito dos Aeroportos Nacionais.

➔ **Anexo** - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências, na Faixa de 450 MHz a 470 MHz, pelo Serviço Limitado Privado “no Âmbito dos Aeroportos Nacionais.

Órbita e Satélite



Normatização

Resolução da ANATEL nº 616, de 18 de junho de 2013 - Aprova a alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, e alterado pela Resolução nº 484, de 5 de novembro de 2007.

➔ **Anexo** - Alteração do art. 12 do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

Administração do Setor de Telecomunicações

Fiscalização das Telecomunicações



Normatização

Portaria MC nº 112, de 22 de abril de 2013 - Aprova o Regulamento de Sanções Administrativas aplicáveis a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.

➔ **Anexo 1** - Fator Relativo ao Tipo de Serviço/Classe da Emissora (K1).

➔ **Anexo 2** - Fator Relativo ao Porte do Município (K2).

➔ **Anexo 3** - Fator Relativo à Gravidade da Infração (K3).

Portaria MC nº 197, de 1º julho de 2013 - Estabelece data limite para a apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária e altera a Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011.

➔ **Anexo 1** - Alterações ao Anexo II à Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 2011.

➔ **Anexo 2** - Alterações ao Anexo XII à Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 2011.

Resolução da ANATEL nº 608, de 5 de abril de 2013 - Aprova alteração nos Apêndices C e D do Anexo I do Regulamento de Separação e Alocação Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, e pela Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, e define novo prazo para entrega dos dados dos exercícios de 2011 e 2012 e do primeiro trimestre de 2013.

➔ **Anexo** - Apêndice C (Plano Geral para Separação e Alocação de Contas).

Resolução da ANATEL nº 619, de 8 de agosto de 2013 - Alterações dos Anexos I e II do Regulamento de Separação e Alocação de Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, pela Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, e pela Resolução nº 608, de 5 de abril de 2013.

➔ **Anexo** - Alterações dos Anexos I e II do Regulamento de Separação e Alocação de Contas (RSAC).

Resolução da ANATEL nº 624, de 30 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.

➔ **Anexo** - Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.

Resolução da ANATEL nº 629, de 16 de dezembro de 2013 - Aprova o Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

➔ **Anexo** - Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.



Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013 - Atribui a competência decorrente de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

✓ A Portaria ANATEL nº 448/2013 atribui competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL e convalida prática dos atos necessários à

análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.

Súmula da ANATEL nº 14, de 28 de junho de 2013 - O Pedido de Reconsideração em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor da Anatel, quando da deliberação de Recurso Administrativo, apenas será cabível caso a referida deliberação tenha ocorrido até o dia 1º de maio de 2013.

Tributação no Setor de Telecomunicações

Normatização

Decreto nº 7.981, de 8 de abril de 2013 - Altera o Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013 - Estabelece os requisitos técnicos mínimos dos telefones portáteis que possibilitam o acesso à internet em alta velocidade do tipo smartphone, beneficiados pela desoneração fiscal instituída pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e regulamentada pelo Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005.

Prestação de Serviços

Licitação

Normatização

Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013 - Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.

- ✓ Dispensa de licitação nas contratações de comunicação de dados que possam comprometer a segurança nacional.

Espécies de Outorga

Concessão (regras aplicáveis)

Normatização

Portaria MC nº 112, de 22 de abril de 2013 - Aprova o Regulamento de Sanções Administrativas aplicáveis a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.

- ➔ **Anexo 1** - Fator Relativo ao Tipo de Serviço/Classe da Emissora (K1).
- ➔ **Anexo 2** - Fator Relativo ao Porte do Município (K2).
- ➔ **Anexo 3** - Fator Relativo à Gravidade da Infração (K3).

Resolução da ANATEL nº 611, de 25 de abril de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarificação do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, para adequação das áreas de tarifação à nova configuração de áreas locais disposta na Resolução nº 560, de 21 de janeiro de 2011.

➔ **Anexo** - Alteração de áreas de tarifação do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005.

Resolução da ANATEL nº 616, de 18 de junho de 2013 - Aprova a alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, e alterado pela Resolução nº 484, de 5 de novembro de 2007.

➔ **Anexo** - Alteração do art. 12 do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

Resolução da ANATEL nº 623, de 18 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento de Conselho de Usuários.

➔ **Anexo** - Regulamento de Conselho de Usuários.

Permissão (regras aplicáveis)



Normatização

Portaria MC nº 112, de 22 de abril de 2013 - Aprova o Regulamento de Sanções Administrativas aplicáveis a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.

➔ **Anexo 1** - Fator Relativo ao Tipo de Serviço/Classe da Emissora (K1).

➔ **Anexo 2** - Fator Relativo ao Porte do Município (K2).

➔ **Anexo 3** - Fator Relativo à Gravidade da Infração (K3).

Autorização (regras aplicáveis)



Normatização

Portaria MC nº 112, de 22 de abril de 2013 - Aprova o Regulamento de Sanções Administrativas aplicáveis a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.

➔ **Anexo 1** - Fator Relativo ao Tipo de Serviço/Classe da Emissora (K1).

➔ **Anexo 2** - Fator Relativo ao Porte do Município (K2).

➔ **Anexo 3** - Fator Relativo à Gravidade da Infração (K3).

Resolução da ANATEL nº 614, de 28 de maio de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia.

- ✓ Fixação de parâmetros de qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia e exigência de gratuidade pela conexão à internet por prestadora de SCM que ofereça planos para conexão à internet.

Resolução da ANATEL nº 616, de 18 de junho de 2013 - Aprova a alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, e alterado pela Resolução nº 484, de 5 de novembro de 2007.

➔ **Anexo** - Alteração do art. 12 do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

Resolução da ANATEL nº 623, de 18 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento de Conselho de Usuários.

➔ **Anexo** - Regulamento de Conselho de Usuários.



Atos



Portaria ANATEL/SOR nº 639, de 25 de julho de 2013 - Estabelece o Procedimento Simplificado de Outorga – PSO, com a finalidade de outorga simultânea para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral e/ou o Serviço de Acesso Condicionado.

Preço Público e Preço Privado



Normatização

Resolução da ANATEL nº 606, de 4 de fevereiro de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 08 de junho de 2001, para mudar o município de Santana do Paraíso, no estado de Minas Gerais, da Área de Tarifação 333 (Caratinga) para a Área de Tarifação 316 (Coronel Fabriciano), e do Código Nacional 33 para o Código Nacional 31.

➔ **Anexo 1** - Áreas de Tarifação do STFC.

➔ **Anexo 2** - Alteração do Plano Geral de Códigos Nacionais.

Resolução da ANATEL nº 616, de 18 de junho de 2013 - Aprova a alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, e alterado pela Resolução nº 484, de 5 de novembro de 2007.

➔ **Anexo** - Alteração do art. 12 do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

Resolução da ANATEL nº 621, de 14 de agosto de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, alterado pela Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o município de Sabáudia, no estado do Paraná, da Área de Tarifação 442 (Maringá) para a Área de Tarifação 432 (Londrina) e do Código Nacional 44 para o Código Nacional 43.

➔ **Anexo 1** - Alterações ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

➔ **Anexo 2** - Alterações ao Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC.

Planos de Serviços



Normatização

Resolução da ANATEL nº 606, de 4 de fevereiro de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 08 de junho de 2001, para mudar o município de Santana do Paraíso, no estado de Minas Gerais, da Área de Tarifação 333 (Caratinga) para a Área de Tarifação 316 (Coronel Fabriciano), e do Código Nacional 33 para o Código Nacional 31.

➔ **Anexo 1** - Áreas de Tarifação do STFC.

➔ **Anexo 2** - Alteração do Plano Geral de Códigos Nacionais.

Resolução da ANATEL nº 621, de 14 de agosto de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, alterado pela Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o município de Sabáudia, no estado do Paraná, da Área de Tarifação 442 (Maringá) para a Área de Tarifação 432 (Londrina) e do Código Nacional 44 para o Código Nacional 43.

➔ **Anexo 1** - Alterações ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

➔ **Anexo 2** - Alterações ao Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC.

Políticas de Telecomunicações

Política Tarifária

Normatização

Resolução da ANATEL nº 606, de 4 de fevereiro de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 08 de junho de 2001, para mudar o município de Santana do Paraíso, no estado de Minas Gerais, da Área de Tarifação 333 (Caratinga) para a Área de Tarifação 316 (Coronel Fabriciano), e do Código Nacional 33 para o Código Nacional 31.

➔ **Anexo 1** - Áreas de Tarifação do STFC.

➔ **Anexo 2** - Alteração do Plano Geral de Códigos Nacionais.

Resolução da ANATEL nº 611, de 25 de abril de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, para adequação das áreas de tarifação à nova configuração de áreas locais disposta na Resolução nº 560, de 21 de janeiro de 2011.

➔ **Anexo** - Alteração de áreas de tarifação do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005.

Resolução da ANATEL nº 621, de 14 de agosto de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, alterado pela Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o município de Sabáudia, no estado do Paraná, da Área de Tarifação 442 (Maringá) para a Área de Tarifação 432 (Londrina) e do Código Nacional 44 para o Código Nacional 43.

➔ **Anexo 1** - Alterações ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

➔ **Anexo 2** - Alterações ao Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC.

Política Industrial



Normatização

Decreto nº 7.903, de 4 de fevereiro de 2013 - Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação que menciona.

➔ **Anexo** - Percentuais e Descrições de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação sujeitos a margens de preferência.

Decreto nº 7.913, de 7 de fevereiro de 2013 - Altera o Anexo III ao Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, que estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, que concede isenção do imposto de renda e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI.

➔ **Anexo** - Alterações do Anexo III do Decreto 6.233, de 11 de outubro de 2007.

Decreto nº 7.981, de 8 de abril de 2013 - Altera o Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013 - Estabelece os requisitos técnicos mínimos dos telefones portáteis que possibilitam o acesso à internet em alta velocidade do tipo smartphone, beneficiados pela desoneração fiscal instituída pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e regulamentada pelo Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005.

Concorrência no Setor de Telecomunicações



Concorrência no Setor de Telecomunicações

O Serviço de Comunicação Multimídia apresenta-se como serviço convergente com pretensão de introduzir utilidades concorrentes às fornecidas por serviços tradicionais do setor.



Normatização

Decreto nº 8.174, de 26 de dezembro de 2013 - Altera os Anexos I e II ao Decreto nº 7.867, de 19 de dezembro de 2012, relativos ao Programa de Despêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para 2013.

Portaria MC nº 275, de 17 de setembro de 2013 - Estabelece política para a disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à Internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte e por novos competidores.

Universalização e Massificação

Normatização

Portaria MC nº 275, de 17 de setembro de 2013 - Estabelece política para a disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à Internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte e por novos competidores.

Acesso às Telecomunicações

Normatização

Portaria MC nº 13, de 1º de fevereiro de 2013 - Institui o processo de habilitação e seleção de propostas para o Projeto das Cidades Digitais para o exercício de 2013.

➔ **Anexo** - Tabela de Prazos.

Portaria MC nº 305, de 24 de outubro de 2013 - Altera a minuta de Acordo de Cooperação Técnica da Portaria nº 13, de 1º de fevereiro de 2013, que instituiu o processo de habilitação e seleção de propostas para o Projeto das Cidades Digitais.

➔ **Anexo** - Acordo de Cooperação Técnica.

Portador de Deficiência

Normatização

Resolução da ANATEL nº 613, de 9 de maio de 2013 - Altera o art. 48 do Regulamento da Interface Usuário - Rede e de Terminais do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 473, de 27 de julho de 2007.

- ✓ A Res. 613/2013 dispensa terminais de voz que utilizem tecnologia de tela sensível ao toque da exigência de disposição física das teclas para identificação por deficientes visuais.

Educação e Pesquisa

Normatização

Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 - Altera as Leis nos 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico, 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o cômputo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público, 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.

Portaria MC nº 13, de 1º de fevereiro de 2013 - Institui o processo de habilitação e seleção de propostas para o Projeto das Cidades Digitais para o exercício de 2013.

➔ **Anexo** - Tabela de Prazos.

Portaria MC nº 305, de 24 de outubro de 2013 - Altera a minuta de Acordo de Cooperação Técnica da Portaria nº 13, de 1º de fevereiro de 2013, que instituiu o processo de habilitação e seleção de propostas para o Projeto das Cidades Digitais.

➔ **Anexo** - Acordo de Cooperação Técnica.

Financiamento da Universalização



Normatização

Decreto nº 7.981, de 8 de abril de 2013 - Altera o Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013 - Estabelece os requisitos técnicos mínimos dos telefones portáteis que possibilitam o acesso à internet em alta velocidade do tipo smartphone, beneficiados pela desoneração fiscal instituída pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e regulamentada pelo Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005.

Metas de Universalização



Normatização

Resolução da ANATEL nº 622, de 23 de agosto de 2013 - Aprova o Regulamento sobre a Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Público em Geral (STFC) Fora da Área de Tarifa Básica (ATB).

➔ **Anexo** - Regulamento sobre a Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Público em Geral (STFC) Fora da Área de Tarifa Básica (ATB).

Pesquisa & Desenvolvimento



Normatização

Decreto nº 7.903, de 4 de fevereiro de 2013 - Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação que menciona.

➔ **Anexo** - Percentuais e Descrições de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação sujeitos a margens de preferência.

✓ O Decreto 7.903/2013 regulamenta a aplicação de margens de preferência em licitações para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, com fundamento, dentre outros, na previsão do art.3º, §2º, IV

da Lei 8.666/1993, de preferência a bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no Brasil.

Decreto nº 7.913, de 7 de fevereiro de 2013 - Altera o Anexo III ao Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, que estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, que concede isenção do imposto de renda e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI.

➔ **Anexo** - Alterações do Anexo III do Decreto 6.233, de 11 de outubro de 2007.

Portaria MC nº 13, de 1º de fevereiro de 2013 - Institui o processo de habilitação e seleção de propostas para o Projeto das Cidades Digitais para o exercício de 2013.

➔ **Anexo** - Tabela de Prazos.

Portaria MC nº 305, de 24 de outubro de 2013 - Altera a minuta de Acordo de Cooperação Técnica da Portaria nº 13, de 1º de fevereiro de 2013, que instituiu o processo de habilitação e seleção de propostas para o Projeto das Cidades Digitais.

➔ **Anexo** - Acordo de Cooperação Técnica.

Qualidade do Serviço



Normatização

Resolução da ANATEL nº 614, de 28 de maio de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia.

- ✓ Fixação de parâmetros de qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia e exigência de gratuidade pela conexão à internet por prestadora de SCM que ofereça planos para conexão à internet.

Resolução da ANATEL nº 615, de 7 de junho de 2013 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, aprovado pela Resolução nº 426, de 9 de dezembro de 2005, alterado pela Resolução nº 432, de 23 de fevereiro de 2006, e pela Resolução nº 567, de 24 de maio de 2011.

➔ **Anexo** - Alterações do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

- ✓ A Resolução ANATEL nº 615/2013 altera o Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, em especial no tocante à portabilidade numérica, ao atendimento pessoal às reclamações, ao acesso gratuito à central de informações e de atendimento ao usuário, de terceirização do serviço de atendimento pessoal aos usuários, de prazo máximo para atendimento pessoal, dentre outras alterações.

Resolução da ANATEL nº 629, de 16 de dezembro de 2013 - Aprova o Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

➔ **Anexo** - Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

Controle Social, Hierárquico e Interorgânico



Normatização

Resolução nº 4 do Senado Federal, de 2013 - Altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre o comparecimento de Ministros de Estado e dirigentes das agências reguladoras ao Senado Federal, em periodicidade anual.



Atos

Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2013

Súmula da ANATEL nº 14, de 28 de junho de 2013 - O Pedido de Reconsideração em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor da Anatel, quando da deliberação de Recurso Administrativo, apenas será cabível caso a referida deliberação tenha ocorrido até o dia 1º de maio de 2013.

Sigilo em Telecomunicações

Tema Conexos: Fundamentos : Conceitos Fundamentais : Direito à Privacidade.



Normatização

Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013 - Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.

✓ Garantia de inviolabilidade das comunicações de dados da administração pública federal.

Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações

Quanto ao Interesse

Serviço de Interesse Restrito



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ A Resolução nº 617/2013 submeteu ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado o Serviço Limitado Especializado de interesse restrito em todas as suas submodalidades.

Quanto ao Gênero

Serviço Limitado

Serviço Limitado Privado



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ Inaplicabilidade do Regulamento de Serviço Limitado ao Serviço Limitado Privado - SLP.

Resolução da ANATEL nº 628, de 6 de dezembro de 2013 - Aprova a alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências, na Faixa de 450 MHz a 470 MHz, pelo Serviço Limitado Privado no Âmbito dos Aeroportos Nacionais.

➔ **Anexo** - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências, na Faixa de 450 MHz a 470 MHz, pelo Serviço Limitado Privado “no Âmbito dos Aeroportos Nacionais.

Serviço Limitado Especializado



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ Adaptação do Serviço Limitado Especializado ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013 - Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.

➔ **Anexo** - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.

- ✓ Sua classificação como serviço de interesse coletivo.

Serviço Especial



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

→ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ A Resolução nº 617/2013 agrupou vários serviços classificados como de interesse restrito sob a terminologia de Serviço Limitado Privado - SLP.

Serviço de Valor Adicionado



Normatização

Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 - Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que específica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis no 11.941, de 27 de maio de 2009, e no 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nos 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências.

Serviço de Radiodifusão

Tema Conexa: Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão.

Serviços no Setor de Telecomunicações

Internet



Normatização

Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 - Altera as Leis nos 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico, 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o cômputo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público, 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPBNL-Redes, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.

Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013 - Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPBNL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 - Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico.

Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013 - Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.

Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013 [①] - Regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPBNL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e o Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013.

➔ **Anexo 1** [①] - Descrição dos equipamentos contemplados segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul.

➔ **Anexo 2** [①] - Percentuais mínimos para equipamentos e componentes de redes produzidos de acordo com o respectivo PPB e desenvolvidos com tecnologia nacional.

Portaria MC nº 303, de 16 de outubro de 2013 - Altera a Portaria nº 55, de 12 de março de 2013, do Ministério das Comunicações, que regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPBNL – Redes.

- ➔ **Anexo 1** - Alterações à descrição dos equipamentos contemplados segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul.
- ➔ **Anexo 2** - Alterações dos percentuais mínimos para equipamentos e componentes de redes produzidos de acordo com o respectivo PPB e desenvolvidos com tecnologia nacional.

Resolução da ANATEL nº 614, de 28 de maio de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

- ➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia.
 - ✓ Fixação de parâmetros de qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia e exigência de gratuidade pela conexão à internet por prestadora de SCM que ofereça planos para conexão à internet.



Atos

Enunciado CJF nº 531, de abril de 2013 - A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento (Código Civil, art. 11: “Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.” Justificativa do Enunciado: Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados.)

Radioamador



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.
 - ✓ A Res. 617/2013 define o momento em que o preço público referente às autorizações para execução dos serviços de Radioamador, Rádio do Cidadão, Móvel Marítimo e Móvel Aeronáutico é devido, ou seja, o momento da primeira emissão da Licença para Funcionamento de Estação, que é o instrumento que formaliza a autorização para execução do serviço.

Radiodifusão

Temas Conexos: Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Gênero : Serviço de Radiodifusão e Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Ministério das Comunicações.

Competência da Presidência da República para outorgar, por meio de concessão, a exploração dos serviços de radiodifusão de sons e imagens, e do Ministério das Comunicações para outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora.

Normatização

Decreto nº 7.932, de 19 de fevereiro de 2013 - Altera o Estatuto Social da Empresa Brasil de Comunicação, aprovado pelo Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008.

Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013 - Altera o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dá outras providências.

Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013 - Dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço e dá outras providências.

Portaria MC nº 112, de 22 de abril de 2013 - Aprova o Regulamento de Sanções Administrativas aplicáveis a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.

➔ **Anexo 1** - Fator Relativo ao Tipo de Serviço/Classe da Emissora (K1).

➔ **Anexo 2** - Fator Relativo ao Porte do Município (K2).

➔ **Anexo 3** - Fator Relativo à Gravidade da Infração (K3).

Portaria MC nº 159, de 11 de junho de 2013 - Autoriza o funcionamento, em caráter provisório, de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares previamente outorgadas via decreto legislativo ou ato de outorga, detenham contrato de concessão ou permissão celebrado com o Ministério das Comunicações e tenham protocolizado requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos.

Portaria MC nº 231, de 7 de agosto de 2013 - Estabelece regras para a autorização de alteração de características técnicas de operação das emissoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que resultem em alteração da classe e grupo de enquadramento.

➔ **Anexo** - Quadros de Grupos e Classes do Serviço de Radiodifusão.

Portaria MC nº 282, de 25 de setembro de 2013 - Institui força tarefa e procedimento específico para outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, em caráter secundário.

➔ **Anexo 1** - Formulário Padronizado para Solicitação de RTV Secundária.

➔ **Anexo 2** - Formulário Padronizado para Projeto Técnico.

Portaria MC nº 299, de 7 de outubro de 2013 - Institui, no âmbito da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, grupos de trabalho de Radiodifusão Comercial, de Radiodifusão Educativa e Consignações, de Radiodifusão Ancilar, de TV Digital, e de Documentação e Informação.



Atos

Enunciado CJF nº 531, de abril de 2013 - A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento (Código Civil, art. 11: “Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.” Justificativa do Enunciado: Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados.)

Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013 - Atribui a competência decorrente de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

✓ A Portaria ANATEL nº 448/2013 atribui competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL e convalida prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.

Radiodifusão Comunitária



Normatização

Portaria MC nº 197, de 1º julho de 2013 - Estabelece data limite para a apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária e altera a Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011.

➔ **Anexo 1** - Alterações ao Anexo II à Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 2011.

➔ **Anexo 2** - Alterações ao Anexo XII à Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 2011.

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC)



Normatização

Portaria MC nº 252, de 8 de agosto de 2013 - Disciplina a natureza, as condições de prestação, e a competência para outorga, exploração e condições

de uso de radiofrequência associadas aos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC).

- ✓ Competência da ANATEL para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao SARC, afirmada a política ministerial de que a Agência considerasse a possibilidade de unificar a regulamentação do SARC com a de outros serviços convergentes de telecomunicações de interesse restrito.

Televisão Aberta

TV Digital



Normatização

Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013 - Altera o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dá outras providências.

Portaria MC nº 14, de 6 de fevereiro de 2013 - Estabelece diretrizes para a aceleração do acesso ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T e para a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.

Portaria MC nº 57, de 13 de março de 2013 - Altera a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, aprovada pela Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012.

Resolução da ANATEL nº 625, de 11 de novembro de 2013 - Aprova a Atribuição, a Destinação e o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.

- ➔ **Anexo** - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.

Serviço Avançado de Mensagens (SAM)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ Adaptação do Serviço Avançado de Mensagens ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado.

Serviço Especial de Radiodeterminação por Satélite (SERDS)



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013 - Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.

➔ **Anexo** - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.

✓ Sua classificação como serviço de interesse coletivo ou restrito.

Serviço Especial de Boletim Metereológico



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013 - Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.

➔ **Anexo** - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.

✓ Sua classificação como serviço de interesse coletivo.

Serviço Especial de Frequência Padrão



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013 - Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.

➔ **Anexo** - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.

✓ Sua classificação como serviço de interesse coletivo.

Serviço Especial de Radioautocine



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

✓ Adaptação do Serviço Especial de Radioautocine ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado.

Serviço Especial de Radiochamada (SER) - ou Serviço Móvel Especial de Radiochamada

Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ Adaptação do Serviço Especial de Radiochamada ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado.

Serviço Especial de Radiorrecado

Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ Adaptação do Serviço Especial de Radiorrecado ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado.

Serviço Especial de Rádio Acesso

Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ Adaptação do Serviço Especial de Rádio Acesso ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado.

Serviço Especial de Sinais Horários

Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013 - Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.

➔ **Anexo** - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.

- ✓ Sua classificação como serviço de interesse coletivo.

Serviço Especial de Supervisão e Controle



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ Adaptação do Serviço Especial de Supervisão e Controle ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado.

Serviço Limitado Especializado (SLE)

Serviço de Circuito Especializado



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013 - Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.

➔ **Anexo** - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.

- ✓ Sua classificação como serviço de interesse coletivo.

Serviço Limitado Móvel Privado



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ Adaptação do Serviço Limitado Móvel Privativo ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado.

Serviço Limitado Privado de Radiochamada (SLPR)




Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ Adaptação do Serviço Limitado Privado de Radiochamada ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado.

Serviço Limitado de Estações com Operação Itinerante


 Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

✓ Adaptação do Serviço Limitado de Estações com Operação Itinerante ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado.

Serviço Limitado de Radioestrada


 Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

✓ Adaptação do Serviço Limitado de Radioestrada ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado.

Serviço Móvel Especializado ou Trunking ou Trunk ou Sistema Troncalizado

 Normatização

Resolução da ANATEL nº 623, de 18 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento de Conselho de Usuários.

➔ **Anexo** - Regulamento de Conselho de Usuários.

Resolução da ANATEL nº 624, de 30 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.

➔ **Anexo** - Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.

Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS)

 Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013 - Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.

➔ **Anexo** - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.

✓ Sua classificação como serviço de interesse coletivo.

Serviço Móvel Marítimo



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

→ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ A Res. 617/2013 define o momento em que o preço público referente às autorizações para execução dos serviços de Radioamador, Rádio do Cidadão, Móvel Marítimo e Móvel Aeronáutico é devido, ou seja, o momento da primeira emissão da Licença para Funcionamento de Estação, que é o instrumento que formaliza a autorização para execução do serviço.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013 - Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.

→ **Anexo** - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.

- ✓ Sua classificação como serviço de interesse coletivo ou restrito.

Serviço Móvel Pessoal (SMP)



Normatização

Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 - Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis no 11.941, de 27 de maio de 2009, e no 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nos 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973,

11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências.

Portaria MC nº 14, de 6 de fevereiro de 2013 - Estabelece diretrizes para a aceleração do acesso ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T e para a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.

Resolução da ANATEL nº 608, de 5 de abril de 2013 - Aprova alteração nos Apêndices C e D do Anexo I do Regulamento de Separação e Alocação Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, e pela Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, e define novo prazo para entrega dos dados dos exercícios de 2011 e 2012 e do primeiro trimestre de 2013.

➔ **Anexo** - Apêndice C (Plano Geral para Separação e Alocação de Contas).

Resolução da ANATEL nº 619, de 8 de agosto de 2013 - Alterações dos Anexos I e II do Regulamento de Separação e Alocação de Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, pela Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, e pela Resolução nº 608, de 5 de abril de 2013.

➔ **Anexo** - Alterações dos Anexos I e II do Regulamento de Separação e Alocação de Contas (RSAC).

Resolução da ANATEL nº 623, de 18 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento de Conselho de Usuários.

➔ **Anexo** - Regulamento de Conselho de Usuários.

Resolução da ANATEL nº 624, de 30 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.

➔ **Anexo** - Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.

Resolução da ANATEL nº 625, de 11 de novembro de 2013 - Aprova a Atribuição, a Destinação e o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.

➔ **Anexo** - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.

Resolução da ANATEL nº 627, de 28 de novembro de 2013 - Altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007.

➔ **Anexo** - Alterações ao Regulamento do Serviço Móvel Pessoal.

Serviço Rádio do Cidadão



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ A Res. 617/2013 define o momento em que o preço público referente às autorizações para execução dos serviços de Radioamador, Rádio do Cidadão, Móvel Marítimo e Móvel Aeronáutico é devido, ou seja, o momento da primeira emissão da Licença para Funcionamento de Estação, que é o instrumento que formaliza a autorização para execução do serviço.

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 606, de 4 de fevereiro de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarificação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 08 de junho de 2001, para mudar o município de Santana do Paraíso, no estado de Minas Gerais, da Área de Tarificação 333 (Caratinga) para a Área de Tarificação 316 (Coronel Fabriciano), e do Código Nacional 33 para o Código Nacional 31.

➔ **Anexo 1** - Áreas de Tarificação do STFC.

➔ **Anexo 2** - Alteração do Plano Geral de Códigos Nacionais.

Resolução da ANATEL nº 607, de 13 de março de 2013 - Alteração no Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, e no Regulamento de Administração dos Recursos de Numeração, aprovado pela Resolução nº 84, de 30 de dezembro de 1998.

➔ **Anexo** - Alterações no Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado e no Regulamento de Administração dos Recursos de Numeração.

Resolução da ANATEL nº 608, de 5 de abril de 2013 - Aprova alteração nos Apêndices C e D do Anexo I do Regulamento de Separação e Alocação Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, e pela Resolução nº 503, de 25

de abril de 2008, e define novo prazo para entrega dos dados dos exercícios de 2011 e 2012 e do primeiro trimestre de 2013.

➔ **Anexo** - Apêndice C (Plano Geral para Separação e Alocação de Contas).

Resolução da ANATEL nº 611, de 25 de abril de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, para adequação das áreas de tarifação à nova configuração de áreas locais disposta na Resolução nº 560, de 21 de janeiro de 2011.

➔ **Anexo** - Alteração de áreas de tarifação do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005.

Resolução da ANATEL nº 613, de 9 de maio de 2013 - Altera o art. 48 do Regulamento da Interface Usuário - Rede e de Terminais do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 473, de 27 de julho de 2007.

✓ A Res. 613/2013 dispensa terminais de voz que utilizem tecnologia de tela sensível ao toque da exigência de disposição física das teclas para identificação por deficientes visuais.

Resolução da ANATEL nº 615, de 7 de junho de 2013 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, aprovado pela Resolução nº 426, de 9 de dezembro de 2005, alterado pela Resolução nº 432, de 23 de fevereiro de 2006, e pela Resolução nº 567, de 24 de maio de 2011.

➔ **Anexo** - Alterações do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

✓ A Resolução ANATEL nº 615/2013 altera o Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, em especial no tocante à portabilidade numérica, ao atendimento pessoal às reclamações, ao acesso gratuito à central de informações e de atendimento ao usuário, de terceirização do serviço de atendimento pessoal aos usuários, de prazo máximo para atendimento pessoal, dentre outras alterações.

Resolução da ANATEL nº 619, de 8 de agosto de 2013 - Alterações dos Anexos I e II do Regulamento de Separação e Alocação de Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, pela Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, e pela Resolução nº 608, de 5 de abril de 2013.

➔ **Anexo** - Alterações dos Anexos I e II do Regulamento de Separação e Alocação de Contas (RSAC).

Resolução da ANATEL nº 620, de 9 de agosto de 2013 - Altera os Anexos I e II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC.

➔ **Anexo 1** - Alterações ao Anexo I do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC.

- ➔ **Anexo 2** - Alterações ao Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC.
- ➔ **Anexo 3** - Alterações ao Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC.
- ➔ **Anexo 4** - Alterações ao Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC.
- ➔ **Anexo 5** - Alterações ao Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC.

Resolução da ANATEL nº 621, de 14 de agosto de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, alterado pela Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o município de Sabáudia, no estado do Paraná, da Área de Tarifação 442 (Maringá) para a Área de Tarifação 432 (Londrina) e do Código Nacional 44 para o Código Nacional 43.

- ➔ **Anexo 1** - Alterações ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado.
- ➔ **Anexo 2** - Alterações ao Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC.

Resolução da ANATEL nº 622, de 23 de agosto de 2013 - Aprova o Regulamento sobre a Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Público em Geral (STFC) Fora da Área de Tarifa Básica (ATB).

- ➔ **Anexo** - Regulamento sobre a Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Público em Geral (STFC) Fora da Área de Tarifa Básica (ATB).

Resolução da ANATEL nº 623, de 18 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento de Conselho de Usuários.

- ➔ **Anexo** - Regulamento de Conselho de Usuários.

Resolução da ANATEL nº 625, de 11 de novembro de 2013 - Aprova a Atribuição, a Destinação e o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.

- ➔ **Anexo** - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.



Atos

Portaria ANATEL/SOR nº 639, de 25 de julho de 2013 - Estabelece o Procedimento Simplificado de Outorga – PSO, com a finalidade de outorga simultânea para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral e/ou o Serviço de Acesso Condicionado.

Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 608, de 5 de abril de 2013 - Aprova alteração nos Apêndices C e D do Anexo I do Regulamento de Separação e Alocação Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, e pela Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, e define novo prazo para entrega dos dados dos exercícios de 2011 e 2012 e do primeiro trimestre de 2013.

➔ **Anexo** - Apêndice C (Plano Geral para Separação e Alocação de Contas).

Resolução da ANATEL nº 618, de 24 de julho de 2013 - Altera o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012.

Resolução da ANATEL nº 619, de 8 de agosto de 2013 - Alterações dos Anexos I e II do Regulamento de Separação e Alocação de Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, pela Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, e pela Resolução nº 608, de 5 de abril de 2013.

➔ **Anexo** - Alterações dos Anexos I e II do Regulamento de Separação e Alocação de Contas (RSAC).



Atos

Enunciado CJF nº 531, de abril de 2013 - A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento (Código Civil, art. 11: “Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.” Justificativa do Enunciado: Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados.)

Portaria ANATEL nº 238, de 9 de abril de 2013 - Delega ao Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa a competência para decidir sobre os pedidos de dispensa de que tratam os §§ 7º e 8º do art. 32 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

Portaria ANATEL/SOR nº 639, de 25 de julho de 2013 - Estabelece o Procedimento Simplificado de Outorga – PSO, com a finalidade de outorga

simultânea para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral e/ou o Serviço de Acesso Condicionado.

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)



Normatização

Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013 - Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.

Resolução da ANATEL nº 608, de 5 de abril de 2013 - Aprova alteração nos Apêndices C e D do Anexo I do Regulamento de Separação e Alocação Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, e pela Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, e define novo prazo para entrega dos dados dos exercícios de 2011 e 2012 e do primeiro trimestre de 2013.

➔ **Anexo** - Apêndice C (Plano Geral para Separação e Alocação de Contas).

Resolução da ANATEL nº 614, de 28 de maio de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia.

✓ Fixação de parâmetros de qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia e exigência de gratuidade pela conexão à internet por prestadora de SCM que ofereça planos para conexão à internet.

Resolução da ANATEL nº 619, de 8 de agosto de 2013 - Alterações dos Anexos I e II do Regulamento de Separação e Alocação de Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, pela Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, e pela Resolução nº 608, de 5 de abril de 2013.

➔ **Anexo** - Alterações dos Anexos I e II do Regulamento de Separação e Alocação de Contas (RSAC).

Resolução da ANATEL nº 623, de 18 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento de Conselho de Usuários.

➔ **Anexo** - Regulamento de Conselho de Usuários.

Resolução da ANATEL nº 624, de 30 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.

- ➔ **Anexo** - Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.

Resolução da ANATEL nº 625, de 11 de novembro de 2013 - Aprova a Atribuição, a Destinação e o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.

- ➔ **Anexo** - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.

Serviço de Radiotáxi

Serviço de Radiotáxi Especializado



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.
 - ✓ Adaptação do Serviço de Radiotáxi Especializado ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado.

Serviço de Rede

Serviço de Rede Especializado



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013 - Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.

- ➔ **Anexo** - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.
 - ✓ Sua classificação como serviço de interesse coletivo.

Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações (SRTT)



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013 - Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.

- ➔ **Anexo** - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.
 - ✓ Sua classificação como serviço de interesse coletivo.

Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas

Serviço Móvel Aeronáutico



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ A Res. 617/2013 define o momento em que o preço público referente às autorizações para execução dos serviços de Radioamador, Rádio do Cidadão, Móvel Marítimo e Móvel Aeronáutico é devido, ou seja, o momento da primeira emissão da Licença para Funcionamento de Estação, que é o instrumento que formaliza a autorização para execução do serviço.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013 - Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.

➔ **Anexo** - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.

- ✓ Sua classificação como serviço de interesse restrito.

Serviço de Radiocomunicação Aeronáutico Público Restrito (SRA)



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013 - Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.

➔ **Anexo** - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.

- ✓ Sua classificação como serviço de interesse coletivo.

Serviço de Telestrada ou Serviço Telefônico Público Móvel Rodoviário



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ Adaptação do Serviço de Telestrada ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado.

Serviços Científicos



Normatização

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço Limitado Privado.

- ✓ O Serviço Limitado Privado abarca as diversas modalidades de Serviços Científicos.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013 - Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.

➔ **Anexo** - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.

- ✓ Sua classificação como serviço de interesse restrito.

Ramos Jurídicos Afins

Direito do Consumidor



Direito do Consumidor

O art.3º do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas prevê que as sanções nele dispostas são aplicáveis sem prejuízo das medidas previstas na legislação consumerista e das sanções de natureza civil e penal, inclusive a prevista pelo art.183 da Lei nº 9.472/1997.



Normatização

Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 - Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico.

Resolução da ANATEL nº 606, de 4 de fevereiro de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 08 de junho de 2001, para mudar o município de Santana do Paraíso, no estado de Minas Gerais, da Área de Tarifação 333 (Caratinga) para a Área de Tarifação 316 (Coronel Fabriciano), e do Código Nacional 33 para o Código Nacional 31.

➔ **Anexo 1** - Áreas de Tarifação do STFC.

➔ **Anexo 2** - Alteração do Plano Geral de Códigos Nacionais.

Resolução da ANATEL nº 615, de 7 de junho de 2013 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, aprovado pela

Resolução nº 426, de 9 de dezembro de 2005, alterado pela Resolução nº 432, de 23 de fevereiro de 2006, e pela Resolução nº 567, de 24 de maio de 2011.

➔ **Anexo** - Alterações do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

- ✓ A Resolução ANATEL nº 615/2013 altera o Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, em especial no tocante à portabilidade numérica, ao atendimento pessoal às reclamações, ao acesso gratuito à central de informações e de atendimento ao usuário, de terceirização do serviço de atendimento pessoal aos usuários, de prazo máximo para atendimento pessoal, dentre outras alterações.

Resolução da ANATEL nº 621, de 14 de agosto de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, alterado pela Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o município de Sabáudia, no estado do Paraná, da Área de Tarifação 442 (Maringá) para a Área de Tarifação 432 (Londrina) e do Código Nacional 44 para o Código Nacional 43.

➔ **Anexo 1** - Alterações ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

➔ **Anexo 2** - Alterações ao Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC.

Resolução da ANATEL nº 623, de 18 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento de Conselho de Usuários.

➔ **Anexo** - Regulamento de Conselho de Usuários.

Resolução da ANATEL nº 629, de 16 de dezembro de 2013 - Aprova o Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

➔ **Anexo** - Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

Direito Aeroespacial



Normatização

Resolução da ANATEL nº 628, de 6 de dezembro de 2013 - Aprova a alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências, na Faixa de 450 MHz a 470 MHz, pelo Serviço Limitado Privado no Âmbito dos Aeroportos Nacionais.

➔ **Anexo** - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências, na Faixa de 450 MHz a 470 MHz, pelo Serviço Limitado Privado “no Âmbito dos Aeroportos Nacionais.

Aplicações de Telecomunicações

Aplicações Educacionais



Normatização

Portaria MC nº 57, de 13 de março de 2013 - Altera a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, aprovada pela Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012.

Aplicações de Segurança



Normatização

Lei nº 12.841, de 9 de julho de 2013 - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas.

Internet



Normatização

Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013 - Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.

Portaria MC nº 275, de 17 de setembro de 2013 - Estabelece política para a disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à Internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte e por novos competidores.



Atos

Enunciado CJP nº 531, de abril de 2013 - A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento (Código Civil, art. 11: “Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.” Justificativa do Enunciado: Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados.)

Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços



Normatização

Resolução da ANATEL nº 627, de 28 de novembro de 2013 - Altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007.

➔ **Anexo** - Alterações ao Regulamento do Serviço Móvel Pessoal.

Defesa Civil



Normatização

Resolução da ANATEL nº 614, de 28 de maio de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia.

- ✓ O Regulamento do SCM prevê o dever das prestadoras do serviço de colocarem à disposição das autoridades e dos agentes da defesa civil, nos casos de calamidade pública, todos os meios, sistemas e disponibilidades que lhes forem solicitados com vista a dar-lhes suporte ou a amparar as populações atingidas, na forma da regulamentação.

Tráfego Aéreo



Normatização

Resolução da ANATEL nº 628, de 6 de dezembro de 2013 - Aprova a alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências, na Faixa de 450 MHz a 470 MHz, pelo Serviço Limitado Privado no Âmbito dos Aeroportos Nacionais.

➔ **Anexo** - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências, na Faixa de 450 MHz a 470 MHz, pelo Serviço Limitado Privado “no Âmbito dos Aeroportos Nacionais.

Radiolocalização



Normatização

Lei nº 12.841, de 9 de julho de 2013 - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas.

Banda Larga



Normatização

Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 - Altera as Leis nos 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico, 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o cômputo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público, 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPABL-Redes, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.

Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013 - Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPABL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 - Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico.

Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013 - Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.

Portaria MC nº 14, de 6 de fevereiro de 2013 - Estabelece diretrizes para a aceleração do acesso ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T e para a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga - PNBL.

Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013 [①] - Regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPABL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e o Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013.

➔ **Anexo 1** [①] - Descrição dos equipamentos contemplados segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul.

➔ **Anexo 2** [①] - Percentuais mínimos para equipamentos e componentes de redes produzidos de acordo com o respectivo PPB e desenvolvidos com tecnologia nacional.

Portaria MC nº 275, de 17 de setembro de 2013 - Estabelece política para a disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à Internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte e por novos competidores.

Portaria MC nº 303, de 16 de outubro de 2013 - Altera a Portaria nº 55, de 12 de março de 2013, do Ministério das Comunicações, que regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL – Redes.

➔ **Anexo 1** - Alterações à descrição dos equipamentos contemplados segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul.

➔ **Anexo 2** - Alterações dos percentuais mínimos para equipamentos e componentes de redes produzidos de acordo com o respectivo PPB e desenvolvidos com tecnologia nacional.

Resolução da ANATEL nº 614, de 28 de maio de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia.

✓ Fixação de parâmetros de qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia e exigência de gratuidade pela conexão à internet por prestadora de SCM que ofereça planos para conexão à internet.

Atores no Setor de Telecomunicações

ANATEL



Normatização

Portaria MC nº 252, de 8 de agosto de 2013 - Disciplina a natureza, as condições de prestação, e a competência para outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associadas aos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC).

✓ Competência da ANATEL para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao SARC, afirmada a política ministerial de que a Agência considerasse a possibilidade de unificar a regulamentação do SARC com a de outros serviços convergentes de telecomunicações de interesse restrito.

Resolução da ANATEL nº 612, de 29 de abril de 2013 - Aprova o Regimento Interno da ANATEL.

➔ **Anexo** - Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Resolução da ANATEL nº 629, de 16 de dezembro de 2013 - Aprova o Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

➔ **Anexo** - Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

Resolução nº 4 do Senado Federal, de 2013 - Altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre o comparecimento de Ministros de Estado e dirigentes das agências reguladoras ao Senado Federal, em periodicidade anual.



Atos

Portaria ANATEL nº 238, de 9 de abril de 2013 - Delega ao Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa a competência para decidir sobre os pedidos de dispensa de que tratam os §§ 7º e 8º do art. 32 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.

Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013 - Atribui a competência decorrente de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

✓ A Portaria ANATEL nº 448/2013 atribui competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL e convalida prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.

Portaria ANATEL nº 559, de 3 de julho de 2013 - Aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações da Agência Nacional de Telecomunicações.

➔ **Anexo** - Política de Segurança da Informação e Comunicações da Agência Nacional de Telecomunicações.

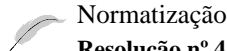
Portaria ANATEL/SOR nº 639, de 25 de julho de 2013 - Estabelece o Procedimento Simplificado de Outorga – PSO, com a finalidade de outorga simultânea para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral e/ou o Serviço de Acesso Condicionado.

Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2013

Súmula da ANATEL nº 14, de 28 de junho de 2013 - O Pedido de Reconsideração em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor da Anatel, quando da deliberação de Recurso Administrativo, apenas será cabível caso a referida deliberação tenha ocorrido até o dia 1º de maio de 2013.

Poder Legislativo

Congresso Nacional



Normatização

Resolução nº 4 do Senado Federal, de 2013 - Altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre o comparecimento de Ministros de Estado e dirigentes das agências reguladoras ao Senado Federal, em periodicidade anual.

Poder Executivo

Ministério das Comunicações

Tema Conexa: Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão.



Normatização

Portaria MC nº 112, de 22 de abril de 2013 - Aprova o Regulamento de Sanções Administrativas aplicáveis a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.

➔ **Anexo 1** - Fator Relativo ao Tipo de Serviço/Classe da Emissora (K1).

➔ **Anexo 2** - Fator Relativo ao Porte do Município (K2).

➔ **Anexo 3** - Fator Relativo à Gravidade da Infração (K3).

Portaria MC nº 252, de 8 de agosto de 2013 - Disciplina a natureza, as condições de prestação, e a competência para outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associadas aos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC).

- ✓ Competência da ANATEL para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao SARC, afirmada a política ministerial de que a Agência considerasse a possibilidade de unificar a regulamentação do SARC com a de outros serviços convergentes de telecomunicações de interesse restrito.

Portaria MC nº 299, de 7 de outubro de 2013 - Institui, no âmbito da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, grupos de trabalho de Radiodifusão Comercial, de Radiodifusão Educativa e Consignaões, de Radiodifusão Ancilar, de TV Digital, e de Documentação e Informação.

Resolução nº 4 do Senado Federal, de 2013 - Altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre o comparecimento de Ministros de Estado e dirigentes das agências reguladoras ao Senado Federal, em periodicidade anual.



Atos

Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013 - Atribui a competência decorrente de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

- ✓ A Portaria ANATEL nº 448/2013 atribui competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL e convalida prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.

Prestadora / Operadora



Normatização

Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 - Altera as Leis nos 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico, 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o cômputo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público, 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPABL-Redes, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.

Decreto nº 8.174, de 26 de dezembro de 2013 - Altera os Anexos I e II ao Decreto nº 7.867, de 19 de dezembro de 2012, relativos ao Programa de Dispendios Globais - PDG das empresas estatais federais para 2013.

Portaria MC nº 275, de 17 de setembro de 2013 - Estabelece política para a disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à Internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte e por novos competidores.

Resolução da ANATEL nº 606, de 4 de fevereiro de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 08 de junho de 2001, para mudar o município de Santana do Paraíso, no estado de Minas Gerais, da Área de Tarifação 333 (Caratinga) para a Área de Tarifação 316 (Coronel Fabriciano), e do Código Nacional 33 para o Código Nacional 31.

➔ **Anexo 1** - Áreas de Tarifação do STFC.

➔ **Anexo 2** - Alteração do Plano Geral de Códigos Nacionais.

Resolução da ANATEL nº 614, de 28 de maio de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia.

- ✓ Fixação de parâmetros de qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia e exigência de gratuidade pela conexão à internet por prestadora de SCM que ofereça planos para conexão à internet.

Resolução da ANATEL nº 615, de 7 de junho de 2013 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, aprovado pela Resolução nº 426, de 9 de dezembro de 2005, alterado pela Resolução nº 432, de 23 de fevereiro de 2006, e pela Resolução nº 567, de 24 de maio de 2011.

➔ **Anexo** - Alterações do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

- ✓ A Resolução ANATEL nº 615/2013 altera o Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, em especial no tocante à portabilidade numérica, ao atendimento pessoal às reclamações, ao acesso gratuito à central de informações e de atendimento ao usuário, de terceirização do serviço de atendimento pessoal aos usuários, de prazo máximo para atendimento pessoal, dentre outras alterações.

Resolução da ANATEL nº 616, de 18 de junho de 2013 - Aprova a alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, e alterado pela Resolução nº 484, de 5 de novembro de 2007.

- ➔ **Anexo** - Alteração do art. 12 do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

Resolução da ANATEL nº 621, de 14 de agosto de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, alterado pela Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o município de Sabáudia, no estado do Paraná, da Área de Tarifação 442 (Maringá) para a Área de Tarifação 432 (Londrina) e do Código Nacional 44 para o Código Nacional 43.

- ➔ **Anexo 1** - Alterações ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado.
- ➔ **Anexo 2** - Alterações ao Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC.

Resolução da ANATEL nº 629, de 16 de dezembro de 2013 - Aprova o Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

- ➔ **Anexo** - Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.



Atos

Portaria ANATEL/SOR nº 639, de 25 de julho de 2013 - Estabelece o Procedimento Simplificado de Outorga – PSO, com a finalidade de outorga simultânea para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral e/ou o Serviço de Acesso Condicionado.

Usuário / Consumidor



Normatização

Resolução da ANATEL nº 606, de 4 de fevereiro de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 08 de junho de 2001, para mudar o município de Santana do Paraíso, no estado de Minas Gerais, da Área de Tarifação 333 (Caratinga) para a Área de Tarifação 316 (Coronel Fabriciano), e do Código Nacional 33 para o Código Nacional 31.

➔ **Anexo 1** - Áreas de Tarifação do STFC.

➔ **Anexo 2** - Alteração do Plano Geral de Códigos Nacionais.

Resolução da ANATEL nº 614, de 28 de maio de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

➔ **Anexo** - Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia.

- ✓ Fixação de parâmetros de qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia e exigência de gratuidade pela conexão à internet por prestadora de SCM que ofereça planos para conexão à internet.

Resolução da ANATEL nº 615, de 7 de junho de 2013 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, aprovado pela Resolução nº 426, de 9 de dezembro de 2005, alterado pela Resolução nº 432, de 23 de fevereiro de 2006, e pela Resolução nº 567, de 24 de maio de 2011.

➔ **Anexo** - Alterações do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

- ✓ A Resolução ANATEL nº 615/2013 altera o Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, em especial no tocante à portabilidade numérica, ao atendimento pessoal às reclamações, ao acesso gratuito à central de informações e de atendimento ao usuário, de terceirização do serviço de atendimento pessoal aos usuários, de prazo máximo para atendimento pessoal, dentre outras alterações.

Resolução da ANATEL nº 621, de 14 de agosto de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, alterado pela Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o município de Sabáudia, no estado do Paraná, da Área de Tarifação 442 (Maringá) para a Área de Tarifação 432 (Londrina) e do Código Nacional 44 para o Código Nacional 43.

➔ **Anexo 1** - Alterações ao Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

➔ **Anexo 2** - Alterações ao Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC.

Resolução da ANATEL nº 623, de 18 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento de Conselho de Usuários.

➔ **Anexo** - Regulamento de Conselho de Usuários.

Normas Referenciadas

Lei Ordinária

<p>Lei nº 12.837, de 9 de julho de 2013 - Altera as Leis nos 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico, 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o cômputo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público, 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REP/NBL-Redes, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.513, de 26 de outubro de 2011.</p>	
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso V.
Altera	<p>Lei nº 6.704/ 1979</p> <p>Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007</p> <p>Lei nº 12.715/2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nos 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</p>
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 10/07/2013
Indexação	Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, extensão da data-limite para adesão ao
Temas	<p>Temas : Aplicações de Telecomunicações : Banda Larga</p> <p>Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora</p> <p>Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Terminais</p> <p>Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Acesso à Telecomunicações : Educação e Pesquisa</p>

	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet
--	--

Lei nº 12.841, de 9 de julho de 2013 - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, para estabelecer a possibilidade de utilização das redes de telefonia móvel para localização de pessoas desaparecidas.	
Dispositivos	LGT, Art. 130-A, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 10/07/2013
Indexação	Lei Geral de Telecomunicações, alteração da
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Aplicações de Segurança Temas : Aplicações de Telecomunicações : Radiolocalização

Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 - Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol que especifica e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); autoriza a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), títulos da dívida pública mobiliária federal; estabelece novas condições para as operações de crédito rural oriundas de, ou contratadas com, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); altera os prazos previstos nas Leis no 11.941, de 27 de maio de 2009, e no 12.249, de 11 de junho de 2010; autoriza a União a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão de recursos, obras e serviços de engenharia relacionados ao desenvolvimento de projetos, modernização, ampliação, construção ou reforma da rede integrada e especializada para atendimento da mulher em situação de violência; disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional; disciplina a transferência, no caso de falecimento, do direito de utilização privada de área pública por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas; altera a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins na cadeia de produção e comercialização da soja e de seus subprodutos; altera as Leis nos 12.666, de 14 de junho de 2012, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 11.508, de 20 de julho de 2007, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.069, de 29 de junho de 1995, 10.865, de 30 de abril de 2004, 12.587, de 3 de janeiro de 2012, 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 4.870, de 1º de dezembro de 1965 e 11.196, de 21 de novembro de 2005, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 4.870, de 1º de dezembro de 1965; e dá outras providências.

Dispositivos	LGT, Art. 60, caput; LGT, Art. 61, § 2º.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 10/10/2013, pág. p.1
Indexação	Inclusão Financeira, sua disciplina como integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) Mobile Payment Serviço Móvel Pessoal, sua disciplina como integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) Serviço de Valor Adicionado, sua disciplina como integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) Sistema de Pagamentos e Transferência de Valores Monetários por meio de Dispositivos Móveis (STDM)
Temas	Temas : Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Gênero : Serviço de Valor Adicionado

	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Terminais Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP)
--	--

Decreto

Decreto nº 7.903, de 4 de fevereiro de 2013 - Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação que menciona.

Anexos	Anexo - Percentuais e Descrições de Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação sujeitos a margens de preferência.
Dispositivos	CF, Art. 37, caput; LGT, Art. 76, caput.
Correlata	Lei nº 8.248/1991 - Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. Decreto 7.174, de 12 de maio de 2010
Regulamenta	Lei nº 8.666/93 - Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 05-12-2013, pág. 7
Indexação	Administração Pública Federal, Information and Communication Technology, regulamentação das margens de preferência em licitações de equipamentos de Information and Communication Technology, regulamentação das margens de preferência em licitações de equipamentos de Política Industrial, Information and Communication Technology, regulamentação das margens de preferência em licitações de equipamentos de Política Industrial, Margem de Preferência, regulamentação das margens de preferência em licitações de equipamentos de tecnologias da informação e comunicação
Temas	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Terminais Temas : Políticas de Telecomunicações : Pesquisa & Desenvolvimento Temas : Políticas de Telecomunicações : Política Industrial

Decreto nº 7.913, de 7 de fevereiro de 2013 - Altera o Anexo III ao Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, que estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, que concede isenção do imposto de renda e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI.

Anexos	Anexo - Alterações do Anexo III do Decreto 6.233, de 11 de outubro de 2007.
Dispositivos	LGT, Art. 2º, caput.
Altera	Decreto nº 6.233/2007 - Estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, que concede isenção do imposto de renda e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e do IPI, instituído pelos arts. 1º a 11 da Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 08/02/2013, pág. 2
Indexação	Política Industrial, alteração do anexo III do Decreto 6.233/2007

	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS)
Temas	Temas : Políticas de Telecomunicações : Pesquisa & Desenvolvimento Temas : Políticas de Telecomunicações : Política Industrial

Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013 - Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REP/NBL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.

Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso V; LGT, Art. 3º, inciso I.
Altera	Lei nº 12.715/2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nos 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Regulamentada por	Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013 - Regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REP/NBL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e o Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013. Portaria nº 303/2013 - Altera a Portaria nº 55, de 12 de março de 2013, do Ministério das Comunicações, que regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REP/NBL - Redes.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 18/02/2013, pág. 2
Indexação	Banda Larga, Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, regulamentação do INTERNET Programa Nacional de Banda Larga, Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, regulamentação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, regulamentação do
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Banda Larga

	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet
--	--

Decreto nº 7.932, de 19 de fevereiro de 2013 - Altera o Estatuto Social da Empresa Brasil de Comunicação, aprovado pelo Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008.

Dispositivos	CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 2º, inciso IV; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Anexo ao Decreto nº 6.689, de 11 de dezembro de 2008 - Estatuto Social da EBC.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 20/02/2013, pág. 9
Indexação	Empresa Brasil de Comunicação, estatuto social da RADIOBRÁS
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013 - Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico.

Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso XXXII; LGT, Art. 2º, inciso III; LGT, Art. 19, inciso XVIII; LGT, Art. 127, inciso III.
Altera	Decreto nº 5.903, de 20 de setembro de 2006
Regulamenta	Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor.
Publicação	Diário Oficial da União, Edição Extra, 15/03/2013, pág. 1
Indexação	Comércio Eletrônico, Direito do Consumidor, regulamentação da Lei 8.078/1990 para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico Consumidor Consumidor, Comércio Eletrônico, regulamentação da Lei 8.078/1990 para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico Consumidor, Direito de Arrependimento, sua previsão na contratação via comércio eletrônico Direito de Arrependimento, sua previsão na contratação via comércio eletrônico
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Banda Larga Temas : Ramos Jurídicos Afins : Direito do Consumidor Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet

Decreto nº 7.981, de 8 de abril de 2013 - Altera o Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005, que regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Dispositivos	LGT, Art. 79, § 1º; LGT, Art. 81, § único, inciso II.
Altera	Decreto nº 5.602/2005 - Regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.
Regulamenta	Lei do bem - Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dentre outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 09/04/2013, pág. 2
Indexação	Banda Larga, INTERNET Digitalização, Inclusão Digital Incentivo Fiscal, Inclusão Digital

	Inclusão Digital, Incentivo Fiscal Universalização, Inclusão Digital
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Tributação no Setor de Telecomunicações Temas : Políticas de Telecomunicações : Política Industrial Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Financiamento da Universalização

Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013 - Altera o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dá outras providências.

Dispositivos	LGT, Art. 1º, caput; LGT, Art. 19, inciso I; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Anexo ao Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 - Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Anexo ao Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998 - Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Anexo ao Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005 - Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 30/07/2013, págs. 1-2
Indexação	Cronograma de Desligamento da TV analógica, sua alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 Digitalização, Radiodifusão, sua alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 Prorrogação da Transição Digital, Cronograma de Desligamento da TV analógica, sua alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 Radiodifusão, Cronograma de Desligamento da TV analógica, sua alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre, Cronograma de Desligamento da TV analógica, sua alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 TV Digital, Cronograma de Desligamento da TV analógica, sua alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 Transição Analógico-Digital, Radiodifusão, alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Televisão Aberta : TV Digital
Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013 - Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.	
Dispositivos	CF, Art 5º, inciso X; CF, Art. 5º, inciso X; CF, Art. 175, caput; LGT, Art. 3º, inciso V.
Regulamenta	Lei nº 8.666/93 - Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 05/11/2013, pág. p.2
Indexação	<p>Administração Pública (Lei Geral de Licitações), Dados, sua disciplina na administração pública federal direta, autárquica e fundacional</p> <p>Autenticidade das Informações, como requisito dos programas e equipamentos destinados às comunicações de dados da administração pública federal</p> <p>Confidencialidade, como requisito dos programas e equipamentos destinados às comunicações de dados da administração pública federal</p> <p>Conselho de Defesa Nacional, sua oitava para edição do Decreto 8.135/2013</p> <p>Dados, exigência de que as comunicações de dados da administração pública federal sejam realizadas por redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação fornecidos por órgãos ou entidades da administração pública federal, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista da União e suas subsidiárias</p> <p>Dados, sua disciplina na administração pública federal direta, autárquica e fundacional</p> <p>Forma de Telecomunicação</p> <p>Garantia de Inviolabilidade das Comunicações de Dados, dispensa de licitação nas contratações de comunicação de dados que possam comprometer a</p> <p>Integridade, como requisito dos programas e equipamentos destinados às comunicações de dados da administração pública federal</p> <p>Inviolabilidade das comunicações de dados, na administração pública federal direta e indireta</p> <p>Licitação, dispensa de licitação nas contratações de comunicação de dados que possam comprometer a</p> <p>Telecomunicações Brasileiras S.A., Dados, exigência de que tais comunicações sejam realizadas por redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação fornecidos por órgãos ou entidades da administração pública federal, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista da União e suas subsidiárias</p>
Temas	<p>Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Licitação</p> <p>Temas : Aplicações de Telecomunicações : Banda Larga</p> <p>Temas : Aplicações de Telecomunicações : Internet</p> <p>Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações</p> <p>Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Infraestrutura de Telecomunicações</p> <p>Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Redes de Telecomunicações</p> <p>Temas : Políticas de Telecomunicações : Sigilo em Telecomunicações</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet</p>

	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
--	---

Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013 - Dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço e dá outras providências.

Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Anexo ao Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 - Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 08/11/2013, pág. p.1
Indexação	Frequência Modulada, Rádio FM, disciplina da extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias e sua possível adaptação de instrumentos de outorgas para os de execução do serviço de radiodifusão sonoram em frequência modulada Ondas Médias, Rádio AM, disciplina da extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias e sua possível adaptação de instrumentos de outorgas para os de execução do serviço de radiodifusão sonoram em frequência modulada Radiodifusão Sonora, Ondas Médias, disciplina da extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias e sua possível adaptação de instrumentos de outorgas para os de execução do serviço de radiodifusão sonoram em frequência modulada Radiodifusão Sonora, Rádio AM, disciplina da extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias e sua possível adaptação de instrumentos de outorgas para os de execução do serviço de radiodifusão sonoram em frequência modulada
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Decreto nº 8.174, de 26 de dezembro de 2013 - Altera os Anexos I e II ao Decreto nº 7.867, de 19 de dezembro de 2012, relativos ao Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para 2013.

Dispositivos	LGT, Art. 186, caput.
Altera	Anexo ao Decreto nº 7.867 de 19 de dezembro de 2012 - Programa de Dispêndios Globais – PDG para 2013 das empresas estatais federais.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 27/12/2013, págs. p.7-20
Indexação	Programa de Dispêndios Globais (Empresas Estatais Federais), PGD para 2014 Telecomunicações Brasileiras S.A., Programa de Dispêndios Globais (Empresas Estatais Federais), PGD para 2014
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora Temas : Políticas de Telecomunicações : Concorrência no Setor de Telecomunicações

Portaria Ministerial

Portaria MC nº 13, de 1º de fevereiro de 2013 - Institui o processo de habilitação e seleção de propostas para o Projeto das Cidades Digitais para o exercício de 2013.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	Anexo - Tabela de Prazos.
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I.

Correlata	Portaria MC nº 376/2011 - Institui o Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04/02/2013, pág. 73
Indexação	Cidades Digitais, processo de habilitação e seleção de propostas para o Projeto Projeto Cidades Digitais
Temas	Temas : Políticas de Telecomunicações : Pesquisa & Desenvolvimento Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Acesso à Telecomunicações : Educação e Pesquisa Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Acesso às Telecomunicações

Portaria MC nº 14, de 6 de fevereiro de 2013 - Estabelece diretrizes para a aceleração do acesso ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T e para a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 160, caput.
Correlata	Resolução nº 625/2013 - Aprova a Atribuição, a Destinação e o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 07/02/2013, pág. 46
Indexação	Espectro de Radiofrequências, Faixa de 698 a 806 MHz, determinação à ANATEL para que iniciasse os procedimentos administrativos de atribuição, destinação e distribuição da faixa para atendimento dos objetivos do PNBL Faixa de 698 a 806 MHz, Programa Nacional de Banda Larga, determinação à ANATEL para que iniciasse os procedimentos administrativos de atribuição, destinação e distribuição da faixa para atendimento dos objetivos do PNBL TV Digital, Faixa de 698 a 806 MHz, determinação à ANATEL para que iniciasse os procedimentos administrativos de atribuição, destinação e distribuição da faixa para atendimento dos objetivos do PNBL
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Banda Larga Temas : Infra-estrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Espectro de Radiofrequência : Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Televisão Aberta : TV Digital Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP)

Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013 - Regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPABL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e o Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	Anexo 1 - Descrição dos equipamentos contemplados segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul.
	Alterado por Portaria nº 303/2013 - Altera a Portaria nº 55, de 12 de março de 2013, do Ministério das Comunicações, que regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização

	<p>dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REP/NBL – Redes.</p>
	<p>Anexo 2 - Percentuais mínimos para equipamentos e componentes de redes produzidos de acordo com o respectivo PPB e desenvolvidos com tecnologia nacional.</p>
Alterado por	<p>Portaria nº 303/2013 - Altera a Portaria nº 55, de 12 de março de 2013, do Ministério das Comunicações, que regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REP/NBL – Redes.</p>
Dispositivos	<p>LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso V; LGT, Art. 3º, inciso I.</p>
Alterada por	<p>Portaria nº 303/2013 - Altera a Portaria nº 55, de 12 de março de 2013, do Ministério das Comunicações, que regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REP/NBL – Redes.</p>
Regulamenta	<p>Lei nº 12.715/2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nos 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</p> <p>Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013 - Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REP/NBL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.</p>
Publicação	<p>Diário Oficial da União, Seção 1, 13/03/2013, págs. p.40-43</p>
Indexação	<p>Banda Larga, Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, regulamentação do Programa Nacional de Banda Larga, Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, regulamentação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, regulamentação do</p>

Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Banda Larga Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet
-------	--

Portaria MC nº 57, de 13 de março de 2013 - Altera a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, aprovada pela Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	CF, Art. 221, inciso II; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Anexo à Portaria nº 489 de 18 de dezembro de 2012 - Norma Regulamentar do Canal da Cidadania.
Correlata	Lei nº 11.652/2008 - Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências [Conversão da Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007].
Regulamenta	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 14-03-2013, pág. p.50
Indexação	Canal da cidadania, Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, alteração da Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre, Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, alteração da TV Digital, Norma Regulamentar do Canal da Cidadania, alteração da
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Aplicações Educacionais Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Televisão Aberta : TV Digital

Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013 - Estabelece os requisitos técnicos mínimos dos telefones portáteis que possibilitam o acesso à internet em alta velocidade do tipo smartphone, beneficiados pela desoneração fiscal instituída pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e regulamentada pelo Decreto nº 5.602, de 6 de dezembro de 2005.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso V; LGT, Art. 78, caput; LGT, Art. 79, § 1º.
Regulamenta	Lei do Bem - Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dentre outras providências. Decreto nº 5.602/2005 - Regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 11/04/2013, pág. p.63
Indexação	Digitalização, Inclusão Digital, requisitos técnicos mínimos de smartphones para obtenção de benefício de oneração fiscal Equipamentos de Telecomunicações Equipamentos de Telecomunicações, Smartphone, seus requisitos técnicos mínimos de acesso à internet em alta velocidade para obtenção de benefício de oneração fiscal

	<p>INTERNET, Smartphone, seus requisitos técnicos mínimos de acesso à internet em alta velocidade para obtenção de benefício de oneração fiscal</p> <p>Incentivo Fiscal, Inclusão Digital, requisitos técnicos mínimos de smartphones para obtenção de benefício de oneração fiscal</p> <p>Inclusão Digital, Incentivo Fiscal, requisitos técnicos mínimos de smartphones para obtenção de benefício de oneração fiscal</p> <p>Smartphone, seus requisitos técnicos mínimos de acesso à internet em alta velocidade para obtenção de benefício de oneração fiscal</p> <p>Universalização, Inclusão Digital, requisitos técnicos mínimos de smartphones para obtenção de benefício de oneração fiscal</p>
Temas	<p>Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Tributação no Setor de Telecomunicações</p> <p>Temas : Políticas de Telecomunicações : Política Industrial</p> <p>Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Financiamento da Universalização</p>

Portaria MC nº 112, de 22 de abril de 2013 - Aprova o Regulamento de Sanções Administrativas aplicáveis a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	<p>Anexo 1 - Fator Relativo ao Tipo de Serviço/Classe da Emissora (K1).</p> <p>Anexo 2 - Fator Relativo ao Porte do Município (K2).</p> <p>Anexo 3 - Fator Relativo à Gravidade da Infração (K3).</p>
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Revoga	Portaria nº 394, de 30 de agosto de 2012
Regulamenta	<p>Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.</p> <p>Lei nº 9.612/1998 - Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.</p> <p>Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.</p> <p>Decreto nº 2.615/1998 - Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.</p> <p>Decreto nº 5.371/2005 - Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.</p>
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 23/04/2013, págs. p.86-89
Indexação	<p>Autorização (Radiodifusão), Serviço de Radiodifusão Comunitária, condições de revogação de autorização do</p> <p>Cassação, Radiodifusão, aprovação do Regulamento de Sanções Administrativas aplicáveis a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares</p> <p>Infração, classificação das infrações administrativas</p> <p>Ministério das Comunicações, Regulamento de Sanções Administrativas, aprovação do</p> <p>Multa (Sanção Administrativa), parâmetros para aplicação de</p> <p>Proporcionalidade, na aplicação de sanções administrativas</p> <p>Punição</p> <p>Radiodifusão, Regulamento de Sanções Administrativas, aprovação do</p>

	<p>Regulamento de Sanções Administrativas</p> <p>Regulamento de Sanções Administrativas, aprovação do</p> <p>Revogação, Radiodifusão, aprovação do Regulamento de Sanções Administrativas aplicáveis a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares</p> <p>Sanção, Regulamento de Sanções Administrativas, aprovação do</p> <p>Serviço de Radiodifusão Comunitária, Autorização (Radiodifusão), condições de revogação de autorização do</p> <p>Suspensão Temporária (Sanção Administrativa), Radiodifusão, aprovação do Regulamento de Sanções Administrativas aplicáveis a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares</p> <p>Termo de Ajuste de Conduta, Radiodifusão, previsão de TAC no Regulamento de Sanções Administrativas do Ministério das Comunicações</p>
Temas	<p>Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações</p> <p>Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Autorização (regras aplicáveis)</p> <p>Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis)</p> <p>Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Permissão (regras aplicáveis)</p> <p>Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Ministério das Comunicações</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão</p>

<p>Portaria MC nº 159, de 11 de junho de 2013 - Autoriza o funcionamento, em caráter provisório, de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares previamente outorgadas via decreto legislativo ou ato de outorga, detêmham contrato de concessão ou permissão celebrado com o Ministério das Comunicações e tenham protocolizado requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos.</p>	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Portaria MC nº 366, de 14 de agosto de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos de autorização para a execução dos serviços de retransmissão e repetição de televisão.
Revoga	Portaria MC nº 86, de 15 de fevereiro de 2012 - Disciplina o funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de Serviços de Radiodifusão.
Correlata	<p>Decreto nº 7.670/2012 - Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e nº 5.820, de 29 de junho de 2006.</p> <p>Decreto nº 7.760, de 23 de julho de 2012</p> <p>Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013 - Atribui a competência decorrente de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).</p>
Regulamenta	Anexo ao Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 - Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

	Anexo ao Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005 - Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 12/06/2013, pág. p.65
Indexação	<p>Competência, Ministério das Comunicações, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Competência, Presidência da República, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Concessão (Radiodifusão), Competência, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Concessão, Radiodifusão, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Equipamentos de Telecomunicações, Radiodifusão, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Equipamentos de Telecomunicações, Requerimento de Aprovação dos Locais de Instalação e Uso de Equipamentos, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Ministério das Comunicações, Competência, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Outorga, Competência, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Permissão (Radiodifusão), Competência, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Presidência da República, Competência, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Radiodifusão, Concessão, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Radiodifusão, Outorga, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham</p>

	<p>tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Radiodifusão, Requerimento de Aprovação dos Locais de Instalação e Uso de Equipamentos, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Requerimento de Aprovação dos Locais de Instalação e Uso de Equipamentos, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p> <p>Serviço Ancilar</p> <p>Serviço Ancilar, Radiodifusão, autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado</p>
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Portaria MC nº 197, de 1º julho de 2013 - Estabelece data limite para a apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária e altera a Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	<p>Anexo 1 - Alterações ao Anexo II à Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 2011.</p> <p>Anexo 2 - Alterações ao Anexo XII à Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 2011.</p>
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 211, caput.
Altera	Anexo à Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011 - Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Regulamenta	<p>Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.</p> <p>Lei nº 9.612/1998 - Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.</p> <p>Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.</p>
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 02/07/2013, pág. p.41
Indexação	Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária, alteração da Serviço de Radiodifusão Comunitária, Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária, alteração da Serviço de Radiodifusão Comunitária, disciplina dos pedidos de renovação de outorga do
Temas	<p>Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Radiodifusão Comunitária</p>

Portaria MC nº 231, de 7 de agosto de 2013 - Estabelece regras para a autorização de alteração de características técnicas de operação das emissoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que resultem em alteração da classe e grupo de enquadramento.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
---------------	---

Anexos	Anexo - Quadros de Grupos e Classes do Serviço de Radiodifusão.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Revoga	Portaria nº 275/2010
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 08/08/2013, págs. p.51-52 Diário Oficial da União, Seção 1, 09/08/2013, pág. p.59 [Retificação]
Indexação	Alteração de Características Técnicas de Operação de Emissoras de Radiodifusão, disciplina ministerial da análise de Promoção de Classe, Alteração de Características Técnicas de Operação de Emissoras de Radiodifusão, disciplina ministerial da análise de Radiodifusão Sonora, Alteração de Características Técnicas de Operação de Emissoras de Radiodifusão, disciplina ministerial da análise de Radiodifusão Sonora, Promoção de Classe, disciplina ministerial da análise de alteração de características técnicas de operação de emissoras de radiodifusão Radiodifusão, Alteração de Características Técnicas de Operação de Emissoras de Radiodifusão, disciplina ministerial da análise de Radiodifusão, Promoção de Classe, disciplina ministerial da análise de alteração de características técnicas de operação de emissoras de radiodifusão
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Portaria MC nº 252, de 8 de agosto de 2013 - Disciplina a natureza, as condições de prestação, e a competência para outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associadas aos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC).

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XI (em 15/08/1995); CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 62, caput; LGT, Art. 211, caput.
Correlata	Portaria MC nº 71, de 20 de janeiro de 1978 Portaria MC nº 985, de 5 de dezembro de 1994
Regulamenta	Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 09/08/2013, pág. p.58
Indexação	Agência Nacional de Telecomunicações, Competência, da ANATEL para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao Autorização, Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, aplicação provisória do valor praticado para execução do Serviço Limitado Privado para as autorizações de Competência, Agência Nacional de Telecomunicações, competência para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao Competência, Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, competência da ANATEL para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão

	<p>de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao</p> <p>Convergência, Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, política ministerial de unificação, via regulamentação da ANATEL, da regulamentação do SARC com a de outros serviços convergentes de telecomunicações de interesse restrito</p> <p>Ministério das Comunicações, Convergência, política ministerial de unificação, via regulamentação da ANATEL, da regulamentação do SARC com a de outros serviços convergentes de telecomunicações de interesse restrito</p> <p>Ministério das Comunicações, Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, competência da ANATEL para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao</p> <p>Ministério das Comunicações, Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, política ministerial de unificação, via regulamentação da ANATEL, da regulamentação do SARC com a de outros serviços convergentes de telecomunicações de interesse restrito</p> <p>Radiodifusão, Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, competência da ANATEL para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao</p> <p>Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, aplicação provisória do valor praticado para execução do Serviço Limitado Privado para as autorizações de</p> <p>Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, competência da ANATEL para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao</p> <p>Serviço de Interesse Restrito, Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, política ministerial de unificação, via regulamentação da ANATEL, da regulamentação do SARC com a de outros serviços convergentes de telecomunicações de interesse restrito</p>
Temas	<p>Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL</p> <p>Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Ministério das Comunicações</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC)</p>

Portaria MC nº 275, de 17 de setembro de 2013 - Estabelece política para a disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à Internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte e por novos competidores.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	LGT, Art. 1º, caput; LGT, Art. 157, caput.
Correlata	<p>Decreto nº 4.733/2003 - Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações, e dá outras providências.</p> <p>Decreto nº 7.175/2010 - Institui o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL; dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão; altera o Anexo II ao Decreto no 6.188, de 17 de agosto de 2007; altera e acresce dispositivos ao Decreto no 6.948, de 25 de agosto de 2009; e dá outras providências. - Anexo - Quadro demonstrativo dos cargos em comissão e Quadro resumo dos custos dos cargos em comissão do Gabinete Pessoal do Presidente da República.</p>

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 18/09/2013, pág. p.100
Indexação	<p>1.785 MHz a 1.805 MHz, Estudos, determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga</p> <p>1.885 MHz a 1.895 MHz, Estudos, determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga</p> <p>2.500 MHz a 2.690 MHz, Banda Larga, definição de política para disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte</p> <p>2.500 MHz a 2.690 MHz, Estudos, determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga</p> <p>415,85 MHz a 421,675 MHz, Estudos, determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga</p> <p>425,85 MHz a 430 MHz, Estudos, determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga</p> <p>Banda Larga, 2.500 MHz a 2.690 MHz, definição de política para disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte</p> <p>Banda Larga, definição de política para disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte</p> <p>Espectro de Radiofrequências, Uso Licenciado, determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga para</p> <p>Espectro de Radiofrequências, Uso Não Licenciado, determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga para</p> <p>Estudos, determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga</p> <p>INTERNET, Banda Larga, definição de política para disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte</p> <p>Operadora</p> <p>Operadora de Pequeno Porte, Banda Larga, definição de política para disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte</p> <p>Pequeno Porte</p> <p>Prestadora</p> <p>Prestadora de Pequeno Porte, Banda Larga, definição de política para disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte</p> <p>Uso Não Licenciado, determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga para</p>
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Banda Larga

	<p>Temas : Aplicações de Telecomunicações : Internet</p> <p>Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora</p> <p>Temas : Políticas de Telecomunicações : Concorrência no Setor de Telecomunicações</p> <p>Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização e Massificação</p>
--	---

Portaria MC nº 282, de 25 de setembro de 2013 - Institui força tarefa e procedimento específico para outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV, em caráter secundário.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	Anexo 1 - Formulário Padronizado para Solicitação de RTV Secundária. Anexo 2 - Formulário Padronizado para Projeto Técnico.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Correlata	Portaria MC nº 366, de 14 de agosto de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos de autorização para a execução dos serviços de retransmissão e repetição de televisão.
Regulamenta	Decreto nº 5.371/2005 - Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 27/09/2013, pág. p.62
Indexação	Radiodifusão, Serviço de Retransmissão de Televisão, procedimento específico para outorga do Regulamento dos Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, procedimento específico para outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão Serviço de Retransmissão de Televisão, procedimento específico para outorga do
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Portaria MC nº 299, de 7 de outubro de 2013 - Institui, no âmbito da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, grupos de trabalho de Radiodifusão Comercial, de Radiodifusão Educativa e Consignações, de Radiodifusão Ancilar, de TV Digital, e de Documentação e Informação.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	CF, Art. 223, caput; LGT, Art. 211, caput.
Revoga	Portaria MC nº 263, de 6 de junho de 2012
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 08/10/2013, pág. p.72
Indexação	Ministério das Comunicações, Grupo de Trabalho de Documentação e Informação, instituição do Ministério das Comunicações, Grupo de Trabalho de Radiodifusão Ancilar, instituição do Ministério das Comunicações, Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial, instituição do Ministério das Comunicações, Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações, instituição do Ministério das Comunicações, Grupo de Trabalho de TV Digital, instituição do
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Ministério das Comunicações

	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão
<p>Portaria MC nº 303, de 16 de outubro de 2013 - Altera a Portaria nº 55, de 12 de março de 2013, do Ministério das Comunicações, que regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL – Redes.</p>	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	<p>Anexo 1 - Alterações à descrição dos equipamentos contemplados segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul.</p> <p>Anexo 2 - Alterações dos percentuais mínimos para equipamentos e componentes de redes produzidos de acordo com o respectivo PPB e desenvolvidos com tecnologia nacional.</p>
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso V; LGT, Art. 3º, inciso I.
Altera	<p>Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013 - Regulamenta os procedimentos para submissão, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização dos projetos apresentados ao Ministério das Comunicações referentes ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 e o Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013.</p> <p>Anexo 1 – Descrição dos equipamentos contemplados segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul - Descrição dos equipamentos contemplados segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul.</p> <p>Anexo 2 – Percentuais mínimos para equipamentos e componentes de redes produzidos de acordo com o respectivo PPB e desenvolvidos com tecnologia nacional - Percentuais mínimos para equipamentos e componentes de redes produzidos de acordo com o respectivo PPB e desenvolvidos com tecnologia nacional.</p>
Regulamenta	<p>Lei nº 12.715/2012 - Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência; restabelece o Programa Um Computador por Aluno; altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007; altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.484, de 31 de maio de 2007, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.414, de 9 de junho de 2011, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.925, de 23 de julho de 2004, os Decretos-Leis nos 1.455, de 7 de abril de 1976, 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e a Medida Provisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</p> <p>Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013 - Regulamenta a aplicação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações - REPNBL-Redes, de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012.</p>
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 17/10/2013, págs. p.37-38

Indexação	Banda Larga, Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, regulamentação do Programa Nacional de Banda Larga, Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, regulamentação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, regulamentação do
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Banda Larga Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet

Portaria MC nº 305, de 24 de outubro de 2013 - Altera a minuta de Acordo de Cooperação Técnica da Portaria nº 13, de 1º de fevereiro de 2013, que instituiu o processo de habilitação e seleção de propostas para o Projeto das Cidades Digitais.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	Anexo - Acordo de Cooperação Técnica.
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I.
Correlata	Portaria MC nº 376/2011 - Institui o Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais. Portaria MC nº 186, de 28 de março de 2012 - Altera a Portaria nº 376, de 19 de agosto de 2011, referente à instituição do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 25/10/2013, págs. p.79-80
Indexação	Acordo de Cooperação Técnica, Cidades Digitais, alteração da minuta de acordo de cooperação técnica do projeto de implantação e manutenção das Cidades Digitais, Acordo de Cooperação Técnica, minuta do
Temas	Temas : Políticas de Telecomunicações : Pesquisa & Desenvolvimento Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Acesso à Telecomunicações : Educação e Pesquisa Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Acesso às Telecomunicações

Resolução

Resolução da ANATEL nº 606, de 4 de fevereiro de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, Anexo II à Resolução nº 263, de 08 de junho de 2001, para mudar o município de Santana do Paraíso, no estado de Minas Gerais, da Área de Tarifação 333 (Caratinga) para a Área de Tarifação 316 (Coronel Fabriciano), e do Código Nacional 33 para o Código Nacional 31.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo 1 - Áreas de Tarifação do STFC. Anexo 2 - Alteração do Plano Geral de Códigos Nacionais.
Dispositivos	LGT, Art. 3º, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso VII; LGT, Art. 19, inciso XIV; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 103, caput; LGT, Art. 151, caput.

Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 263, de 8 de junho de 2001 - Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN. Anexo à Resolução da ANATEL nº 424, de 6 de dezembro de 2005 - Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ou Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 28/02/2013, pág. 156
Indexação	Numeração de Serviços, Serviço Telefônico Fixo Comutado, alteração do Plano Geral de Códigos Nacionais Plano Geral de Códigos Nacionais, alteração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, Plano Geral de Códigos Nacionais, alteração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, Área de Tarifação, alteração de área de tarifação do Área de Tarifação, Serviço Telefônico Fixo Comutado, alteração de área de tarifação do
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Preço Público e Preço Privado Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Planos de Serviços Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Usuário / Consumidor Temas : Políticas de Telecomunicações : Política Tarifária Temas : Ramos Jurídicos Afins : Direito do Consumidor Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

Resolução da ANATEL nº 607, de 13 de março de 2013 - Alteração no Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, e no Regulamento de Administração dos Recursos de Numeração, aprovado pela Resolução nº 84, de 30 de dezembro de 1998.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Alterações no Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado e no Regulamento de Administração dos Recursos de Numeração.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 151, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 84, de 30 de dezembro de 1998 - Regulamento de Administração de Recursos de Numeração. Anexo à Resolução da ANATEL nº 86, de 30 de dezembro de 1998 - Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 20-03-2013, pág. p.34
Indexação	Administração de Recursos de Numeração, Regulamento de Administração de Recursos de Numeração, alteração do Numeração de Rede, Regulamento de Numeração do STFC, alteração do

	Regulamento de Administração de Recursos de Numeração, alteração do Regulamento de Numeração do STFC, alteração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, Regulamento de Numeração do STFC, alteração do
Temas	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Redes de Telecomunicações Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Redes de Telecomunicações : Numeração dos Serviços Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

Resolução da ANATEL nº 608, de 5 de abril de 2013 - Aprova alteração nos Apêndices C e D do Anexo I do Regulamento de Separação e Alocação Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, e pela Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, e define novo prazo para entrega dos dados dos exercícios de 2011 e 2012 e do primeiro trimestre de 2013.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Apêndice C (Plano Geral para Separação e Alocação de Contas).
Dispositivos	LGT, Art. 93, inciso X; LGT, Art. 127, inciso X.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 396, de 31 de março de 2005 - Regulamento de Separação e Alocação de Contas.
Correlata	Resolução da ANATEL nº 419/2005 - Aprova o prazo para apresentação, pelas Concessionárias do STFC, do Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC). Resolução da ANATEL nº 464/2007 - Prorroga a apresentação, pelas Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, do Apêndice B do Anexo I e Anexos II e III do Documento de Separação e Alocação de Contas - DSAC. Resolução da ANATEL nº 480/2007 - Aprova o prazo para apresentação, pelas detentoras de PMS na oferta de interconexão em rede móvel, do Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC). Resolução da ANATEL nº 483/2007 - Estende o prazo para apresentação do primeiro Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC) pelas detentoras de Poder de Mercado Significativo (PMS) na oferta de interconexão em rede móvel. Resolução da ANATEL nº 503/2008 - Prorroga o prazo para apresentação do Apêndice B do Anexo I do Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC) por Prestadoras do SMP que integrem Grupo detentor de Poder de Mercado Significativo na interconexão em rede móvel ou que façam parte de Grupo que contenha Concessionária do STFC. Resolução nº 619/2013 - Alterações dos Anexos I e II do Regulamento de Separação e Alocação de Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, pela Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, e pela Resolução nº 608, de 5 de abril de 2013.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 12-04-2013, págs. p.62-97

Indexação	Regulamento de Separação e Alocação de Contas, alteração do
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

Resolução da ANATEL nº 609, de 18 de abril de 2013 - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto.
Dispositivos	LGT, Art. 1º, Parágrafo Único; LGT, Art. 19, inciso XIII; LGT, Art. 214, inciso I.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 366/2004 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Antenas Lineares. - Anexo - Norma para Certificação e Homologação de Antenas Lineares. Resolução da ANATEL nº 367/2004 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Antenas Direcionais de Abertura. - Anexo - Norma para Certificação e Homologação de Antenas Direcionais de Abertura.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 29/04/2013, págs. p.61-65 Diário Oficial da União, Seção 1, 02/05/2013, pág. p.68 [Republicação_Parcial]
Indexação	138 MHz a 60 GHz, Antena para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto, aprovação da norma para certificação e homologação de 71 GHz a 86 GHz, Antena para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto, aprovação da norma para certificação e homologação de Antena Linear, revogação da norma para certificação e homologação de Aplicação Ponto-a-Ponto, Antena para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto, aprovação da norma para certificação e homologação de Aplicação Ponto-a-Ponto, aprovação da norma para certificação e homologação de Certificação, Antena para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto, aprovação da norma para certificação e homologação de Certificação, aprovação da norma para certificação e homologação de antenas para Discriminação de Polarização Cruzada, Antena para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto, classes de antenas segundo a desempenho de discriminação de polarização cruzada Homologação, Antena para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto, aprovação da norma para certificação e homologação de Homologação, Aplicação Ponto-a-Ponto, aprovação da norma para certificação e homologação de antenas para Ponto a Ponto

	Ponto-a-Ponto
Temas	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Antenas Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Certificação / Homologação
Resolução da ANATEL nº 610, de 18 de abril de 2013 - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-Área Bidirecionais.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Norma para Certificação e Homologação de Antenas para Uso em Aplicações Ponto-Área Bidirecionais.
Dispositivos	LGT, Art. 1º, Parágrafo Único; LGT, Art. 19, inciso XIII; LGT, Art. 214, inciso I.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 372/2004 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Antenas Setoriais e Omnidirecionais. - Anexo - Norma para Certificação e Homologação de Antenas Setoriais e Omnidirecionais.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 29/04/2013, págs. p.65-71 Diário Oficial da União, Seção 1, 02/05/2013, pág. p.84 [Republicação_Parcial]
Indexação	138 MHz a 40,5 GHz, Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área, aprovação da norma para certificação e homologação de Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área, aprovação da norma para certificação e homologação de Aplicação Ponto-Área, Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área, aprovação da norma para certificação e homologação de Certificação, Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área, aprovação da norma para certificação e homologação de Certificação, Aplicação Ponto-Área, aprovação da norma para certificação e homologação de antenas para Homologação, Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área, aprovação da norma para certificação e homologação de Homologação, Aplicação Ponto-Área, aprovação da norma para certificação e homologação de antenas para Ponto-Área Serviço Móvel Especializado, Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área, aprovação da norma para certificação e homologação de Serviço Móvel Pessoal, Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área, aprovação da norma para certificação e homologação de
Temas	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Antenas Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Certificação / Homologação

	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Estações de Telecomunicações
--	--

Resolução da ANATEL nº 611, de 25 de abril de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, para adequação das áreas de tarificação à nova configuração de áreas locais disposta na Resolução nº 560, de 21 de janeiro de 2011.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Alteração de áreas de tarificação do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005.
Dispositivos	LGT, Art. 3º, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso VII; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 103, caput; LGT, Art. 152, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 424, de 6 de dezembro de 2005 - Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público.
Correlata	Resolução da ANATEL nº 560/2011 - Aprova o Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 07/05/2013, págs. p.97-102
Indexação	Serviço Telefônico Fixo Comutado, Área de Tarificação, alteração de área de tarificação do Tarifa, Área de Tarificação, sua alteração no STFC Área de Tarificação, Serviço Telefônico Fixo Comutado, alteração de área de tarificação do
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis) Temas : Políticas de Telecomunicações : Política Tarifária Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

Resolução da ANATEL nº 612, de 29 de abril de 2013 - Aprova o Regimento Interno da ANATEL.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XXVII; LGT, Art. 22, inciso X.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 270/2001 - Aprova o Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.
Correlata	Anexo ao Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997 - Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 02/05/2013, págs. p.68-84 Diário Oficial da União, Seção 1, 16/05/2013, pág. p.66 [Retificação]
Indexação	Agência Nacional de Telecomunicações, Regimento Interno da ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações, estrutura organizacional da Agência Nacional de Telecomunicações, instrumentos deliberativos da Ata de Reunião, Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações, requisitos mínimos da ata de sessão do Ata de Sessão, Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações, requisitos mínimos da ata de sessão do Circuito Deliberativo, Conselho Diretor, disciplina da votação no Conselheiro, Voto, exigência de fundamentação do Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações, Votação, disciplina da Cômputo de votos, Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações, disciplina da votação no Distribuição de Matérias, Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações, disciplina da distribuição de matérias no Estrutura Organizacional da ANATEL, Regimento Interno da ANATEL Expediente Protelatório, Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações, consideração da ausência injustificada de conselheiro como expediente protelatório de decisão Ilícito, Expediente Protelatório, consideração da ausência injustificada de conselheiro à sessão ou reunião ou sua não manifestação em circuito deliberativo do Conselho Diretor da ANATEL como Instrumentos Deliberativos da ANATEL, Regimento Interno da ANATEL Regimento Interno da ANATEL Reunião, Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações, disciplina da votação no Sessão, Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações, disciplina da votação no Sorteio, Distribuição de Matérias, sua disciplina no Conselho Diretor da ANATEL Vacância, Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações, efeitos da vacância de conselheiros no Votação, Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações, disciplina da votação no
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL

Resolução da ANATEL nº 613, de 9 de maio de 2013 - Altera o art. 48 do Regulamento da Interface Usuário - Rede e de Terminais do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 473, de 27 de julho de 2007.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XIII; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 156, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 16/05/2013, pág. p.65

Indexação	Deficiência Visual, Terminais de Telecomunicações, dispensa de exigência de disposição física das teclas de terminais do STFC para identificação por deficiente visual Interface Usuário-Rede, Regulamento da Interface Usuário-Rede e de Terminais do STFC, alteração do Regulamento da Interface Usuário-Rede e de Terminais do STFC, alteração do
Temas	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Certificação / Homologação Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Terminais Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Acesso à Telecomunicações : Portador de Deficiência Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

Resolução da ANATEL nº 614, de 28 de maio de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia e altera os Anexos I e III do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia.
Dispositivos	CF, Art. 222, § 3º; LGT, Art. 61, § 2º; LGT, Art. 127, caput; LGT, Art. 151, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 386, de 3 de novembro de 2004 - Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 190/1999 - Aprova o Regulamento para Uso de Redes de Serviços de Comunicação de Massa por Assinatura para Provimento de Serviços de Valor Adicionado. [Ressalva: (12 meses após a publicação da Res. 614/2013)] Anexo à Resolução da ANATEL nº 272, de 9 de agosto de 2001 - Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia. Anexo 1 à Resolução da ANATEL nº 328, de 29 de janeiro de 2003 - Modelo de Termo de Autorização para Exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo (Utilizado para autorizações autônomas à exploração de Serviço de Comunicação Multimídia e para adaptações das autorizações de Serviço Limitado Especializado, nas submodalidades de Rede Especializado e Circuito Especializado). Anexo 2 à Resolução da ANATEL nº 328, de 29 de janeiro de 2003 - Modelo de Termo de Autorização para Exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo (Utilizado para adaptações das autorizações de Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações, compreendendo o Serviço por Linha Dedicada, o Serviço de Rede Comutada por Pacote e o Serviço de Rede Comutada por Circuito).
Correlata	Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor. Decreto nº 6.523/2008 - Regulamenta a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC. Anexo à Resolução da ANATEL nº 73, de 25 de novembro de 1998 - Regulamento dos Serviços de Telecomunicações. Resolução da ANATEL nº 484/2007 - Aprova a alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.

	Resolução nº 595/2012 - Altera o regulamento de cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços e Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 31/05/2013, págs. p.86-90
Indexação	Autorização de Uso de Radiofrequência, Serviço de Comunicação Multimídia, condições para autorização de uso de radiofrequência referente ao Autorização, Serviço de Comunicação Multimídia, condições para autorização do Serviço Privado de Telecomunicação, Serviço de Comunicação Multimídia, regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia Serviço de Interesse Coletivo, Serviço de Comunicação Multimídia, regulamento do
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Autorização (regras aplicáveis) Temas : Aplicações de Telecomunicações : Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços : Defesa Civil Temas : Aplicações de Telecomunicações : Banda Larga Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Usuário / Consumidor Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Redes de Telecomunicações : Numeração dos Serviços Temas : Políticas de Telecomunicações : Qualidade do Serviço Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

Resolução da ANATEL nº 615, de 7 de junho de 2013 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, aprovado pela Resolução nº 426, de 9 de dezembro de 2005, alterado pela Resolução nº 432, de 23 de fevereiro de 2006, e pela Resolução nº 567, de 24 de maio de 2011.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Alterações do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso XXXII; CF, Art. 170, inciso V; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 213, § 2º.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 426, de 9 de dezembro de 2005 - Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado. Resolução da ANATEL nº 432/2006 - Aprova a alteração dos prazos constantes do item 8 da Norma para Alteração da Tarifação do Plano Básico do Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Local, Prestado em Regime Público. Anexo à Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 11/06/2013, págs. p.30-31
Indexação	<p>Atendimento Pessoal, alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, em especial, o Centro de Atendimento (Indicadores de Qualidade do STFC), Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, sua alteração para disciplina mais detalhada dos direitos dos usuários/consumidores do STFC</p> <p>Consumidor, Atendimento Pessoal, alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, em especial, o</p> <p>Consumidor, Serviço de Atendimento ao Consumidor, alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC</p> <p>Portabilidade de Código de Acesso (STFC), Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, sua alteração para disciplina mais detalhada dos direitos dos usuários/consumidores do STFC</p> <p>Portabilidade, Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, sua alteração para disciplina mais detalhada dos direitos dos usuários/consumidores do STFC</p> <p>Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, sua alteração para disciplina mais detalhada dos direitos dos usuários/consumidores do STFC</p> <p>Serviço Telefônico Fixo Comutado, Atendimento Pessoal, alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, em especial, o</p> <p>Serviço Telefônico Fixo Comutado, Terceirização, alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC</p> <p>Serviço de Atendimento ao Consumidor, Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, sua alteração para disciplina mais detalhada dos direitos dos usuários/consumidores do STFC</p> <p>Serviço de Atendimento ao Consumidor, Serviço Telefônico Fixo Comutado, alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do</p> <p>Serviço de Atendimento ao Consumidor, Terceirização, alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC</p> <p>Terceirização, Serviço de Atendimento ao Consumidor, alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC</p>
Temas	<p>Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora</p> <p>Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Usuário / Consumidor</p> <p>Temas : Políticas de Telecomunicações : Qualidade do Serviço</p> <p>Temas : Ramos Jurídicos Afins : Direito do Consumidor</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)</p>

Resolução da ANATEL nº 616, de 18 de junho de 2013 - Aprova a alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, aprovado pela Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, e alterado pela Resolução nº 484, de 5 de novembro de 2007.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
---------------	----------------------------

Anexos	Anexo - Alteração do art. 12 do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso X; LGT, Art. 19, inciso XXI; LGT, Art. 48, caput; LGT, Art. 131, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 386, de 3 de novembro de 2004 - Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite. Anexo à Resolução da ANATEL nº 484, de 5 de novembro de 2007 - Alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 21.06.2013, págs. p.56-57
Indexação	Acréscimo de Faixa de Radiofrequência, valor devido por Espectro de Radiofrequências, Acréscimo de Faixa de Radiofrequência, valor devido por Onerosidade, Acréscimo de Faixa de Radiofrequência, valor devido por Preço Público, Acréscimo de Faixa de Radiofrequência, valor devido por Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, alteração do Serviços de Telecomunicações, Onerosidade, valor devido por acréscimo de faixa de radiofrequência
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Autorização (regras aplicáveis) Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis) Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Preço Público e Preço Privado Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Órbita e Satélite

Resolução da ANATEL nº 617, de 19 de junho de 2013 - Aprova o Regulamento do Serviço Limitado Privado.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Regulamento do Serviço Limitado Privado.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso X; LGT, Art. 19, inciso XI; LGT, Art. 22, inciso VI; LGT, Art. 127, caput; LGT, Art. 131, caput; LGT, Art. 214, inciso I.
Altera	Norma nº 02/80 - Serviço Especial de Rádioautocine Norma nº 01/82 - Serviço de Rádio-Táxi, aprovada pela Portaria MC nº 44, de 3 de março de 1982 Norma nº 04/86 - Serviço Especial de Supervisão e Controle Portaria MC nº 193/88, de 5 de agosto de 1988 – Serviço Limitado Radioestrada Portaria nº 892/94

	<p>Norma nº 17/96 - Canalização e Condições de Uso de Frequências pelo Serviço Especial de Radiochamada e pelo Serviço Limitado Privado de Radiochamada</p> <p>Anexo à Portaria MC nº 455, de 27 de setembro de 1997 - Norma nº 13/97 – Serviço Limitado.</p> <p>Anexo à Portaria MC nº 558, de 3 de novembro de 1997 - Norma nº 15/97 – Serviço Especial de Radiochamada.</p> <p>Anexo à Resolução da ANATEL nº 386, de 3 de novembro de 2004 - Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.</p> <p>Anexo à Resolução da ANATEL nº 484, de 5 de novembro de 2007 - Alteração do Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.</p>
Revoga	<p>Resolução da ANATEL nº 171/1999 - Aprova o Plano de Autorizações do Serviço Especial de Radiochamada – SER.</p> <p>Resolução da ANATEL nº 196/1999 - Aprova a Norma N.º 8/99 - Anatel - “Condições para Aplicação do Plano de Autorizações do Serviço Especial de Radiochamada”. - Anexo - Norma nº 8/99 - "Condições para Aplicação do Plano de Autorizações do Serviço Especial de Radiochamada".</p> <p>Resolução da ANATEL nº 211/2000 - Aprova Adaptação da Norma nº 15/97 – Serviço Especial de Radiochamada.</p>
Regulamenta	<p>Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.</p>
Publicação	<p>Diário Oficial da União, Seção 1, 21/06/2013, págs. p.57-59</p> <p>Diário Oficial da União, Seção 1, 05/07/2013, págs. p.68 [Retificação]</p>
Indexação	<p>Autorização, Serviço Especial de Radiochamada, Regime Regulatório, substituição do plano de autorizações do pelo Regulamento do Serviço Limitado Privado</p> <p>Condições Objetivas, Serviço Limitado Privado, fixação das condições objetivas para obtenção de autorização do</p> <p>Condições Subjetivas, Serviço Limitado Privado, fixação das condições objetivas para obtenção de autorização do</p> <p>Plano de Autorizações do Serviço Especial de Radiochamada, sua substituição pelo Regulamento do Serviço Limitado Privado</p> <p>Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite, alteração do</p> <p>Regulamento do Serviço Limitado Privado, Regulamento de Serviço Limitado, sua inaplicabilidade ao Serviço Limitado Privado</p> <p>Regulamento do Serviço Limitado Privado, aprovação do</p> <p>Regulamento do Serviço Limitado Privado, sua inaplicabilidade ao Serviço Limitado Privado</p> <p>Serviço Científico</p> <p>Serviço Especial de Radiochamada, Regime Regulatório, Plano de Autorizações do Serviço Especial de Radiochamada, sua substituição pelo Regulamento do Serviço Limitado Privado</p> <p>Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais</p> <p>Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais, Regime Regulatório</p> <p>Serviço Limitado</p>

	<p>Serviço Limitado Especializado, Regime Regulatório, adaptação do Serviço Limitado Especializado ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado</p> <p>Serviço Limitado Privado, Regulamento do Serviço Limitado Privado, aprovação do Serviço Limitado Privado, unificação de 15 serviços sob o regime regulatório do Regulamento do</p> <p>Serviço Limitado, Regulamento de Serviço Limitado, sua inaplicabilidade ao Serviço Limitado Privado</p>
Temas	<p>Temas : Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Gênero : Serviço Especial</p> <p>Temas : Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Gênero : Serviço Limitado : Serviço Limitado Especializado</p> <p>Temas : Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Gênero : Serviço Limitado : Serviço Limitado Privado</p> <p>Temas : Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Interesse : Serviço de Interesse Restrito</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radioamador</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Avançado de Mensagens (SAM)</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Especial de Radioautocine</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Especial de Radiochamada (SER) - ou Serviço Móvel Especial de Radiochamada</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Especial de Radiorrecado</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Especial de Rádio Acesso</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Especial de Supervisão e Controle</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Limitado Móvel Privado</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Limitado Privado de Radiochamada (SLPR)</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Limitado de Estações com Operação Itinerante</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Limitado de Radioestrada</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Marítimo</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Rádio do Cidadão</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Radiotáxi : Serviço de Radiotáxi Especializado</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas : Serviço Móvel Aeronáutico</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Teleestrada ou Serviço Telefônico Público Móvel Rodoviário</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviços Científicos</p>

Resolução da ANATEL nº 618, de 24 de julho de 2013 - Altera o Regulamento do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), aprovado pela Resolução nº 581, de 26 de março de 2012.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 212, caput.

Correlata	Anexo à Resolução da ANATEL nº 274, de 5 de setembro de 2001 - Regulamento de Compartilhamento de Infra-estrutura entre as Prestadoras dos Serviços de Telecomunicações. Anexo à Resolução Conjunta ANATEL-ANEEL-ANP nº 1, de 24 de novembro de 1999 - Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infra-estrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 26/07/2013, pág. p.39
Indexação	Licença para Funcionamento de Estação, Serviço de Acesso Condicionado, alteração do regulamento do SeAC para permitir a obtenção de licença para funcionamento de estação independentemente de comprovação de contrato de uso dos postes, dutos, rede ou seus segmentos, celebrado com empresa proprietária das respectivas infraestruturas e autorização de Prefeitura para a construção do sistema Serviço de Acesso Condicionado, alteração do regulamento do SeAC para permitir a obtenção de licença para funcionamento de estação independentemente de comprovação de contrato de uso dos postes, dutos, rede ou seus segmentos, celebrado com empresa proprietária das respectivas infraestruturas e autorização de Prefeitura para a construção do sistema
Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

Resolução da ANATEL nº 619, de 8 de agosto de 2013 - Alterações dos Anexos I e II do Regulamento de Separação e Alocação de Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, pela Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, e pela Resolução nº 608, de 5 de abril de 2013.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Alterações dos Anexos I e II do Regulamento de Separação e Alocação de Contas (RSAC).
Dispositivos	LGT, Art. 93, inciso X; LGT, Art. 127, inciso X.
Altera	Anexo I à Resolução da ANATEL nº 396, de 31 de março de 2005
Correlata	Resolução da ANATEL nº 419/2005 - Aprova o prazo para apresentação, pelas Concessionárias do STFC, do Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC). Resolução da ANATEL nº 464/2007 - Prorroga a apresentação, pelas Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, do Apêndice B do Anexo I e Anexos II e III do Documento de Separação e Alocação de Contas – DSAC. Resolução da ANATEL nº 480/2007 - Aprova o prazo para apresentação, pelas detentoras de PMS na oferta de interconexão em rede móvel, do Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC). Resolução da ANATEL nº 483/2007 - Estende o prazo para apresentação do primeiro Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC) pelas detentoras de Poder de Mercado Significativo (PMS) na oferta de interconexão em rede móvel. Resolução da ANATEL nº 503/2008 - Prorroga o prazo para apresentação do Apêndice B do Anexo I do Documento de Separação e Alocação de Contas (DSAC) por Prestadoras do SMP que integrem Grupo detentor de Poder de Mercado Significativo na interconexão em rede móvel ou que façam parte de Grupo que contenha Concessionária do STFC.

	Resolução nº 608/2013 - Aprova alteração nos Apêndices C e D do Anexo I do Regulamento de Separação e Alocação Contas - RSAC, aprovado pela Resolução nº 396, de 31 de março de 2005, alterado pela Resolução nº 419, de 24 de novembro de 2005, pela Resolução nº 464, de 27 de abril de 2007, pela Resolução nº 480, de 14 de agosto de 2007, pela Resolução nº 483, de 24 de outubro de 2007, e pela Resolução nº 503, de 25 de abril de 2008, e define novo prazo para entrega dos dados dos exercícios de 2011 e 2012 e do primeiro trimestre de 2013.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 09/08/2013, págs. p.59-96 Diário Oficial da União, Seção 1, 02/10/2013, pág. p.53
Indexação	Regulamento de Separação e Alocação de Contas, alteração do
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

Resolução da ANATEL nº 620, de 9 de agosto de 2013 - Altera os Anexos I e II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo 1 - Alterações ao Anexo I do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC. Anexo 2 - Alterações ao Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC. Anexo 3 - Alterações ao Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC. Anexo 4 - Alterações ao Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC. Anexo 5 - Alterações ao Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC.
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso II; LGT, Art. 64, Parágrafo Único.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 560, de 21 de janeiro de 2011 - Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 13/08/2013, págs. p.78-79
Indexação	Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC, alteração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC, alteração do Área Local, Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC, alteração do

Temas	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)
-------	---

Resolução da ANATEL nº 621, de 14 de agosto de 2013 - Aprova alteração do Anexo I do Regulamento de Tarificação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC Prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, e do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, alterado pela Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, para mudar o município de Sabáudia, no estado do Paraná, da Área de Tarificação 442 (Maringá) para a Área de Tarificação 432 (Londrina) e do Código Nacional 44 para o Código Nacional 43.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo 1 - Alterações ao Regulamento de Tarificação do Serviço Telefônico Fixo Comutado. Anexo 2 - Alterações ao Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso VII; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 103, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 263, de 8 de junho de 2001 - Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN. Anexo à Resolução da ANATEL nº 424, de 6 de dezembro de 2005 - Regulamento de Tarificação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 15/08/2013, págs. p.54-55
Indexação	Código Nacional, alteração de Plano Geral de Códigos Nacionais, alteração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, Plano Geral de Códigos Nacionais, alteração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, Área de Tarificação, alteração de área de tarificação do Área de Tarificação, Serviço Telefônico Fixo Comutado, alteração de área de tarificação do
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Preço Público e Preço Privado Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Planos de Serviços Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Usuário / Consumidor Temas : Políticas de Telecomunicações : Política Tarifária Temas : Ramos Jurídicos Afins : Direito do Consumidor Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

Resolução da ANATEL nº 622, de 23 de agosto de 2013 - Aprova o Regulamento sobre a Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Público em Geral (STFC) Fora da Área de Tarifa Básica (ATB).

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Regulamento sobre a Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Público em Geral (STFC) Fora da Área de Tarifa Básica (ATB).
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso X; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 79, § 1º.
Correlata	Anexo 1 ao Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Anexo 1 ao Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 27/08/2013, págs. p.87-91
Indexação	Autorização, Contrato de Prestação do STFC fora da Área de Tarifa Básica, modelo de Autorização, Serviço Telefônico Fixo Comutado, modelo de contrato de prestação do STFC fora da Área de Tarifa Básica Concessão, Contrato de Prestação do STFC fora da Área de Tarifa Básica, modelo de Concessão, Serviço Telefônico Fixo Comutado, modelo de contrato de prestação do STFC fora da Área de Tarifa Básica Contrato de Prestação do STFC fora da Área de Tarifa Básica, modelo de Plano de Atendimento Rural Complementar (STFC), disciplina do Plano de Atendimento Rural Facultativo, disciplina do Plano de Atendimento Rural Suplementar (STFC), disciplina do Plano de Atendimento Rural, sua exigência para prestação de STFC fora da Área de Tarifa Básica (ATB) Rural Serviço Telefônico Fixo Comutado, Plano de Atendimento Rural, sua exigência para prestação de STFC fora da Área de Tarifa Básica (ATB) Serviço Telefônico Fixo Comutado, sua prestação fora da área de tarifa básica (ATB) Serviço Telefônico Fixo Comutado, Área de Tarifa Básica, disciplina da prestação de STFC fora da Zona Rural, Plano de Atendimento Rural, sua exigência para prestação de STFC fora da Área de Tarifa Básica (ATB) Zona Rural, Serviço Telefônico Fixo Comutado, sua prestação fora da área de tarifa básica (ATB)
Temas	Temas : Políticas de Telecomunicações : Universalização : Metas de Universalização Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

Resolução da ANATEL nº 623, de 18 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento de Conselho de Usuários.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Regulamento de Conselho de Usuários.
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso XXXII; CF, Art. 170, inciso V; CF, Art. 175, § único, inciso II; LGT, Art. 3º, caput; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 127, inciso III; LGT, Art. 127, inciso V.

Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 426, de 9 de dezembro de 2005 - Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 490/2008 - Aprova o Regulamento de Conselho de Usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC. - Anexo - Regulamento de Conselho de Usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 21/10/2013, págs. p.51-52
Indexação	Conselho de Usuários, Plano anual de atividades, não previsto no novo regulamento de conselho de usuários Conselho de Usuários, Regulamento de Conselho de Usuários do STFC, aprovação do Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH) Multichannel Multipoint Distribution Service (Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal) Plano anual de atividades, Conselho de Usuários, plano anual não previsto no novo regulamento de Regulamento de Conselho de Usuários do STFC, aprovação do Regulamento de Conselho de Usuários, aprovação do Serviço Móvel Especializado, Regulamento de Conselho de Usuários, aprovação do Serviço de Acesso Condicionado Serviço de Acesso Condicionado, Regulamento de Conselho de Usuários, aprovação do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal, Regulamento de Conselho de Usuários, aprovação do TV a Cabo, Regulamento de Conselho de Usuários, aprovação do Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial), Regulamento de Conselho de Usuários, aprovação do Usuário (Serviço Telefônico Fixo Comutado), Conselho de Usuários, aprovação do Usuário (Serviço Telefônico Fixo Comutado), Regulamento de Conselho de Usuários do STFC, aprovação do Usuário, Conselho de Usuários, aprovação do regulamento de
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Autorização (regras aplicáveis) Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Concessão (regras aplicáveis) Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Usuário / Consumidor Temas : Ramos Jurídicos Afins : Direito do Consumidor Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Especializado ou Trunking ou Trunk ou Sistema Troncalizado Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

	Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
--	---

Resolução da ANATEL nº 624, de 30 de outubro de 2013 - Aprova o Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 19, inciso X; LGT, Art. 19, inciso XII.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04/11/2013, págs. p.80-81
Indexação	<p>Alarme, Femtocélula, funcionalidade necessária de restrição de mobilidade para a Autoconfiguração de Frequências, Femtocélula, funcionalidade necessária de autoconfiguração de frequências para a</p> <p>Autoconfiguração de Vizinhanças, Femtocélula, funcionalidade necessária de autoconfiguração de vizinhanças para a</p> <p>Consumidor, Femtocélula, direitos e condições contratuais no fornecimento e operação de</p> <p>Equipamentos de Telecomunicações, Equipamento de Radiocomunicação de Radiação Restrita, disciplina das Femtocélulas</p> <p>Femtocélula, Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovação do</p> <p>Fiscalização, Femtocélula, sujeita à fiscalização da ANATEL</p> <p>Mobilidade Restrita, Femtocélula, funcionalidade necessária de restrição de mobilidade para a</p> <p>Rede de Telecomunicações</p> <p>Rede de Telecomunicações, Femtocélula, sua possibilidade de uso por prestadoras de SMP, SME e SCM para melhoria do desempenho e cobertura de suas redes</p> <p>Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovação do</p> <p>Restrição de Mobilidade, Femtocélula, funcionalidade necessária de restrição de mobilidade para a</p> <p>Serviço Móvel Especializado, Femtocélula, disciplina do uso de</p> <p>Serviço Móvel Especializado, Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovação do</p> <p>Serviço Móvel Pessoal, Femtocélula, disciplina do uso de</p> <p>Serviço Móvel Pessoal, Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovação do</p> <p>Serviço de Comunicação Multimídia, Femtocélula, disciplina do uso de</p>

	Serviço de Comunicação Multimídia, Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovação do Usuário, Femtocélula, direitos e condições contratuais no fornecimento e operação de
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Redes de Telecomunicações Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Especializado ou Trunking ou Trunk ou Sistema Troncalizado Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

Resolução da ANATEL nº 625, de 11 de novembro de 2013 - Aprova a Atribuição, a Destinação e o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 159, caput; LGT, Art. 160, caput.
Correlata	Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Portaria MC nº 486, de 18 de dezembro de 2012 - Altera a Norma nº 01/2010 – Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização de tecnologia digital, aprovada pela Portaria MC nº 276, de 26 de março de 2010. Portaria MC nº 489, de 18 de dezembro de 2012 - Aprova a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania. Portaria MC nº 14, de 6 de fevereiro de 2013 - Estabelece diretrizes para a aceleração do acesso ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T e para a ampliação da disponibilidade de espectro de radiofrequência para atendimento dos objetivos do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL. Anexo à Resolução da ANATEL nº 516, de 30 de outubro de 2008 - Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR). Resolução nº 584/2012 - Alteração do Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências para os serviços Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - SARC, de Repetição de Televisão - RpTV e de Televisão em Circuito Fechado com Utilização de Radioenlace - CFTV, e dá outras providências. Portaria Anatel nº 681, de 6 de agosto de 2012
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 13/11/2013, págs. p.129-130

Indexação	<p>700 MHz</p> <p>Caráter Primário, Faixa de 700 MHz, atribuição da faixa de radiofrequências de 698 a 806 MHz adicionalmente ao serviço móvel, em caráter primário</p> <p>Caráter Primário, Faixa de 700 MHz, destinação da faixa de radiofrequências de 698 a 806 MHz ao SMP, SCM e STFC, em caráter primário</p> <p>Caráter Primário, Faixa de 700 MHz, destinação da faixa de radiofrequências de 703 a 708 MHz e 758 a 763 MHz ao SLP, em aplicações de segurança pública, defesa nacional e infraestrutura, em caráter primário</p> <p>Defesa Nacional, destinação da faixa de radiofrequências de 703 a 708 MHz e 758 a 763 MHz ao SLP, em aplicações de segurança pública, defesa nacional e infraestrutura, em caráter primário</p> <p>Faixa de 700 MHz, atribuição, destinação e regulamento sobre condições de uso de radiofrequências na faixa de</p> <p>Forças de Segurança</p> <p>Militar</p> <p>Militares</p> <p>Programa Nacional de Banda Larga, Faixa de 700 MHz, ampliação da disponibilidade de espectro para atendimento dos objetivos do PNBL</p> <p>Regulamento contra Interferências Prejudiciais, como requisito para publicação de edital de licitação para radiofrequências na faixa de 698 a 806 MHz (Faixa de 700 MHz)</p> <p>Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz, aprovação do</p> <p>Segurança Pública</p> <p>Segurança Pública, Faixa de 700 MHz, destinação da faixa de radiofrequências de 703 a 708 MHz e 758 a 763 MHz ao SLP, em aplicações de segurança pública, defesa nacional e infraestrutura, em caráter primário</p> <p>Serviço Móvel</p> <p>Serviço Móvel Marítimo</p> <p>Serviço Móvel Pessoal</p> <p>Serviço Móvel, Faixa de 700 MHz, atribuição da faixa de radiofrequências de 698 a 806 MHz adicionalmente ao serviço móvel, em caráter primário</p> <p>Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre, Programa Nacional de Banda Larga, ampliação da disponibilidade de espectro para atendimento dos objetivos do</p>
Temas	<p>Temas : Infra-estrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Espectro de Radiofrequência : Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão : Televisão Aberta : TV Digital</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP)</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)</p> <p>Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)</p>
<p>Resolução da ANATEL nº 626, de 20 de novembro de 2013 - Acrescenta o item 8.1.7 na Norma para Certificação de Produtos para Telecomunicações, aprovada pela Resolução nº 323, de 7 de novembro de 2002.</p>	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.

Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XIII.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 323, de 7 de novembro de 2002 - Norma para Certificação de Produtos para Telecomunicações.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 21/11/2013, pág. p.58
Indexação	Equipamentos de Telecomunicações, Comercialização, possibilidade de serem comercializadas unidades remanescentes no comércio distribuídas antes do vencimento, suspensão ou cancelamento dos respectivos certificados de homologação Norma para Certificação de Produtos para Telecomunicações, alteração da Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, alteração do Terminal de Telecomunicações, Comercialização, possibilidade de serem comercializadas unidades remanescentes no comércio distribuídas antes do vencimento, suspensão ou cancelamento dos respectivos certificados de homologação
Temas	Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Equipamentos de Telecomunicações : Certificação / Homologação

Resolução da ANATEL nº 627, de 28 de novembro de 2013 - Altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007.	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Alterações ao Regulamento do Serviço Móvel Pessoal.
Dispositivos	LGT, Art. 109, inciso II.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 477, de 7 de agosto de 2007 - Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 29/11/2013, pág. p.146 Diário Oficial da União, Seção 1, 04/12/2013, pág. p.43 [Retificação]
Indexação	Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, alteração do Serviço Móvel Pessoal, Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, alteração do Serviço de Emergência, Serviço Móvel Pessoal, gratuidade de acesso a serviços públicos de emergência Serviço de Utilidade Pública, Serviço Móvel Pessoal, gratuidade de acesso a serviços públicos de emergência Serviço de Utilidade Pública, gratuidade de acesso a serviços públicos de emergência
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Pessoal (SMP)

Resolução da ANATEL nº 628, de 6 de dezembro de 2013 - Aprova a alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências, na Faixa de 450 MHz a 470 MHz, pelo Serviço Limitado Privado no Âmbito dos Aeroportos Nacionais.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências, na Faixa de 450 MHz a 470 MHz, pelo Serviço Limitado Privado “no Âmbito dos Aeroportos Nacionais.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 159, caput; LGT, Art. 161, caput.
Altera	Resolução da ANATEL nº 558/2010 - Aprova o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 450 MHz a 470 MHz. Anexo à Resolução da ANATEL nº 558, de 20 de dezembro de 2010 - Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 450 MHz a 470 MHz.
Revoga	Resolução da ANATEL nº 446/2006 - Aprova o Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências, na Faixa de 450 MHz, pelo Serviço Limitado Privado, no Âmbito dos Aeroportos Nacionais. - Anexo - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências, na Faixa de 450 MHz, pelo Serviço Limitado Privado, no Âmbito dos Aeroportos Nacionais.
Correlata	Decreto nº 7.175/2010 - Institui o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL; dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão; altera o Anexo II ao Decreto no 6.188, de 17 de agosto de 2007; altera e acresce dispositivos ao Decreto no 6.948, de 25 de agosto de 2009; e dá outras providências. - Anexo - Quadro demonstrativo dos cargos em comissão e Quadro resumo dos custos dos cargos em comissão do Gabinete Pessoal do Presidente da República. Decreto nº 7.512/2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências. Resolução nº 115, de 6 de outubro de 2009, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 09/12/2013, págs. p.73-74
Indexação	Aeroporto, Comunicação Aeroportuária, disciplina das condições de uso da faixa de 450 MHz e contorno de proteção de 10 km de raio dos sistemas de comunicações operando no âmbito dos aeroportos Aeroporto, Regulamento sobre Condições de Uso da faixa de 450 MHz Aeródromo Público Aviação Civil, Comunicação Aeroportuária, disciplina das condições de uso da faixa de 450 MHz e contorno de proteção de 10 km de raio dos sistemas de comunicações operando no âmbito dos aeroportos Comunicação Aeroportuária, Regulamento sobre Condições de Uso da faixa de 450 MHz, disciplina das condições de uso da faixa de 450 MHz e contorno de proteção de 10 km de raio dos sistemas de comunicações operando no âmbito dos aeroportos Copa do Mundo, Comunicação Aeroportuária, disciplina das condições de uso da faixa de 450 MHz e contorno de proteção de 10 km de raio dos sistemas de comunicações operando no âmbito dos aeroportos Distribuição de Canais, Regulamento sobre Condições de Uso da faixa de 450 MHz Espectro de Radiofrequências, Regulamento sobre Condições de Uso da faixa de 450 MHz

	Jogos Olímpicos, Comunicação Aeroportuária, disciplina das condições de uso da faixa de 450 MHz e contorno de proteção de 10 km de raio dos sistemas de comunicações operando no âmbito dos aeroportos Regulamento sobre Condições de Uso da faixa de 450 MHz Serviço Limitado Privado, Regulamento sobre Condições de Uso da faixa de 450 MHz
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Tráfego Aéreo Temas : Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Gênero : Serviço Limitado : Serviço Limitado Privado Temas : Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Espectro de Radiofrequência : Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais) Temas : Ramos Jurídicos Afins : Direito Aeroespacial

Resolução da ANATEL nº 629, de 16 de dezembro de 2013 - Aprova o Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).	
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Regulamento de celebração e acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.
Dispositivos	CF, Art.5º, inciso LIV; CF, Art.5º, inciso LV; LGT, Art. 1º, Parágrafo Único; LGT, Art. 2º, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso VI; LGT, Art. 19, inciso XV; LGT, Art. 137, caput; LGT, Art. 211, caput.
Altera	Lei Complementar 73, de 10 de fevereiro de 1993 Lei nº 9.469/ 1997 Lei nº 9.784/1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Resolução nº 589/2012 - Aprova o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas.
Regulamenta	Lei nº 7.347/1985 Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 18/12/2013, págs. p.59-61
Indexação	Autorização, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, disciplina do Cláusula, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, fixação das cláusulas obrigatórias no Concessão Concessão, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, disciplina do Interesse Público, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, interesse público como requisito para celebração de Obrigação de fazer, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, disciplina do Operadora de Telecomunicações, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, disciplina do Prescrição, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, interrupção do prazo prescricional da pretensão punitiva quando do requerimento de celebração de

	<p>Regulamento de Celebração e Acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, aprovação do</p> <p>Sanção Administrativa, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, disciplina do</p> <p>Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, Regulamento de Celebração e Acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, aprovação do</p> <p>Trânsito em julgado administrativo, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, inaplicabilidade do seu regulamento em processos nos quais já tenha havido decisão transitada em julgado na esfera administrativa</p> <p>Título Executivo Extrajudicial, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, sua eficácia de título executivo extrajudicial</p>
Temas	<p>Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações</p> <p>Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL</p> <p>Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora</p> <p>Temas : Políticas de Telecomunicações : Qualidade do Serviço</p> <p>Temas : Ramos Jurídicos Afins : Direito do Consumidor</p>

Resolução emitida por outros órgãos

Resolução nº 4 do Senado Federal, de 2013 - Altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre o comparecimento de Ministros de Estado e dirigentes das agências reguladoras ao Senado Federal, em periodicidade anual.	
Órgão Emissor	Senado.
Dispositivos	CF, Art. 49, caput; CF, Art. 70, Parágrafo Único; LGT, Art. 23, caput; LGT, Art. 32, caput.
Regulamenta	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 13/03/2013, pág. p.1
Indexação	<p>Agência Nacional de Telecomunicações, disciplina de comparecimento anual de dirigentes de agências reguladoras ao Senado Federal</p> <p>Congresso Nacional</p> <p>Prestação de Contas, Agência Nacional de Telecomunicações, disciplina de comparecimento anual de dirigentes de agências reguladoras ao Senado Federal</p> <p>Senado Federal, Agência Nacional de Telecomunicações, disciplina de comparecimento anual de dirigentes de agências reguladoras ao Senado Federal</p>
Temas	<p>Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL</p> <p>Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Ministério das Comunicações</p> <p>Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Legislativo : Congresso Nacional</p> <p>Temas : Políticas de Telecomunicações : Controle Social, Hierárquico e Interorgânico</p>

Atos Referenciados

Ato Administrativo

Ato

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.724, de 11 de março de 2013	
Ementa	Aprova a Edição 2013 do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 22, inciso VIII; LGT, Art. 158, caput; LGT, Art. 158, § 1º, inciso III.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 09/04/2013, pág. p.47
Indexação	Espectro de Radiofrequências, Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil, edição 2013 do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil, edição 2013 do Quadro de Atribuição de Faixas de Frequências, aprovação do
Temas	Temas : Infra-estrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações : Espectro de Radiofrequência : Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013	
Ementa	Aprova a classificação dos serviços de telecomunicações quanto aos interesses a que atendem.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Classificação dos Serviços de Telecomunicações Quanto aos Interesses que Atendem.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XI (em 15/08/1995); LGT, Art. 62, caput.
Termos	Confidencialidade.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 21/06/2013, pág. p.60
Indexação	Classificação Classificação dos Serviços de Telecomunicações quanto ao interesse a que atendem, ato do Conselho Diretor da ANATEL de classificação dos serviços de telecomunicações em interesse coletivo ou restrito Serviço de Interesse Coletivo, Classificação dos Serviços de Telecomunicações quanto ao interesse a que atendem, ato do Conselho Diretor da ANATEL de classificação dos serviços de telecomunicações em interesse coletivo ou restrito

	Serviço de Interesse Restrito, Classificação dos Serviços de Telecomunicações quanto ao interesse a que atendem, ato do Conselho Diretor da ANATEL de classificação dos serviços de telecomunicações em interesse coletivo ou restrito Serviço de Telecomunicações
Temas	Temas : Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações : Quanto ao Gênero : Serviço Limitado : Serviço Limitado Especializado Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Especial da Radiodeterminação por Satélite (SERDS) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Especial de Boletins Meteorológicos Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Especial de Frequência Padrão Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Especial de Sinais Horários Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Limitado Especializado (SLE) : Serviço de Circuito Especializado Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Móvel Marítimo Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Rede : Serviço de Rede Especializado Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações (SRTT) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas : Serviço Móvel Aeronáutico Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas : Serviço de Radiocomunicação Aeronáutico Público Restrito (SRA) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviços Científicos

Enunciado

Enunciado CJP nº 531, de abril de 2013	
Ementa	A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento (Código Civil, art. 11: “Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.” Justificativa do Enunciado: Os danos provocados pelas novas tecnologias de informação vêm-se acumulando nos dias atuais. O direito ao esquecimento tem sua origem histórica no campo das condenações criminais. Surge como parcela importante do direito do ex-detento à ressocialização. Não atribui a ninguém o direito de apagar fatos ou reescrever a própria história, mas apenas assegura a possibilidade de discutir o uso que é dado aos fatos pretéritos, mais especificamente o modo e a finalidade com que são lembrados.)
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso IV; CF, Art. 5º, inciso V; CF, Art. 5º, inciso IX; CF, Art 5º, inciso X; CF, Art. 220, § 1º.
Termos	Direito ao Esquecimento.
Indexação	Censura, Direito ao Esquecimento, sua não caracterização como censura Direito Direito ao Esquecimento, sua caracterização como direito da personalidade intransmissível e irrenunciável

	Direito à Privacidade Direitos da Personalidade, Direito ao Esquecimento, sua caracterização como direito da personalidade intransmissível e irrenunciável
Temas	Temas : Aplicações de Telecomunicações : Internet Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Internet Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

Portaria

Portaria ANATEL nº 238, de 9 de abril de 2013	
Ementa	Delega ao Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa a competência para decidir sobre os pedidos de dispensa de que tratam os §§ 7º e 8º do art. 32 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	CF, Art. 220, § 5º; CF, Art. 221, inciso IV; CF, Art. 222, § 3º; LGT, Art. 22, caput.
Regulamenta	Lei nº 12.485/2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 15/04/2013, pág. p.107
Indexação	Canal de Distribuição Obrigatória, exceção ao dever da prestadora do SeAC de tornar disponível o Competência, Delegação, delegação de competência do Conselho Diretor da ANATEL para o Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa para decidir sobre os pedidos de dispensa do dever de distribuição de canais obrigatórios do SeAC Delegação, Competência, delegação de competência do Conselho Diretor da ANATEL para o Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa para decidir sobre os pedidos de dispensa do dever de distribuição de canais obrigatórios do SeAC Serviço de Acesso Condicionado, Canal de Distribuição Obrigatória, exceção ao dever da prestadora do SeAC de tornar disponível o
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013	
Ementa	Atribui a competência decorrente de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a (em 15/08/1995); LGT, Art. 1º, caput; LGT, Art. 8º, caput; LGT, Art. 19, inciso IX; LGT, Art. 211, Parágrafo Único; LGT, Art. 215, inciso I.
Correlata	Portaria MC nº 159/2013 - Autoriza o funcionamento, em caráter provisório, de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus anclares previamente

	outorgadas via decreto legislativo ou ato de outorga, detenham contrato de concessão ou permissão celebrado com o Ministério das Comunicações e tenham protocolizado requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 06/06/2013, pág. p.79
Indexação	Ancilar Auxiliar Competência, Delegação, atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares Delegação, Competência, atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares Pós-Outorga, atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de Radiodifusão Radiodifusão, Pós-Outorga, atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de Serviço Ancilar de Radiodifusão, Pós-Outorga, atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos, Pós-Outorga, atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de Serviço de Radiodifusão Comunitária, Pós-Outorga, atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Poder Executivo : Ministério das Comunicações Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Radiodifusão

Portaria ANATEL nº 559, de 3 de julho de 2013

Ementa	Aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações da Agência Nacional de Telecomunicações.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Política de Segurança da Informação e Comunicações da Agência Nacional de Telecomunicações.
Termos	Ativo de informação; Autenticidade; Classificação; Conhecimento; Controle de Acesso; Dado; Direito de Acesso; Disponibilidade; Documento; Evento de segurança da

	informação; Gestor da informação; Incidente de segurança da informação; Informação; Informação pessoal; Informação Sigilosa; Instrumento de trabalho; Integridade; Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANATEL; Primariedade; Responsabilidade; Segurança da Informação e Comunicações (ANATEL); Tratamento da informação; Usuário.
Regulamenta	Resolução nº 612/2013 - Aprova o Regimento Interno da ANATEL.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04/07/2013, págs. p.47-48
Indexação	Acesso a Informações, Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANATEL, disciplina da Agência Nacional de Telecomunicações, Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANATEL, disciplina da Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANATEL, disciplina da Processo Administrativo, Sigilo, disciplina legal do acesso a informações Sigilo, Processo Administrativo, política de segurança da informação e comunicações da ANATEL Transparência, Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANATEL, disciplina da
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL

Portaria ANATEL/SOR nº 639, de 25 de julho de 2013

Ementa	Estabelece o Procedimento Simplificado de Outorga – PSO, com a finalidade de outorga simultânea para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral e/ou o Serviço de Acesso Condicionado.
Órgão Emissor	ANATEL – Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XI (em 15/08/1995); LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 131, caput; LGT, Art. 131, § 1º.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 08/08/2013, pág. p.56
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Outorgas : Autorização (regras aplicáveis) Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : Prestadora / Operadora Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) Temas : Serviços no Setor de Telecomunicações : Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

Relatório da Ouvidoria da ANATEL

Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2013	
Órgão Emissor	ANATEL - Ouvidoria.
Dispositivos	LGT, Art. 45, Parágrafo Único.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 31/12/2013, pág. p.120

Indexação	Relatório da Ouvidoria, Relatório da Ouvidoria 2013
Temas	Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL Temas : Fundamentos : Aspectos Históricos Temas : Políticas de Telecomunicações : Controle Social, Hierárquico e Interorgânico

Súmula

Súmula da ANATEL nº 14, de 28 de junho de 2013	
Ementa	O Pedido de Reconsideração em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor da Anatel, quando da deliberação de Recurso Administrativo, apenas será cabível caso a referida deliberação tenha ocorrido até o dia 1º de maio de 2013.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XVI; LGT, Art. 19, inciso XXV; LGT, Art. 175, Parágrafo Único.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 05/07/2013, pág. p.67
Indexação	Agência Nacional de Telecomunicações Conselho Diretor, Processo Administrativo, limite temporal ao pedido de reconsideração em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor da ANATEL quando da deliberação sobre recurso administrativo Devido Processo Legal, Súmula nº 14, limite temporal ao pedido de reconsideração em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor da ANATEL quando da deliberação sobre recurso administrativo Súmula (Agência Nacional de Telecomunicações), Súmula nº 14, limite temporal ao pedido de reconsideração em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor da ANATEL quando da deliberação sobre recurso administrativo
Temas	Temas : Administração do Setor de Telecomunicações : Fiscalização das Telecomunicações Temas : Atores no Setor de Telecomunicações : ANATEL Temas : Políticas de Telecomunicações : Controle Social, Hierárquico e Interorgânico

Índice Alfabético e Remissivo

Símbolos

1.785 MHz a 1.805 MHz

Estudos

determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga, **331**

[Portaria nº 275/2013]

1.885 MHz a 1.895 MHz

Estudos

determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga, **331**

[Portaria nº 275/2013]

138 MHz a 40,5 GHz

Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área

aprovação da norma para certificação e homologação de, **339**

[Resolução nº 610/2013]

138 MHz a 60 GHz

Antena para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto

aprovação da norma para certificação e homologação de, **338**

[Resolução nº 609/2013]

2.500 MHz a 2.690 MHz

Banda Larga

definição de política para disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte, **331**

[Portaria nº 275/2013]

Estudos

determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga, **331**

[Portaria nº 275/2013]

415,85 MHz a 421,675 MHz

Estudos

determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga, **331**

[Portaria nº 275/2013]

425,85 MHz a 430 MHz

Estudos

determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga, **331**

[Portaria nº 275/2013]

700 MHz, 354

[Resolução nº 625/2013]

71 GHz a 86 GHz

Antena para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto

aprovação da norma para certificação e homologação de, **338**

[Resolução nº 609/2013]

A

Acesso a Informações

Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANATEL disciplina da, **363**

[Portaria nº 559/2013]

Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços, 307

Acesso às Telecomunicações, 280

Acordo de Cooperação Técnica

Cidades Digitais

alteração da minuta de acordo de cooperação técnica do projeto de implantação e manutenção das, **335**

[Portaria MC nº 305, de 24 de outubro de 2013]

Acréscimo de Faixa de Radiofrequência valor devido por, 344

[Resolução nº 616/2013]

Administração de Recursos de Numeração

Regulamento de Administração de Recursos de Numeração

alteração do, **336**

[Resolução nº 607/2013]

Administração do Setor de Telecomunicações, 272

Administração Pública

(*ver* Administração Pública (Lei Geral de Licitações))

Administração Pública (Lei Geral de Licitações)

(*ver também* Administração Pública Federal)

Dados

sua disciplina na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, **321**

[Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013]

Administração Pública Federal

(*ver também* Administração Pública (Lei Geral de Licitações))

Information and Communication Technology

regulamentação das margens de preferência em licitações de equipamentos de, **317**

[Decreto nº 7.903/2013]

Aeródromo Público, 356

(*ver também* Aeroporto)

[Resolução nº 628/2013]

Aeroporto

(*ver também* Aeródromo Público)

Comunicação Aeroportuária

disciplina das condições de uso da faixa de 450 MHz e contorno de proteção de 10 km de raio dos sistemas de comunicações operando no âmbito dos aeroportos, **356**

[Resolução nº 628/2013]

Regulamento sobre Condições de Uso da faixa de 450 MHz, **356**

[Resolução nº 628/2013]

Agência Nacional de Telecomunicações, 365

[Súmula da ANATEL nº 14, de 28 de junho de 2013]

Competência

da ANATEL para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao, **330**

[Portaria MC nº 252/2013]

disciplina de comparecimento anual de dirigentes de agências reguladoras ao Senado Federal, **359**

- [Resolução nº 4 do Senado Federal, de 2013]
 estrutura organizacional da, **340**
 [Resolução nº 612/2013]
 instrumentos deliberativos da, **340**
 [Resolução nº 612/2013]
 Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANATEL
 disciplina da, **363**
 [Portaria nº 559/2013]
 Regimento Interno da ANATEL, **340**
 [Resolução nº 612/2013]
- Alarme**
 Femtocélula
 funcionalidade necessária de restrição de mobilidade para a, **353**
 [Resolução nº 624/2013]
- Aalteração de Características Técnicas de Operação de Emissoras de Radiodifusão**
 disciplina ministerial da análise de, **329**
 [Portaria MC nº 231/2013]
- ANATEL, 309**
(ver Agência Nacional de Telecomunicações)
- Ancilar, 362**
 [Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013]
- Antena Linear**
 revogação da norma para certificação e homologação de, **338**
 [Resolução nº 609/2013]
- Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área**
 aprovação da norma para certificação e homologação de, **339**
 [Resolução nº 610/2013]
- Antenas, 269**
- Apagão Analógico**
(ver Transição Analógico-Digital)
- Aplicação Ponto-a-Ponto**
(ver Ponto a Ponto)
- (ver Ponto-a-Ponto)**
- Aplicação Ponto-a-Ponto**
 Antena para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto
 aprovação da norma para certificação e homologação de, **338**
 [Resolução nº 609/2013]
 aprovação da norma para certificação e homologação de, **338**
 [Resolução nº 609/2013]
- Aplicação Ponto-Área**
(ver Ponto-Área)
- Aplicação Ponto-Área**
 Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área
 aprovação da norma para certificação e homologação de, **339**
 [Resolução nº 610/2013]
- Aplicações de Segurança, 306**
- Aplicações de Telecomunicações, 306**
- Aplicações Educacionais, 306**
- Área de Baixa Densidade Populacional**
(ver Zona Rural)
- Área de Tarifação**
(ver também Área Local)
 Serviço Telefônico Fixo Comutado
 alteração de área de tarifação do, **335, 340, 350**
 [Resolução nº 606/2013] [Resolução nº 611/2013] [Resolução nº 621/2013]
- Área Local**
(ver também Área de Tarifação)
 Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC
 alteração do, **349**
 [Resolução nº 620/2013]
- Área Rural**
(ver Zona Rural)
- Aspectos Históricos, 267**
- Ata de Reunião**
 Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações
 requisitos mínimos da ata de sessão do, **340**
 [Resolução nº 612/2013]

Ata de Sessão

Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações
requisitos mínimos da ata de sessão do, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Atendimento Pessoal

alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, em especial, o, **343**

[Resolução nº 615/2013]

Ativo de informação

Definição, **363**

[Portaria nº 559/2013]

Atores no Setor de Telecomunicações, 309**Atribuição, Destinação e Distribuição de Radiofrequência, 271****Autenticidade**

Definição, **363**

[Portaria nº 559/2013]

Autenticidade das Informações

como requisito dos programas e equipamentos destinados às comunicações de dados da administração pública federal, **321**

[Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013]

Autoconfiguração de Frequências

Femtocélula

funcionalidade necessária de autoconfiguração de frequências para a, **353**

[Resolução nº 624/2013]

Autoconfiguração de Vizinhanças

Femtocélula

funcionalidade necessária de autoconfiguração de vizinhanças para a, **353**

[Resolução nº 624/2013]

Autorização (Radiodifusão)

Serviço de Radiodifusão Comunitária condições de revogação de autorização do, **326**

[Portaria MC nº 112/2013]

Autorização (regras aplicáveis), 275**Autorização**

(*ver também* **Autorização de Uso de Radiofrequência**)

Contrato de Prestação do STFC fora da Área de Tarifa Básica modelo de, **350**

[Resolução nº 622/2013]

Procedimento Simplificado de Outorga instituição do, **364**

[Portaria nº 639/2013]

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos

aplicação provisória do valor praticado para execução do Serviço Limitado Privado para as autorizações de, **330**

[Portaria MC nº 252/2013]

Serviço de Acesso Condicionado instituição do Procedimento Simplificado de Outorga de STFC, SCM e SeAC, **364**

[Portaria nº 639/2013]

Serviço de Comunicação Multimídia condições para autorização do, **342**

[Resolução nº 614/2013]

instituição do Procedimento Simplificado de Outorga de STFC, SCM e SeAC, **364**

[Portaria nº 639/2013]

Serviço Especial de Radiochamada, Regime Regulatório

substituição do plano de autorizações do pelo Regulamento do Serviço Limitado Privado, **345**

[Resolução nº 617/2013]

Serviço Telefônico Fixo Comutado instituição do Procedimento Simplificado de Outorga de STFC, SCM e SeAC, **364**

[Portaria nº 639/2013]

modelo de contrato de prestação do STFC fora da Área de Tarifa Básica, **350**

[Resolução nº 622/2013]

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

disciplina do, **358**

[Resolução nº 629/2013]

Autorização de Uso de Radiofrequência
(*ver também* **Autorização**)

Serviço de Comunicação Multimídia
condições para autorização de uso
de radiofrequência referente ao,
342

[Resolução nº 614/2013]

Auxiliar, 362

[Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho
de 2013]

Avaliação de Conformidade
(*ver* **Certificação**)

Aviação Civil

Comunicação Aeroportuária

disciplina das condições de uso da
faixa de 450 MHz e contorno de
proteção de 10 km de raio dos
sistemas de comunicações
operando no âmbito dos
aeroportos, **356**

[Resolução nº 628/2013]

B

Baixa Densidade Populacional
(*ver* **Zona Rural**)

Banda Larga, 308

Banda Larga

(*ver também* **Programa Nacional de
Banda Larga**)

2.500 MHz a 2.690 MHz

definição de política para
disponibilização de faixas de
radiofrequência para prestação de
acesso à internet em banda larga
por prestadores de serviços de
telecomunicações de pequeno
porte, **331**

[Portaria nº 275/2013]

definição de política para
disponibilização de faixas de
radiofrequência para prestação de
acesso à internet em banda larga por

prestadores de serviços de
telecomunicações de pequeno porte,
331

[Portaria nº 275/2013]

INTERNET, 319

[Decreto nº 7.981, de 8 de abril de
2013]

Regime Especial de Tributação do
Programa Nacional de Banda Larga
para Implantação de Redes de
Telecomunicações

regulamentação do, **318, 323, 334**

[Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro
de 2013] [Portaria MC nº 55, de 12 de
março de 2013] [Portaria nº 303/2013]

C

Campo

(*ver* **Zona Rural**)

Canal da cidadania

Norma Regulamentar do Canal da
Cidadania

alteração da, **325**

[Portaria MC nº 57/2013]

Canal de Distribuição Obrigatória

exceção ao dever da prestadora do
SeAC de tornar disponível o, **362**

[Portaria nº 238/2013]

Canalização

(*ver* **Distribuição de Canais**)

Caráter Primário

Faixa de 700 MHz

atribuição da faixa de
radiofrequências de 698 a 806
MHz adicionalmente ao serviço
móvel, em caráter primário, **354**

[Resolução nº 625/2013]

destinação da faixa de
radiofrequências de 698 a 806
MHz ao SMP, SCM e STFC, em
caráter primário, **354**

[Resolução nº 625/2013]

destinação da faixa de
radiofrequências de 703 a 708
MHz e 758 a 763 MHz ao SLP,
em aplicações de segurança

pública, defesa nacional e infraestrutura, em caráter primário, **354**

[Resolução nº 625/2013]

Cassação

Radiodifusão

aprovação do Regulamento de Sanções Administrativas aplicáveis a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, **326**

[Portaria MC nº 112/2013]

Censura

Direito ao Esquecimento sua não caracterização como censura, **361**

[Enunciado CJF nº 531, de abril de 2013]

Centro de Atendimento

(*ver* **Centro de Atendimento (Indicadores de Qualidade do STFC)**)

Centro de Atendimento (Indicadores de Qualidade do STFC)

(*ver também* **Serviço de Atendimento ao Consumidor**)

Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

sua alteração para disciplina mais detalhada dos direitos dos usuários/consumidores do STFC, **343**

[Resolução nº 615/2013]

Certificação

(*ver também* **Homologação**)

Antena para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto

aprovação da norma para certificação e homologação de, **338**

[Resolução nº 609/2013]

Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área

aprovação da norma para certificação e homologação de, **339**

[Resolução nº 610/2013]

Aplicação Ponto-Área

aprovação da norma para certificação e homologação de antenas para, **339**

[Resolução nº 610/2013]

aprovação da norma para certificação e homologação de antenas para, **338**

[Resolução nº 609/2013]

Certificação / Homologação, 271

Cidades Digitais

(*ver* **Projeto Cidades Digitais**)

Cidades Digitais

Acordo de Cooperação Técnica minuta do, **335**

[Portaria MC nº 305, de 24 de outubro de 2013]

processo de habilitação e seleção de propostas para o Projeto, **322**

[Portaria MC nº 13, de 1º de fevereiro de 2013]

Circuito Deliberativo

Conselho Diretor

disciplina da votação no, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Classificação, 360

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013]

Definição, **363**

[Portaria nº 559/2013]

Classificação dos Serviços de Telecomunicações quanto ao interesse a que atendem

(*ver também* **Serviço de Telecomunicações**)

ato do Conselho Diretor da ANATEL de classificação dos serviços de telecomunicações em interesse coletivo ou restrito, **360**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013]

Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações, 283

Cláusula

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

fixação das cláusulas obrigatórias no, **358**

[Resolução nº 629/2013]

CN

(*ver* Código Nacional)

Código Nacional

alteração de, **350**

[Resolução nº 621/2013]

Coletivo

(*ver* Serviço de Interesse Coletivo)

Comércio Eletrônico

Direito do Consumidor

regulamentação da Lei 8.078/1990 para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico, **319**

[Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013]

Competência

Agência Nacional de Telecomunicações

competência para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao, **330**

[Portaria MC nº 252/2013]

Delegação

atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, **362**

[Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013]

delegação de competência do Conselho Diretor da ANATEL para o Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa para decidir sobre os pedidos de dispensa do dever de

distribuição de canais obrigatórios do SeAC, **362**

[Portaria nº 238/2013]

Ministério das Comunicações

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC nº 159/2013]

Presidência da República

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC nº 159/2013]

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos

competência da ANATEL para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao, **330**

[Portaria MC nº 252/2013]

Cômputo de votos

Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações

disciplina da votação no, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Comunicação Aeroportuária

Regulamento sobre Condições de Uso da faixa de 450 MHz

disciplina das condições de uso da faixa de 450 MHz e contorno de proteção de 10 km de raio dos

sistemas de comunicações operando no âmbito dos aeroportos, **356**

[Resolução nº 628/2013]

Concessão

(*ver* **Concessão (Radiodifusão)**)

Concessão (Radiodifusão)

(*ver também* **Concessão**)

Competência

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC nº 159/2013]

Concessão (regras aplicáveis), 274

Concessão, 358

(*ver também* **Concessão (Radiodifusão)**)

[Resolução nº 629/2013]

Contrato de Prestação do STFC fora da Área de Tarifa Básica

modelo de, **350**

[Resolução nº 622/2013]

Radiodifusão

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC nº 159/2013]

Serviço Telefônico Fixo Comutado

modelo de contrato de prestação do STFC fora da Área de Tarifa Básica, **350**

[Resolução nº 622/2013]

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta disciplina do, **358**

[Resolução nº 629/2013]

Concorrência no Setor de Telecomunicações, 279

Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais), 272

Condições Objetivas

Serviço Limitado Privado

fixação das condições objetivas para obtenção de autorização do, **345**

[Resolução nº 617/2013]

Condições Subjetivas

Serviço Limitado Privado

fixação das condições objetivas para obtenção de autorização do, **345**

[Resolução nº 617/2013]

Confidencialidade

como requisito dos programas e equipamentos destinados às comunicações de dados da administração pública federal, **321**

[Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013]

Definição, 360

[]

Congresso Nacional, 310

Congresso Nacional, 359

(*ver também* **Senado Federal**)

[Resolução nº 4 do Senado Federal, de 2013]

Conhecimento

Definição, 363

[Portaria nº 559/2013]

Conselheiro

Voto

exigência de fundamentação do, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Conselho de Defesa Nacional

sua oitiva para edição do Decreto 8.135/2013, **321**

[Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013]

Conselho de Usuários

Plano anual de atividades

- não previsto no novo regulamento de conselho de usuários, **351**
[Resolução nº 623/2013]
- Regulamento de Conselho de Usuários do STFC
aprovação do, **351**
[Resolução nº 623/2013]
- Conselho Diretor**
Processo Administrativo
limite temporal ao pedido de reconsideração em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor da ANATEL quando da deliberação sobre recurso administrativo, **365**
[Súmula da ANATEL nº 14, de 28 de junho de 2013]
- Votação
disciplina da, **340**
[Resolução nº 612/2013]
- Conselho Diretor - Agência Nacional de Telecomunicações**
Votação
disciplina da, **340**
[Resolução nº 612/2013]
- Consumidor, 319**
(*ver também* Usuário)
[Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013]
- Atendimento Pessoal
alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, em especial, o, **343**
[Resolução nº 615/2013]
- Comércio Eletrônico
regulamentação da Lei 8.078/1990 para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico, **319**
[Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013]
- Direito de Arrependimento
sua previsão na contratação via comércio eletrônico, **319**
[Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013]
- Femtocélula
direitos e condições contratuais no fornecimento e operação de, **353**
[Resolução nº 624/2013]
- Serviço de Atendimento ao Consumidor
alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, **343**
[Resolução nº 615/2013]
- Contrato de Prestação do STFC fora da Área de Tarifa Básica**
modelo de, **350**
[Resolução nº 622/2013]
- Controle de Acesso**
Definição, **363**
[Portaria nº 559/2013]
- Controle Social, Hierárquico e Interorgânico, 283**
- Convalidação do Ato Administrativo**
convalidação dos atos praticados pela antiga Superintendência de Serviços de Comunicação de Massa sobre análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, **362**
[Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013]
- Convergência**
Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos
política ministerial de unificação, via regulamentação da ANATEL, da regulamentação do SARC com a de outros serviços convergentes de telecomunicações de interesse restrito, **330**
[Portaria MC nº 252/2013]
- Copa do Mundo**
Comunicação Aeroportuária
disciplina das condições de uso da faixa de 450 MHz e contorno de proteção de 10 km de raio dos sistemas de comunicações

operando no âmbito dos aeroportos, **356**

[Resolução nº 628/2013]

Cronograma de Desligamento da TV analógica

sua alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, **320**

[Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013]

D

Dado

Definição, **363**

[Portaria nº 559/2013]

Dados

(*ver também* **Forma de Telecomunicação**)

exigência de que as comunicações de dados da administração pública federal sejam realizadas por redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação fornecidos por órgãos ou entidades da administração pública federal, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista da União e suas subsidiárias, **321**

[Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013]

sua disciplina na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, **321**

[Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013]

Defesa Civil, 307

Defesa do consumidor

(*ver Consumidor*)

Defesa do Usuário

(*ver Usuário*)

Defesa Nacional

(*ver também* **Forças de Segurança**)

(*ver também* **Militar**)

(*ver também* **Militares**)

destinação da faixa de radiofrequências de 703 a 708 MHz e 758 a 763 MHz

ao SLP, em aplicações de segurança pública, defesa nacional e infraestrutura, em caráter primário, **354**

[Resolução nº 625/2013]

Deficiência Visual

Terminais de Telecomunicações

dispensa de exigência de disposição física das teclas de terminais do STFC para identificação por deficiente visual, **341**

[Resolução nº 613/2013]

Delegação

Competência

atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, **362**

[Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013]

delegação de competência do Conselho Diretor da ANATEL para o Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa para decidir sobre os pedidos de dispensa do dever de distribuição de canais obrigatórios do SeAC, **362**

[Portaria nº 238/2013]

Devido Processo Legal

Súmula nº 14

limite temporal ao pedido de reconsideração em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor da ANATEL quando da deliberação sobre recurso administrativo, **365**

[Súmula da ANATEL nº 14, de 28 de junho de 2013]

Digitalização

Inclusão Digital, **319**

[Decreto nº 7.981, de 8 de abril de 2013]

- requisitos técnicos mínimos de smartphones para obtenção de benefício de oeração fiscal, **325**
[Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013]
- Radiodifusão**
sua alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, **320**
[Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013]
- Direito, 361**
(*ver também* **Direito à Privacidade**)
(*ver também* **Sigilo**)
[Enunciado CJF nº 531, de abril de 2013]
- Direito à Privacidade, 267**
- Direito à Privacidade, 361**
(*ver também* **Direito**)
[Enunciado CJF nº 531, de abril de 2013]
- Direito Aeroespacial, 305**
- Direito ao Esquecimento**
Definição, 361
[]
sua caracterização como direito da personalidade intransmissível e irrenunciável, **361**
[Enunciado CJF nº 531, de abril de 2013]
- Direito de Acesso**
Definição, 363
[Portaria nº 559/2013]
- Direito de Arrependimento**
sua previsão na contratação via comércio eletrônico, **319**
[Decreto nº 7.962, de 15 de março de 2013]
- Direito do Consumidor, 304**
(*ver* **Consumidor**)
- Direitos da Personalidade**
Direito ao Esquecimento
sua caracterização como direito da personalidade intransmissível e irrenunciável, **361**
[Enunciado CJF nº 531, de abril de 2013]
- Discriminação de Polarização Cruzada**
Antena para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto
classes de antenas segundo a desempenho de discriminação de polarização cruzada, **338**
[Resolução nº 609/2013]
- Disponibilidade**
Definição, 363
[Portaria nº 559/2013]
- Distribuição de Canais**
(*ver também* **Espectro de Radiofrequências**)
Regulamento sobre Condições de Uso da faixa de 450 MHz, **356**
[Resolução nº 628/2013]
- Distribuição de Matérias**
Conselho Diretor - Agência Nacional de Telecomunicações
disciplina da distribuição de matérias no, **340**
[Resolução nº 612/2013]
- Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH), 351**
[Resolução nº 623/2013]
- Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal**
(*ver* **Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal**)
- Documento**
Definição, 363
[Portaria nº 559/2013]
- E**
- EBC**
(*ver* **Empresa Brasil de Comunicação**)
- Educação e Pesquisa, 280**
- Emergência**
(*ver* **Serviço de Emergência**)
- Empresa Brasil de Comunicação**
estatuto social da, **319**
[Decreto nº 7.932, de 19 de fevereiro de 2013]
- Empresa Brasileira de Comunicação S.A.**

(*ver* **RADIOBRÁS**)

Engenharia

Pós-Outorga

atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de, **362**

[Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013]

Equipamentos de Telecomunicações, 268

Equipamentos de Telecomunicações, 325

(*ver também* **Rede de Telecomunicações**)

[Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013]

Comercialização

possibilidade de serem comercializadas unidades remanescentes no comércio distribuídas antes do vencimento, suspensão ou cancelamento dos respectivos certificados de homologação, **355**

[Resolução nº 626/2013]

Equipamento de Radiocomunicação de Radiação Restrita disciplina das Femtocélulas, **353**

[Resolução nº 624/2013]

Radiodifusão

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC nº 159/2013]

Requerimento de Aprovação dos Locais de Instalação e Uso de Equipamentos

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de

radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC nº 159/2013]

Smartphone

seus requisitos técnicos mínimos de acesso à internet em alta velocidade para obtenção de benefício de oneração fiscal, **325**

[Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013]

Espécies de Outorga, 274

Espectro de Radiofrequência, 271

Espectro de Radiofrequências

(*ver também* **Distribuição de Canais**)

2.500 MHz a 2.690 MHz

determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga, **331**

[Portaria nº 275/2013]

Acréscimo de Faixa de Radiofrequência

valor devido por, **344**

[Resolução nº 616/2013]

Faixa de 698 a 806 MHz

determinação à ANATEL para que iniciasse os procedimentos administrativos de atribuição, destinação e distribuição da faixa para atendimento dos objetivos do PNBL, **323**

[Portaria MC nº 14, de 6 de fevereiro de 2013]

Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil

edição 2013 do, **360**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.724, de 11 de março de 2013]

Regulamento sobre Condições de Uso da faixa de 450 MHz, **356**

[Resolução nº 628/2013]

Uso Licenciado

determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga para, **331**

[Portaria nº 275/2013]

Uso Não Licenciado

determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga para, **331**

[Portaria nº 275/2013]

Estações de Telecomunicações, 269

Estrutura Organizacional da ANATEL

Regimento Interno da ANATEL, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Estudos

determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga, **331**

[Portaria nº 275/2013]

Evento de segurança da informação

Definição, **364**

[Portaria nº 559/2013]

Expediente Protelatório

Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações consideração da ausência injustificada de conselheiro como expediente protelatório de decisão, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Experimento em Telecomunicação

(ver Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais)

F

Faixa de 698 a 806 MHz

Programa Nacional de Banda Larga determinação à ANATEL para que iniciasse os procedimentos administrativos de atribuição, destinação e distribuição da faixa para atendimento dos objetivos do PNBL, **323**

[Portaria MC nº 14, de 6 de fevereiro de 2013]

Faixa de 700 MHz

(ver 700 MHz)

Faixa de 700 MHz

(ver também TV Digital)

atribuição, destinação e regulamento sobre condições de uso de radiofrequências na faixa de, **354**

[Resolução nº 625/2013]

Faixa de Radiofrequência

(ver Espectro de Radiofrequências)

Femtocélula

Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia

aprovação do, **353**

[Resolução nº 624/2013]

Financiamento da Universalização, 281

Fiscalização

Femtocélula sujeita à fiscalização da ANATEL, **353**

[Resolução nº 624/2013]

Fiscalização das Telecomunicações, 272

FM

(ver Frequência Modulada)

Forças de Segurança, 354

(ver também Defesa Nacional)

[Resolução nº 625/2013]

Forma de Telecomunicação, 321

(ver também Dados)

[Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013]

Frequência Modulada**Rádio FM**

disciplina da extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias e sua possível adaptação de instrumentos de outorgas para os de execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, **322**

[Decreto nº 8139/2013]

Fundamentos, 267**G****Garantia de Inviolabilidade das Comunicações de Dados**

dispensa de licitação nas contratações de comunicação de dados que possam comprometer a, **321**

[Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013]

Gestor da informação

Definição, 364

[Portaria nº 559/2013]

H**Homologação****(ver também Certificação)**

Antena para Uso em Aplicações Ponto-a-Ponto

aprovação da norma para certificação e homologação de, **338**

[Resolução nº 609/2013]

Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área

aprovação da norma para certificação e homologação de, **339**

[Resolução nº 610/2013]

Aplicação Ponto-a-Ponto

aprovação da norma para certificação e homologação de antenas para, **338**

[Resolução nº 609/2013]

Aplicação Ponto-Área

aprovação da norma para certificação e homologação de antenas para, **339**

[Resolução nº 610/2013]

I**Ilícito**

Expediente Protelatório

consideração da ausência injustificada de conselheiro à sessão ou reunião ou sua não manifestação em circuito deliberativo do Conselho Diretor da ANATEL como, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Incentivo Fiscal

Inclusão Digital, **319**

[Decreto nº 7.981, de 8 de abril de 2013]

requisitos técnicos mínimos de smartphones para obtenção de benefício de oneração fiscal, **325**

[Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013]

Incidente de segurança da informação

Definição, 364

[Portaria nº 559/2013]

Inclusão Digital**(ver também Universalização)**

Incentivo Fiscal, **319**

[Decreto nº 7.981, de 8 de abril de 2013]

requisitos técnicos mínimos de smartphones para obtenção de benefício de oneração fiscal, **325**

[Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013]

Inclusão Financeira

sua disciplina como integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), **316**

- [Lei nº 12.865/2013]
- Informação**
Definição, 364
[Portaria nº 559/2013]
- Informação pessoal**
Definição, 364
[Portaria nº 559/2013]
- Informação Sigilosa**
Definição, 364
[Portaria nº 559/2013]
- Information and Communication Technology**
regulamentação das margens de preferência em licitações de equipamentos de, **317**
[Decreto nº 7.903/2013]
- Infração**
(*ver também* Sanção)
classificação das infrações administrativas, **326**
[Portaria MC nº 112/2013]
- Infraestrutura de Telecomunicações, 267**
- Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações, 267**
- Instrumento de trabalho**
Definição, 364
[Portaria nº 559/2013]
- Instrumentos Deliberativos da ANATEL**
Regimento Interno da ANATEL, **340**
[Resolução nº 612/2013]
- Integridade**
como requisito dos programas e equipamentos destinados às comunicações de dados da administração pública federal, **321**
[Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013]
Definição, 364
[Portaria nº 559/2013]
- Interesse Coletivo**
(*ver* Serviço de Interesse Coletivo)
- Interesse Público**
Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta
interesse público como requisito para celebração de, **358**
[Resolução nº 629/2013]
- Interesse Restrito**
(*ver* Serviço de Interesse Restrito)
- Interface Usuário-Rede**
Regulamento da Interface Usuário-Rede e de Terminais do STFC alteração do, **341**
[Resolução nº 613/2013]
- Internet, 286, 306**
- INTERNET, 318**
(*ver também* Serviço de Valor Adicionado)
[Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013]
Banda Larga
definição de política para disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte, **331**
[Portaria nº 275/2013]
- Smartphone
seus requisitos técnicos mínimos de acesso à internet em alta velocidade para obtenção de benefício de oneração fiscal, **325**
[Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013]
- Inviolabilidade das comunicações de dados**
na administração pública federal direta e indireta, **321**
[Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013]
- ISDB-TB**
(*ver* Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre)
- J**
- Jogos Olímpicos**
Comunicação Aeroportuária

disciplina das condições de uso da faixa de 450 MHz e contorno de proteção de 10 km de raio dos sistemas de comunicações operando no âmbito dos aeroportos, **356**

[Resolução nº 628/2013]

L

Lei Geral de Telecomunicações

alteração da, **316**

[Lei nº 12.841, de 9 de julho de 2013]

Lei nº 9472/97

(*ver Lei Geral de Telecomunicações*)

LGT

(*ver Lei Geral de Telecomunicações*)

Licença para Funcionamento de Estação

Serviço de Acesso Condicionado

alteração do regulamento do SeAC para permitir a obtenção de licença para funcionamento de estação independentemente de comprovação de contrato de uso dos postes, dutos, rede ou seus segmentos, celebrado com empresa proprietária das respectivas infraestruturas e autorização de Prefeitura para a construção do sistema, **347**

[Resolução nº 618/2013]

Licitação, 274

Licitação

dispensa de licitação nas contratações de comunicação de dados que possam comprometer a, **321**

[Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013]

M

Metas de Universalização, 281

Militar, 354

(*ver também Defesa Nacional*)

[Resolução nº 625/2013]

Militares, 354

(*ver também Defesa Nacional*)

[Resolução nº 625/2013]

Ministério das Comunicações, 311

Ministério das Comunicações

Competência

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC nº 159/2013]

Convergência

política ministerial de unificação, via regulamentação da ANATEL, da regulamentação do SARC com a de outros serviços convergentes de telecomunicações de interesse restrito, **330**

[Portaria MC nº 252/2013]

Grupo de Trabalho de Documentação e Informação

instituição do, **333**

[Portaria MC nº 299, de 7 de outubro de 2013]

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Ancilar

instituição do, **333**

[Portaria MC nº 299, de 7 de outubro de 2013]

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

instituição do, **333**

[Portaria MC nº 299, de 7 de outubro de 2013]

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações

instituição do, **333**

[Portaria MC nº 299, de 7 de outubro de 2013]

Grupo de Trabalho de TV Digital

instituição do, **333**

[Portaria MC nº 299, de 7 de outubro de 2013]

instauração de procedimento para apuração de infrações referentes a serviços de radiodifusão e seus ancilares, **362**

[Portaria ANATEL n° 448, de 4 de junho de 2013]

Regulamento de Sanções Administrativas aprovação do, **326**

[Portaria MC n° 112/2013]

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos

competência da ANATEL para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao, **330**

[Portaria MC n° 252/2013]

política ministerial de unificação, via regulamentação da ANATEL, da regulamentação do SARC com a de outros serviços convergentes de telecomunicações de interesse restrito, **330**

[Portaria MC n° 252/2013]

Ministro das Comunicações

(*ver* Ministério das Comunicações)

Mobile Payment, 316

[Lei n° 12.865/2013]

Mobilidade Restrita

Femtocélula

funcionalidade necessária de restrição de mobilidade para a, **353**

[Resolução n° 624/2013]

Multa

(*ver* Multa (Sanção Administrativa))

Multa (Sanção Administrativa)

parâmetros para aplicação de, **326**

[Portaria MC n° 112/2013]

Multichannel Multipoint Distribution Service (Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal), 351
(*ver também* Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal)

[Resolução n° 623/2013]

N

Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária

alteração da, **329**

[Portaria MC n° 197, de 1° julho de 2013]

Norma para Certificação de Produtos para Telecomunicações

(*ver também* Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações)

alteração da, **355**

[Resolução n° 626/2013]

Numeração de Rede

Regulamento de Numeração do STFC alteração do, **336**

[Resolução n° 607/2013]

Numeração de Serviços

Serviço Telefônico Fixo Comutado alteração do Plano Geral de Códigos Nacionais, **335**

[Resolução n° 606/2013]

Numeração dos Serviços, 268

O

Obrigações de fazer

(*ver também* Sanção Administrativa)

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta disciplina do, **358**

[Resolução n° 629/2013]

Obrigações de Universalização

(*ver* Universalização)

Olimpíadas

(*ver* Jogos Olímpicos)

Ondas Médias

Rádio AM

disciplina da extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias e sua possível adaptação de instrumentos de outorgas para os de execução do serviço de radiodifusão sonoram em frequência modulada, **322**

[Decreto n° 8139/2013]

Onerosidade

Acréscimo de Faixa de Radiofrequência

valor devido por, **344**

[Resolução n° 616/2013]

Procedimento Simplificado de Outorga instituição do, **364**

[Portaria n° 639/2013]

Operadora, 331

(*ver também* Operadora de Pequeno Porte)

[Portaria n° 275/2013]

Operadora de Pequeno Porte

(*ver também* Operadora)

Banda Larga

definição de política para disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte, **331**

[Portaria n° 275/2013]

Operadora de Telecomunicações

(*ver também* Prestadora)

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

disciplina do, **358**

[Resolução n° 629/2013]

Órbita e Satélite, 272

Outorga

Competência

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos

locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC n° 159/2013]

P

PADIS

(*ver* Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS))

PAR-C

(*ver* Plano de Atendimento Rural Complementar (STFC))

PAR-S

(*ver* Plano de Atendimento Rural Suplementar (STFC))

Penalidade Administrativa

(*ver* Sanção Administrativa)

Pequeno Porte, 331

[Portaria n° 275/2013]

Permissão

(*ver* Permissão (Radiodifusão))

Permissão (Radiodifusão)

Competência

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC n° 159/2013]

Permissão (regras aplicáveis), 275

Pesquisa & Desenvolvimento, 281

PGCN

(*ver* Plano Geral de Códigos Nacionais)

Plano anual de atividades

Conselho de Usuários

plano anual não previsto no novo regulamento de, **351**

[Resolução n° 623/2013]

Plano de Atendimento Rural

sua exigência para prestação de STFC fora da Área de Tarifa Básica (ATB), **350**

[Resolução nº 622/2013]

Plano de Atendimento Rural Complementar (STFC)

disciplina do, **350**

[Resolução nº 622/2013]

Plano de Atendimento Rural Facultativo

disciplina do, **350**

[Resolução nº 622/2013]

Plano de Atendimento Rural Suplementar (STFC)

disciplina do, **350**

[Resolução nº 622/2013]

Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil

edição 2013 do, **360**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.724, de 11 de março de 2013]

Plano de Autorizações do Serviço Especial de Radiochamada

sua substituição pelo Regulamento do Serviço Limitado Privado, **345**

[Resolução nº 617/2013]

Plano Geral de Códigos Nacionais

alteração do, **335, 350**

[Resolução nº 606/2013] [Resolução nº 621/2013]

Planos de Serviços, 277**PNBL**

(*ver* Programa Nacional de Banda Larga)

Poder Executivo, 311**Poder Legislativo, 310****Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANATEL**

Definição, **364**

[Portaria nº 559/2013]

disciplina da Processo Administrativo, Sigilo, disciplina legal do acesso a informações, **363**

[Portaria nº 559/2013]

Política Industrial, 279**Política Industrial**

alteração do anexo III do Decreto 6.233/2007, **317**

[Decreto nº 7.913, de 7 de fevereiro de 2013]

Information and Communication Technology

regulamentação das margens de preferência em licitações de equipamentos de, **317**

[Decreto nº 7.903/2013]

Margem de Preferência

regulamentação das margens de preferência em licitações de equipamentos de tecnologias da informação e comunicação, **317**

[Decreto nº 7.903/2013]

Política Tarifária, 278**Políticas de Telecomunicações, 278****Ponto a Ponto, 338**

[Resolução nº 609/2013]

Ponto-a-Ponto, 338

[Resolução nº 609/2013]

Ponto-Área, 339

[Resolução nº 610/2013]

Portabilidade

Regulamento do Serviço Telefônico

Fixo Comutado

sua alteração para disciplina mais detalhada dos direitos dos usuários/consumidores do STFC, **343**

[Resolução nº 615/2013]

Portabilidade de Código de Acesso

(*ver* Portabilidade de Código de Acesso (STFC))

Portabilidade de Código de Acesso (STFC)

Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

sua alteração para disciplina mais detalhada dos direitos dos usuários/consumidores do STFC, **343**

[Resolução nº 615/2013]

Portador de Deficiência, 280**Pós-Outorga**

atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de, **362**

[Portaria ANATEL n° 448, de 4 de junho de 2013]

POSIC/Anatel

(*ver Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANATEL*)

Preço Público

(*ver também Tarifa*)

Acréscimo de Faixa de Radiofrequência valor devido por, **344**

[Resolução n° 616/2013]

Preço Público e Preço Privado, 276**Prescrição**

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta interrupção do prazo prescricional da pretensão punitiva quando do requerimento de celebração de, **358**

[Resolução n° 629/2013]

Presidência da República**Competência**

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC n° 159/2013]

Prestação de Contas

Agência Nacional de Telecomunicações

disciplina de comparecimento anual de dirigentes de agências reguladoras ao Senado Federal, **359**

[Resolução n° 4 do Senado Federal, de 2013]

Prestação de Serviços, 274**Prestador de Serviço de Telecomunicações**

(*ver Operadora de Telecomunicações*)

Prestadora, 331

(*ver também Operadora de Telecomunicações*)

[Portaria n° 275/2013]

Prestadora / Operadora, 312**Prestadora de Pequeno Porte**

Banda Larga

definição de política para disponibilização de faixas de radiofrequência para prestação de acesso à internet em banda larga por prestadores de serviços de telecomunicações de pequeno porte, **331**

[Portaria n° 275/2013]

Primariedade

Definição, 364

[Portaria n° 559/2013]

Princípio da Generalidade

(*ver Universalização*)

Privacidade

(*ver Direito à Privacidade*)

Procedimento Simplificado de Outorga

instituição do, **364**

[Portaria n° 639/2013]

Produto de Telecomunicação

(*ver Equipamentos de Telecomunicações*)

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS), 317

[Decreto n° 7.913, de 7 de fevereiro de 2013]

Programa de Despendios Globais (Empresas Estatais Federais)

PGD para 2014, **322**

[Decreto n° 8174/2013]

Programa Nacional de Banda Larga

(*ver também Banda Larga*)

Faixa de 700 MHz

ampliação da disponibilidade de espectro para atendimento dos objetivos do PNBL, **354**

[Resolução nº 625/2013]

Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações

regulamentação do, **318, 323, 334**

[Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013] [Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013] [Portaria nº 303/2013]

Projeto Cidades Digitais, 322

[Portaria MC nº 13, de 1º de fevereiro de 2013]

Promoção de Classe

Alteração de Características Técnicas de Operação de Emissoras de Radiodifusão

disciplina ministerial da análise de, **329**

[Portaria MC nº 231/2013]

Proporcionalidade

na aplicação de sanções administrativas, **326**

[Portaria MC nº 112/2013]

Prorrogação da Transição Digital

Cronograma de Desligamento da TV analógica

sua alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, **320**

[Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013]

Proteção do Consumidor

(*ver Consumidor*)

Proteção do Usuário

(*ver Usuário*)

PSO

(*ver Procedimento Simplificado de Outorga*)

Punição, 326

[Portaria MC nº 112/2013]

Q

Quadro de Atribuição de Faixas de Frequências

aprovação do, **360**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.724, de 11 de março de 2013]

Qualidade do Serviço, 282

Quanto ao Gênero, 284

Quanto ao Interesse, 283

R

RadCom

(*ver Serviço de Radiodifusão Comunitária*)

Radioamador, 287

RADIOBRÁS, 319

[Decreto nº 7.932, de 19 de fevereiro de 2013]

Radiodifusão, 288

Radiodifusão, 362

(*ver também Radiodifusão Sonora*)

(*ver também Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*)

[Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013]

Alteração de Características Técnicas de Operação de Emissoras de Radiodifusão

disciplina ministerial da análise de, **329**

[Portaria MC nº 231/2013]

Concessão

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC nº 159/2013]

Cronograma de Desligamento da TV analógica

sua alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, **320**

[Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013]

Outorga

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC nº 159/2013]

Pós-Outorga

atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de, **362**

[Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013]

Promoção de Classe

disciplina ministerial da análise de alteração de características técnicas de operação de emissoras de radiodifusão, **329**

[Portaria MC nº 231/2013]

Regulamento de Sanções Administrativas aprovação do, **326**

[Portaria MC nº 112/2013]

Requerimento de Aprovação dos Locais de Instalação e Uso de Equipamentos

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC nº 159/2013]

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos

competência da ANATEL para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao, **330**

[Portaria MC nº 252/2013]

Serviço de Retransmissão de Televisão procedimento específico para outorga do, **333**

[Portaria nº 282/2013]

Radiodifusão Comunitária, **289**

(*ver Serviço de Radiodifusão Comunitária*)

Radiodifusão Sonora

(*ver também Radiodifusão*)

Alteração de Características Técnicas de Operação de Emissoras de Radiodifusão

disciplina ministerial da análise de, **329**

[Portaria MC nº 231/2013]

Ondas Médias

disciplina da extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias e sua possível adaptação de instrumentos de outorgas para os de execução do serviço de radiodifusão sonoram em frequência modulada, **322**

[Decreto nº 8139/2013]

Promoção de Classe

disciplina ministerial da análise de alteração de características técnicas de operação de emissoras de radiodifusão, **329**

[Portaria MC nº 231/2013]

Rádio AM

disciplina da extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias e sua possível adaptação

de instrumentos de outorgas para os de execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, **322**

[Decreto nº 8139/2013]

Radiofrequência

(*ver* Espectro de Radiofrequências)

Radiolocalização, 307

Ramos Jurídicos Afins, 304

Rede de Telecomunicações, 353

(*ver também* Equipamentos de Telecomunicações)

[Resolução nº 624/2013]

Femtocélula

sua possibilidade de uso por prestadoras de SMP, SME e SCM para melhoria do desempenho e cobertura de suas redes, **353**

[Resolução nº 624/2013]

Redes de Telecomunicações, 267

Regime de Prestação de Serviços de Telecomunicações

(*ver* Serviços de Telecomunicações)

Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações

extensão da data-limite para adesão ao, **315**

[Lei nº 12.837/2013]

regulamentação do, **318, 323, 334**

[Decreto nº 7.921, de 15 de fevereiro de 2013] [Portaria MC nº 55, de 12 de março de 2013] [Portaria nº 303/2013]

Regimento Interno da ANATEL, 340

[Resolução nº 612/2013]

Regulamento contra Interferências Prejudiciais

como requisito para publicação de edital de licitação para radiofrequências na faixa de 698 a 806 MHz (Faixa de 700 MHz), **354**

[Resolução nº 625/2013]

Regulamento da Interface Usuário-Rede e de Terminais do STFC

alteração do, **341**

[Resolução nº 613/2013]

Regulamento de Administração de Recursos de Numeração

alteração do, **336**

[Resolução nº 607/2013]

Regulamento de Celebração e Acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

aprovação do, **358**

[Resolução nº 629/2013]

Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite

alteração do, **344-345**

[Resolução nº 616/2013] [Resolução nº 617/2013]

Regulamento de Conselho de Usuários

aprovação do, **351**

[Resolução nº 623/2013]

Regulamento de Conselho de Usuários do STFC

aprovação do, **351**

[Resolução nº 623/2013]

Regulamento de Numeração do STFC

alteração do, **336**

[Resolução nº 607/2013]

Regulamento de Sanções Administrativas, 326

[Portaria MC nº 112/2013]

aprovação do, **326**

[Portaria MC nº 112/2013]

Regulamento de Separação e Alocação de Contas

alteração do, **337, 348**

[Resolução nº 608/2013] [Resolução nº 619/2013]

Regulamento do Serviço Limitado Privado

aprovação do, **345**

[Resolução nº 617/2013]

Regulamento de Serviço Limitado sua inaplicabilidade ao Serviço Limitado Privado, **345**

[Resolução nº 617/2013]

sua inaplicabilidade ao Serviço Limitado Privado, **345**

- [Resolução n° 617/2013]
Regulamento do Serviço Móvel Pessoal
 alteração do, **356**
 [Resolução n° 627/2013]
Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado
 sua alteração para disciplina mais detalhada dos direitos dos usuários/consumidores do STFC, **343**
 [Resolução n° 615/2013]
Regulamento dos Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão
 procedimento específico para outorga do Serviço de Retransmissão de Televisão, **333**
 [Portaria n° 282/2013]
Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações
(ver também Norma para Certificação de Produtos para Telecomunicações)
 alteração do, **355**
 [Resolução n° 626/2013]
Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia
 aprovação do, **353**
 [Resolução n° 624/2013]
Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC
 alteração do, **349**
 [Resolução n° 620/2013]
Regulamento sobre Condições de Uso da faixa de 450 MHz, 356
 [Resolução n° 628/2013]
Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 698 MHz a 806 MHz
 aprovação do, **354**
 [Resolução n° 625/2013]
Relatório da Ouvidoria
 Relatório da Ouvidoria 2013, **364**
 [Relatório da Ouvidoria da ANATEL 2013]
REPUBL-Redes
(ver Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações)
Requerimento de Aprovação dos Locais de Instalação e Uso de Equipamentos
 autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**
 [Portaria MC n° 159/2013]
Responsabilidade
 Definição, 364
 [Portaria n° 559/2013]
Restrição de Mobilidade
 Femtocélula
 funcionalidade necessária de restrição de mobilidade para a, **353**
 [Resolução n° 624/2013]
Restrito
(ver Serviço de Interesse Restrito)
Retransmissão de TV
(ver Serviço de Retransmissão de Televisão)
Reunião
 Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações
 disciplina da votação no, **340**
 [Resolução n° 612/2013]
Revogação
 Radiodifusão
 aprovação do Regulamento de Sanções Administrativas aplicáveis a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, **326**
 [Portaria MC n° 112/2013]
RSAC
(ver Regulamento de Separação e Alocação de Contas)
RTV

(*ver Serviço de Retransmissão de Televisão*)

Rural, 350

(*ver também Zona Rural*)

[Resolução nº 622/2013]

S

SAC

(*ver Serviço de Atendimento ao Consumidor*)

Sanção

(*ver Punição*)

Sanção

(*ver também Infração*)

(*ver também Sanção Administrativa*)

Regulamento de Sanções Administrativas

aprovação do, **326**

[Portaria MC nº 112/2013]

Sanção Administrativa

(*ver também Obrigação de fazer*)

(*ver também Sanção*)

(*ver também Usuário*)

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

disciplina do, **358**

[Resolução nº 629/2013]

SARC

(*ver Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos*)

SBTVD-T

(*ver Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*)

SCM

(*ver Serviço de Comunicação Multimídia*)

Segurança da Informação e Comunicações (ANATEL)

Definição, **364**

[Portaria nº 559/2013]

Segurança Pública, 354

[Resolução nº 625/2013]

Faixa de 700 MHz

destinação da faixa de radiofrequências de 703 a 708

MHz e 758 a 763 MHz ao SLP,

em aplicações de segurança pública, defesa nacional e infraestrutura, em caráter primário, **354**

[Resolução nº 625/2013]

Senado Federal

(*ver também Congresso Nacional*)

Agência Nacional de Telecomunicações

disciplina de comparecimento anual de dirigentes de agências

reguladoras ao Senado Federal, **359**

[Resolução nº 4 do Senado Federal, de 2013]

SER

(*ver Serviço Especial de Radiochamada, Regime Regulatório*)

Serviço Ancilar, 327

[Portaria MC nº 159/2013]

Radiodifusão

autorização de funcionamento em caráter provisório de entidades

prestadoras de serviços de radiodifusão e seus ancilares que

ainda não tenham tido o requerimento de aprovação dos

locais de instalação e uso de equipamentos analisado, **327**

[Portaria MC nº 159/2013]

Serviço Ancilar de Radiodifusão

(*ver Ancilar*)

Serviço Ancilar de Radiodifusão

Pós-Outorga

atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações

para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de

processos técnicos de engenharia nos procedimentos de, **362**

[Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013]

Serviço Auxiliar de Radiodifusão

(*ver Auxiliar*)

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos

(*ver Auxiliar*)

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC), 289

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos

aplicação provisória do valor praticado para execução do Serviço Limitado Privado para as autorizações de, **330**
[Portaria MC nº 252/2013]

competência da ANATEL para processar solicitações de outorga e alterações das condições de outorga dos Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), bem como para emissão de regulamentação sobre a outorga, exploração e condições de uso de radiofrequência associada ao, **330**

[Portaria MC nº 252/2013]

Pós-Outorga

atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de, **362**

[Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013]

Serviço Avançado de Mensagens (SAM), 290

Serviço Científico

(*ver Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais*)

Serviço Científico, 345

[Resolução nº 617/2013]

Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), 300

Serviço de Acesso Condicionado, 351

(*ver também Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal*)

[Resolução nº 623/2013]

alteração do regulamento do SeAC para permitir a obtenção de licença para funcionamento de estação independentemente de comprovação de contrato de uso dos postes, dutos, rede ou seus segmentos, celebrado

com empresa proprietária das respectivas infraestruturas e autorização de Prefeitura para a construção do sistema, **347**

[Resolução nº 618/2013]

Autorização

instituição do Procedimento Simplificado de Outorga de STFC, SCM e SeAC, **364**

[Portaria nº 639/2013]

Canal de Distribuição Obrigatória

exceção ao dever da prestadora do SeAC de tornar disponível o, **362**

[Portaria nº 238/2013]

Regulamento de Conselho de Usuários aprovação do, **351**

[Resolução nº 623/2013]

Serviço de Atendimento ao Consumidor

(*ver também Centro de Atendimento (Indicadores de Qualidade do STFC)*)

Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

sua alteração para disciplina mais detalhada dos direitos dos usuários/consumidores do STFC, **343**

[Resolução nº 615/2013]

Serviço Telefônico Fixo Comutado

alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do, **343**

[Resolução nº 615/2013]

Terceirização

alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, **343**

[Resolução nº 615/2013]

Serviço de Circuito Especializado, 293

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), 301

Serviço de Comunicação Multimídia

- (ver também Serviço Privado de Telecomunicação)**
 Autorização
 instituição do Procedimento Simplificado de Outorga de STFC, SCM e SeAC, **364**
 [Portaria nº 639/2013]
- Femtocélula
 disciplina do uso de, **353**
 [Resolução nº 624/2013]
- Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, **342**
 [Resolução nº 614/2013]
- Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia
 aprovação do, **353**
 [Resolução nº 624/2013]
- Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite**
(ver Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH))
- Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal**
(ver também Multichannel Multipoint Distribution Service (Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal))
(ver também Serviço de Acesso Condicionado)
 Regulamento de Conselho de Usuários
 aprovação do, **351**
 [Resolução nº 623/2013]
- Serviço de Emergência**
(ver também Serviço de Utilidade Pública)
 Serviço Móvel Pessoal
 gratuidade de acesso a serviços públicos de emergência, **356**
 [Resolução nº 627/2013]
- Serviço de Interesse Coletivo**
 Classificação dos Serviços de Telecomunicações quanto ao interesse a que atendem
 ato do Conselho Diretor da ANATEL de classificação dos serviços de telecomunicações em interesse coletivo ou restrito, **360**
 [Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013]
- Serviço de Comunicação Multimídia
 regulamento do, **342**
 [Resolução nº 614/2013]
- Serviço de Interesse Restrito, 283**
- Serviço de Interesse Restrito**
 Classificação dos Serviços de Telecomunicações quanto ao interesse a que atendem
 ato do Conselho Diretor da ANATEL de classificação dos serviços de telecomunicações em interesse coletivo ou restrito, **360**
 [Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013]
- Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos
 política ministerial de unificação, via regulamentação da ANATEL, da regulamentação do SARC com a de outros serviços convergentes de telecomunicações de interesse restrito, **330**
 [Portaria MC nº 252/2013]
- Serviço de Radiocomunicação Aeronáutico Público Restrito (SRA), 303**
- Serviço de Radiodifusão, 285**
- Serviço de Radiodifusão Comunitária**
 Autorização (Radiodifusão)
 condições de revogação de autorização do, **326**
 [Portaria MC nº 112/2013]
- disciplina dos pedidos de renovação de outorga do, **329**
 [Portaria MC nº 197, de 1º julho de 2013]

Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária alteração da, **329**

[Portaria MC nº 197, de 1º julho de 2013]

Pós-Outorga

atribuição de competência delegada do Ministério das Comunicações para a ANATEL para a prática dos atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de, **362**

[Portaria ANATEL nº 448, de 4 de junho de 2013]

Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens

(*ver Radiodifusão*)

Serviço de Radiodifusão Sonora

(*ver Radiodifusão*)

Serviço de Radiotáxi, 302

Serviço de Radiotáxi Especializado, 302

Serviço de Rede, 302

Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações (SRTT), 302

Serviço de Rede Especializado, 302

Serviço de Retransmissão de Televisão procedimento específico para outorga do, **333**

[Portaria nº 282/2013]

Serviço de Telecomunicações, 360

(*ver também Classificação dos Serviços de Telecomunicações quanto ao interesse a que atendem*)

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 3.833, de 20 de junho de 2013]

Serviço de Telecomunicações Aeronáuticas, 303

Serviço de Telestrada ou Serviço Telefônico Público Móvel Rodoviário, 303

Serviço de Utilidade Pública

(*ver também Serviço de Emergência*) gratuidade de acesso a serviços públicos de emergência, **356**

[Resolução nº 627/2013]

Serviço Móvel Pessoal

gratuidade de acesso a serviços públicos de emergência, **356**

[Resolução nº 627/2013]

Serviço de Valor Acrescentado

(*ver Serviço de Valor Adicionado*)

Serviço de Valor Acrescido

(*ver Serviço de Valor Adicionado*)

Serviço de Valor Adicionado, 285

Serviço de Valor Adicionado

(*ver também INTERNET*)

sua disciplina como integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), **316**

[Lei nº 12.865/2013]

Serviço Especial, 285

Serviço Especial de Boletim Meteorológico, 291

Serviço Especial de Frequência Padrão, 291

Serviço Especial de Rádio Acesso, 292

Serviço Especial de Radioautocine, 291

Serviço Especial de Radiochamada (SER) - ou Serviço Móvel Especial de Radiochamada, 292

Serviço Especial de Radiochamada, Regime Regulatório

(*ver também Serviço Móvel*)

(*ver também Serviço Privado de Telecomunicação*)

Plano de Autorizações do Serviço Especial de Radiochamada

sua substituição pelo Regulamento do Serviço Limitado Privado, **345**

[Resolução nº 617/2013]

Serviço Especial de Radiodeterminação por Satélite (SERDS), 291

Serviço Especial de Radiorrecado, 292

Serviço Especial de Sinais Horários, 292

Serviço Especial de Supervisão e Controle, 293

Serviço Especial de TV por Assinatura (*ver Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial)*)

Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais, 345

[Resolução nº 617/2013]

- Regime Regulatório, **345**
[Resolução nº 617/2013]
- Serviço Limitado, 284**
- Serviço Limitado, 345**
(*ver também* Serviço Limitado Privado)
[Resolução nº 617/2013]
Regulamento de Serviço Limitado sua inaplicabilidade ao Serviço Limitado Privado, **345**
[Resolução nº 617/2013]
- Serviço Limitado de Estações com Operação Itinerante, 294**
- Serviço Limitado de Radioestrada, 294**
- Serviço Limitado Especializado, 284**
- Serviço Limitado Especializado (SLE), 293**
- Serviço Limitado Especializado**
(*ver também* Serviço Privado de Telecomunicação)
Regime Regulatório
adaptação do Serviço Limitado Especializado ao regime regulatório do Regulamento do Serviço Limitado Privado, **345**
[Resolução nº 617/2013]
- Serviço Limitado Móvel Privado, 293**
- Serviço Limitado Privado, 284**
- Serviço Limitado Privado**
(*ver também* Serviço Limitado)
Regulamento do Serviço Limitado Privado
aprovação do, **345**
[Resolução nº 617/2013]
Regulamento sobre Condições de Uso da faixa de 450 MHz, **356**
[Resolução nº 628/2013]
unificação de 15 serviços sob o regime regulatório do Regulamento do, **345**
[Resolução nº 617/2013]
- Serviço Limitado Privado de Radiochamada (SLPR), 293**
- Serviço Móvel, 354**
(*ver também* Serviço Especial de Radiochamada, Regime Regulatório)
(*ver também* Serviço Móvel Marítimo)
- (*ver também* Serviço Móvel Pessoal)
[Resolução nº 625/2013]
Faixa de 700 MHz
atribuição da faixa de radiofrequências de 698 a 806 MHz adicionalmente ao serviço móvel, em caráter primário, **354**
[Resolução nº 625/2013]
- Serviço Móvel Aeronáutico, 303**
- Serviço Móvel Especial de Radiochamada**
(*ver* Serviço Especial de Radiochamada, Regime Regulatório)
- Serviço Móvel Especializado**
(*ver também* Serviço Privado de Telecomunicação)
Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área
aprovação da norma para certificação e homologação de, **339**
[Resolução nº 610/2013]
- Femtocélula
disciplina do uso de, **353**
[Resolução nº 624/2013]
- Regulamento de Conselho de Usuários
aprovação do, **351**
[Resolução nº 623/2013]
- Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia
aprovação do, **353**
[Resolução nº 624/2013]
- Serviço Móvel Especializado ou Trunking ou Trunk ou Sistema Troncalizado, 294**
- Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS), 294**
- Serviço Móvel Marítimo, 295**
- Serviço Móvel Marítimo, 354**
(*ver também* Serviço Móvel)
[Resolução nº 625/2013]
- Serviço Móvel Pessoal (SMP), 295**
- Serviço Móvel Pessoal, 354**

(ver também Serviço Móvel)

[Resolução nº 625/2013]

Antena para Uso em Aplicações Ponto-Área

aprovação da norma para certificação e homologação de, **339**

[Resolução nº 610/2013]

Femtocélula

disciplina do uso de, **353**

[Resolução nº 624/2013]

Regulamento do Serviço Móvel Pessoal

alteração do, **356**

[Resolução nº 627/2013]

Regulamento para Uso de Femtocélulas em Redes do Serviço Móvel Pessoal, do Serviço Móvel Especializado e do Serviço de Comunicação Multimídia

aprovação do, **353**

[Resolução nº 624/2013]

sua disciplina como integrante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), **316**

[Lei nº 12.865/2013]

Serviço Privado de Telecomunicação (ver também Serviço de Comunicação Multimídia)**(ver também Serviço Especial de Radiocomunicação, Regime Regulatório)****(ver também Serviço Limitado Especializado)****(ver também Serviço Móvel Especializado)****(ver também Serviços de Telecomunicações)**Serviço de Comunicação Multimídia regulamento do, **342**

[Resolução nº 614/2013]

Serviço Rádio do Cidadão, 297**Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), 297****Serviço Telefônico Fixo Comutado, 297**
Área de Tarifa Básicadisciplina da prestação de STFC fora da, **350**

[Resolução nº 622/2013]

Área de Tarifação

alteração de área de tarifação do, **335, 340, 350**

[Resolução nº 606/2013] [Resolução nº 611/2013] [Resolução nº 621/2013]

Atendimento Pessoal

alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, em especial, o, **343**

[Resolução nº 615/2013]

Autorização

instituição do Procedimento Simplificado de Outorga de STFC, SCM e SeAC, **364**

[Portaria nº 639/2013]

Plano de Atendimento Rural

sua exigência para prestação de STFC fora da Área de Tarifa Básica (ATB), **350**

[Resolução nº 622/2013]

Plano Geral de Códigos Nacionais

alteração do, **335, 350**

[Resolução nº 606/2013] [Resolução nº 621/2013]

Regulamento de Numeração do STFC

alteração do, **336**

[Resolução nº 607/2013]

Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC

alteração do, **349**

[Resolução nº 620/2013]

sua prestação fora da área de tarifa básica (ATB), **350**

[Resolução nº 622/2013]

Terceirização

alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, **343**

[Resolução nº 615/2013]

Serviços Científicos, 304**Serviços de Telecomunicações**

(*ver também* Serviço Privado de Telecomunicação)

Onerosidade

valor devido por acréscimo de faixa de radiofrequência, **344**

[Resolução nº 616/2013]

Serviços no Setor de Telecomunicações, 286**Sessão**

Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações

disciplina da votação no, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Sigilo

(*ver também* Direito)

Processo Administrativo

política de segurança da informação e comunicações da ANATEL, **363**

[Portaria nº 559/2013]

Sigilo em Telecomunicações, 283**Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre**

(*ver também* Radiodifusão)

(*ver também* TV Digital)

Cronograma de Desligamento da TV analógica

sua alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, **320**

[Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013]

Norma Regulamentar do Canal da Cidadania

alteração da, **325**

[Portaria MC nº 57/2013]

Programa Nacional de Banda Larga

ampliação da disponibilidade de espectro para atendimento dos objetivos do, **354**

[Resolução nº 625/2013]

Sistema de Pagamentos e Transferência de Valores Monetários por meio de Dispositivos Móveis (STDM)

(*ver* Mobile Payment)

Sistema de Pagamentos e Transferência de Valores Monetários por meio de Dispositivos Móveis (STDM), 316

[Lei nº 12.865/2013]

Sistema de Pagamentos e Transferência de Valores Monetários por meio de Dispositivos Móveis (STDM), 316

[Lei nº 12.865/2013]

Sistema TELEBRAS

(*ver* Telecomunicações Brasileiras S.A.)

SLE

(*ver* Serviço Limitado Especializado)

SLP

(*ver* Serviço Limitado Privado)

Smartphone

seus requisitos técnicos mínimos de acesso à internet em alta velocidade para obtenção de benefício de oneração fiscal, **325**

[Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013]

SME

(*ver* Serviço Móvel Especializado)

SMM

(*ver* Serviço Móvel Marítimo)

SMP

(*ver* Serviço Móvel Pessoal)

Sorteio

Distribuição de Matérias

sua disciplina no Conselho Diretor da ANATEL, **340**

[Resolução nº 612/2013]

STFC

(*ver* Serviço Telefônico Fixo Comutado)

Súmula

(*ver* Súmula (Agência Nacional de Telecomunicações))

Súmula (Agência Nacional de Telecomunicações)

Súmula nº 14

limite temporal ao pedido de reconsideração em face de decisão proferida pelo Conselho Diretor da ANATEL quando da

deliberação sobre recurso administrativo, **365**

[Súmula da ANATEL nº 14, de 28 de junho de 2013]

Superintendência de Competição
atributos da, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Superintendência de Controle de Obrigações
atributos da, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Superintendência de Fiscalização
atributos da, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Superintendência de Planejamento e Regulamentação
atributos da, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Suspensão Temporária
(*ver* **Suspensão Temporária (Sanção Administrativa)**)

Suspensão Temporária (Sanção Administrativa)
Radiodifusão

aprovação do Regulamento de Sanções Administrativas aplicáveis a entidades prestadoras dos serviços de radiodifusão, seus anclares e auxiliares, **326**

[Portaria MC nº 112/2013]

SVA

(*ver* **Serviço de Valor Adicionado**)

T

TAC

(*ver* **Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta**)

Tarifa

(*ver também* **Preço Público**)

Área de Tarifação

sua alteração no STFC, **340**

[Resolução nº 611/2013]

TELEBRAS

(*ver* **Telecomunicações Brasileiras S.A.**)

Telecomunicações Brasileiras S.A.

Dados

exigência de que tais comunicações sejam realizadas por redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação fornecidos por órgãos ou entidades da administração pública federal, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista da União e suas subsidiárias, **321**

[Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013]

Programa de Dispêndios Globais (Empresas Estatais Federais)

PGD para 2014, **322**

[Decreto nº 8174/2013]

Televisão Aberta, 290

Televisão Digital
(*ver* **TV Digital**)

Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial)

Regulamento de Conselho de Usuários aprovação do, **351**

[Resolução nº 623/2013]

Terceirização

Serviço de Atendimento ao Consumidor

alteração do Regulamento do STFC para disciplinar com maior detalhamento os direitos dos usuários/consumidores do STFC, **343**

[Resolução nº 615/2013]

Terminais, 269

Terminal de Telecomunicações

Comercialização

possibilidade de serem comercializadas unidades remanescentes no comércio distribuídas antes do vencimento, suspensão ou cancelamento dos respectivos certificados de homologação, **355**

- [Resolução nº 626/2013]
Termo de Ajuste de Conduta
 Radiodifusão
 previsão de TAC no Regulamento de Sanções Administrativas do Ministério das Comunicações, **326**
 [Portaria MC nº 112/2013]
- Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta**
 Regulamento de Celebração e Acompanhamento de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta
 aprovação do, **358**
 [Resolução nº 629/2013]
- TIC**
(ver Information and Communication Technology)
- Título Executivo Extrajudicial**
 Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta
 sua eficácia de título executivo extrajudicial, **358**
 [Resolução nº 629/2013]
- Título Oneroso**
(ver Onerosidade)
- Tráfego Aéreo, 307**
- Transição Analógico-Digital**
 Radiodifusão
 alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, **320**
 [Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013]
- Trânsito em julgado administrativo**
 Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta
 inaplicabilidade de seu regulamento em processos nos quais já tenha havido decisão transitada em julgado na esfera administrativa, **358**
 [Resolução nº 629/2013]
- Transparência**
 Política de Segurança da Informação e Comunicações da ANATEL
- disciplina da, **363**
 [Portaria nº 559/2013]
- Tratamento da informação**
 Definição, 364
 [Portaria nº 559/2013]
- Tributação no Setor de Telecomunicações, 274**
- Trunking**
(ver Serviço Móvel Especializado)
- TV a Cabo**
 Regulamento de Conselho de Usuários aprovação do, **351**
 [Resolução nº 623/2013]
- TV Digital, 290**
- TV Digital**
(ver também Faixa de 700 MHz)
(ver também Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre)
 Cronograma de Desligamento da TV analógica
 sua alteração para ocorrência no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, **320**
 [Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013]
- Faixa de 698 a 806 MHz
 determinação à ANATEL para que iniciasse os procedimentos administrativos de atribuição, destinação e distribuição da faixa para atendimento dos objetivos do PNBL, **323**
 [Portaria MC nº 14, de 6 de fevereiro de 2013]
- Norma Regulamentar do Canal da Cidadania
 alteração da, **325**
 [Portaria MC nº 57/2013]
- TVA**
(ver Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial))
- TVC**
(ver TV a Cabo)
- U**
Universalização

(ver também Inclusão Digital)**Inclusão Digital, 319**

[Decreto nº 7.981, de 8 de abril de 2013]

requisitos técnicos mínimos de smartphones para obtenção de benefício de oneração fiscal, **325**
[Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013]

Universalização e Massificação, 280**Uso Não Licenciado**

determinação ministerial para a ANATEL promover a estudos de viabilidade de disponibilização de faixas de radiofrequência adicionais para a prestação de acesso à internet em banda larga para, **331**

[Portaria nº 275/2013]

Usuário (Serviço Telefônico Fixo Comutado)

Conselho de Usuários

aprovação do, **351**

[Resolução nº 623/2013]

Regulamento de Conselho de Usuários do STFC

aprovação do, **351**

[Resolução nº 623/2013]

Usuário

(ver também Consumidor)

(ver também Sanção Administrativa)

Conselho de Usuários

aprovação do regulamento de, **351**

[Resolução nº 623/2013]

Definição, 364

[Portaria nº 559/2013]

Femtocélula

direitos e condições contratuais no fornecimento e operação de, **353**

[Resolução nº 624/2013]

Usuário / Consumidor, 314**V****Vacância**

Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações

efeitos da vacância de conselheiros no, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Valor Adicionado

(ver Serviço de Valor Adicionado)

Vias Integradas

(ver Rede de Telecomunicações)

Votação

Conselho Diretor

disciplina da votação no, **340**

[Resolução nº 612/2013]

Conselho Diretor - Agencia Nacional de Telecomunicações

disciplina da votação no, **340**

[Resolução nº 612/2013]

X**XPD**

(ver Discriminação de Polarização Cruzada)

Z**zona rural**

(ver Rural)

Zona Rural

(ver também Rural)

Plano de Atendimento Rural

sua exigência para prestação de STFC fora da Área de Tarifa Básica (ATB), **350**

[Resolução nº 622/2013]

Serviço Telefônico Fixo Comutado

sua prestação fora da área de tarifa básica (ATB), **350**

[Resolução nº 622/2013]